

Ana Cláudia do Espírito Santo Lyra

“Uma cidade e seus espaços: Poço Fundo – MG”

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Departamento de Antropologia do
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de
Campinas sob a orientação da Prof.^a
Dr.^a Ana Maria de NIEMEYER.

Julho/2000

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Ana Claudia do Espírito Santo Lyra

“Uma cidade e seus espaços: Poço Fundo – MG”

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Ana Maria de NIEMEYER..

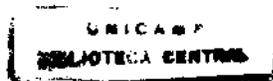
Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 19/09/2000

BANCA

Prof.^a Dr.^a (Orientadora) Ana Maria de Niemeyer
Prof.^a Dr.^a (membro) Emília Pietrafesa de Godoi
Prof.^a Dr.^a (membro) Andrea Zhouri
Prof.^a Dr.^a (suplente)

Ana Maria de Niemeyer
Emília Pietrafesa de Godoi
Andrea Zhouri

Julho/2000



UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

UNIDADE	BC		
N.º CHAMADA:	TIUNICAMP		
	L995C		
V.	Ex.		
TOMBO	BC/43233		
PROC.	06-278100		
C	<input type="checkbox"/>	D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREC.	R\$ 11,00		
DATA	16/12/00		
N.º CPD			

CM-00153997-1

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

L 989 c
995 Lyra, Ana Cláudia do Espírito Santo
Uma cidade e seus espaços : Poço Fundo - MG / Ana Cláudia
do Espírito Santo Lyra. -- Campinas, SP : [s.n.], 2000.

Orientador: Ana Maria de Niemeyer.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Organização espacial. 2. História oral. I. Niemeyer, Ana
Maria de. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

À minha tia Alzirinha,
bordadeira das estrelas do céu.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

RESUMO

O trabalho aqui presente foi realizado entre habitantes da cidade de Poço Fundo, estado de Minas Gerais. O estudo foi sobre a constituição do espaço físico, social e simbólico da cidade de Poço Fundo, que através da articulação organização espacial e organização social buscou-se perceber como as alteridades expressam-se no espaço.

Verificou-se que a percepção do espaço físico e social dos moradores traduz uma divisão em *parte de cima*, acima da praça matriz, e *parte de baixo*, abaixo da praça matriz. Segundo esta divisão, formada por uma orientação política partidária, os espaços da cidade, chamados no trabalho de espaços-núcleos, foram sendo constituídos em territórios. Nestes as identidades de grupos locais se formaram, organizando através do espaço físico, social e simbólico de Poço Fundo as alteridades.

Objetiva-se neste trabalho apresentar um material etnográfico que apresente, em parte, a percepção e vivência de moradores na sua relação cidade e habitante.

SECRETARIA
DE CULTURA
DE POÇO FUNDO

AGRADECIMENTOS

Durante o trabalho, família, amigos e professores foram importantes nessa travessia de curso de mestrado e dissertação. Gostaria de agradecer primeiramente à orientadora Ana Maria de Niemeyer, sempre presente no seu trabalho de orientação e dedicação. Aos professores da PPGAS da Unicamp que muito contribuíram para minha formação no curso de mestrado e que, direta ou indiretamente, estão presentes nesta dissertação, através das discussões desenvolvidas em salas de aula. Às professoras Suely Kofes e Emília Pietrafesa de Godoi, que comporam a banca de meu exame de qualificação, pelas importantes observações ao texto.

Aos meus pais, Thereza do Espírito Santo Lyra e Deusdedit Lyra, fundamentais ao apoio de minha formação, e irmãos, Ana Paula - que muito contribuiu na transcrição das entrevistas gravadas - e Ana Lúcia -com seu carinho - o meu muito obrigada. Aos amigos e conhecidos pelo carinho e estímulo, e às minhas primas, Ana Maria - e família - Roselene - e família -, que foram de fundamental apoio ao desenvolvimento do trabalho de campo. Aos habitantes de Poço Fundo que me acolheram em suas casas, abrindo as portas de sua memória.

ÍNDICE

Introdução	01
O Município	08
A Cidade de Poço Fundo	11
Capítulo I	
I.1 – As cidades mineiras	18
I.2 – Poço Fundo e sua história	21
Capítulo II	
II.1 – Espaços e tempos na constituição da cidade de Poço Fundo	46
II.2 – Machadinho	48
II.3 – Gimirim	57
II.3.1 – O fumo na história local: Gimirim – Espaço do fumo.....	68
II.4 – Poço Fundo	80
Capítulo III	
III.1 A divisão socio-espacial de Poço Fundo	93
Capítulo IV	
IV.1 Alguns aspectos da organização social de Poço Fundo	111
Conclusão	127
Entrevistados.....	129
Bibliografia Citada	132

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

INTRODUÇÃO

A questão deste trabalho é o estudo da constituição do espaço físico, social e simbólico da cidade de Poço Fundo, localizada ao sul do Estado de Minas Gerais. Através da articulação *organização espacial e organização social*, pesquisamos como as alteridades expressam-se no espaço. Para tanto, foi realizado um trabalho etnográfico visando, através das entrevistas, a história da formação dos espaços que constituíram a cidade e sua percepção dos habitantes¹.

Os sujeitos que participaram da pesquisa são antigos moradores da cidade (com idade variando entre quarenta e noventa anos), nascidos no Município e que tiveram sua história de vida ligada à história da cidade. Pela inexistência quase total de documentos escritos sobre a história de fundação da cidade, a fonte etnográfica que mais se destacou e se afirmou como caminho de entrada ao trabalho de campo foi a fala dos habitantes, tais como: fazendeiros, trabalhadores rurais, profissionais liberais e donas de casa. Tais moradores² estabelecidos na cidade revelam, através de suas narrativas, uma percepção do espaço físico, social e simbólico traduzido na oposição acima e abaixo, isto é, acima da praça matriz e abaixo desta. Esta oposição expressa uma divisão sócio-econômica dos habitantes.

A pesquisa de campo ateu-se à análise do centro da cidade – núcleo da sua fundação – e aos lugares que tiveram participação na formalização do seu traçado físico e social, como os bairros rurais³. Como um dos principais espaços de socialização dos habitantes da região de Poço Fundo, o bairro rural, através da atividade comercial de suas vendas e do trabalho agrícola, fornece elementos de base para a formação da

¹ No artigo de Pietrafesa de Godoi (1998) a autora desenvolve uma análise da construção do espaço-território camponês informado pela memória social.

² Os entrevistados estão identificados segundo sua ocupação principal e local de moradia. Informações mais detalhadas encontram-se no final do trabalho.

³ A noção de bairro rural refere-se a uma divisão administrativa do município, próximo ao sentido de unidade de povoamento que Lia Fukui (1979) destaca em seu trabalho, a saber: “o bairro rural tem suas bases físicas em área de habitat disperso, dispondo de um núcleo que serve de fixação à população.” (1979, p. 66). Tal termo é empregado pelos habitantes tanto da cidade quanto da “roça”.

cidade, tornando sua ligação com ela um importante eixo de análise para a pesquisa.

São nos bairros rurais que se desenvolvem as atividades agrícolas que dão suporte à economia da região e onde se esboça um princípio de cidade na figura de um arraial, sustentado pelo comércio das vendas e pela atividade religiosa que atraem a formação de um núcleo de socialização. Cercada pelos bairros rurais, a cidade cresce conforme o vínculo que estabelece com a roça. Os bairros são representados pelo comércio (os chamados secos e molhados) e pela lavoura dos sítios vizinhos. A partir do desenvolvimento do fumo e do café cresce o investimento na cidade. Através da comercialização de gêneros alimentícios, tais como rapadura, querosene e tecidos, o comércio torna-se a porta principal de entrada de recursos para a cidade e, conseqüentemente, de ligação com os bairros rurais.

Baseando-se nesta relação, *bairro rural* e *vila*, a história de formação da cidade é contada pelos entrevistados, percebendo na análise um deslocamento do núcleo do espaço de socialização para a cidade à medida que ganha expressão econômica e social. Assim sendo, sua formação e desenvolvimento está diretamente ligada a uma identidade cultural agrícola, informada pelo mundo simbólico dos bairros rurais, através do qual ordena os elementos históricos expressos nas narrativas dos entrevistados.

Os novos bairros de loteamento ⁴ da cidade não foram considerados, tendo em vista que tal análise estenderia os limites da pesquisa. Entretanto, é importante ressaltar que com o surgimento desses bairros começa a formar-se uma noção de espaço histórico – o centro da cidade – e novo – os loteamentos urbanos.

Ao todo foram quatro idas a campo, sendo a primeira viagem realizada em outubro de 1996, com uma permanência de três

⁴ Os loteamentos surgiram a partir dos anos 80 com a expansão física da cidade, formando novos bairros residenciais, como: Nova Gimirim, Santa Helena, Lavrinha, Ortocaldas e Vila Fernandes. Tais bairros surgiram com o loteamento de chácaras e fazendas que faziam fronteira com o espaço físico da cidade. Alguns são loteamentos particulares, como Nova Gimirim, considerado atualmente como “bairro nobre” da cidade e outros loteamentos populares, como Lavrinha e Santa Helena, custeados pela prefeitura. Estes bairros populares, como a Lavrinha, chamado de uma maneira geral de “os sem terra”, foi loteada com o objetivo de atender à população carente que já morava na cidade e não tinha condições de pagar o aluguel. Para tal, a prefeitura demarcou os lotes e sorteou, de modo a visar casais que já possuíssem filhos. Entretanto, para concorrer ao sorteio era necessário apresentar a certidão de casamento, fato este que tornou visível o grande número de uniões informais entre esta população carente.

semanas. Nesse período, foram feitos os primeiros levantamentos do espaço físico da cidade e o reconhecimento de seu traçado urbano, bem como as primeiras entrevistas, de um total de onze, com os moradores mais antigos. A segunda ida foi em novembro de 1998, dando seqüência às entrevistas, desta vez vinte e quatro. Na ocasião, alguns habitantes presentearam-me com fotos antigas, além de eu mesma fotografar alguns lugares. Outras informações escritas foram encontradas no livro de assinaturas da comarca (emprestado por um dos entrevistados), em folhetos da prefeitura com informações sobre a cidade, em um exemplar do jornal da cidade (do ano de 1996), em um catálogo telefônico do ano de 1997, em uma fita de vídeo contendo a gravação dos cem anos de comemoração de Poço Fundo.

Retornei a campo em junho de 1999 em rápida estada de uma semana e em julho para conhecer a festa anual de São Benedito. Ao todo foram quarenta entrevistas - entre homens e mulheres - realizadas com o objetivo de resgatar, através da memória (dada a quase inexistência de registro escrito), a história oral da fundação e constituição da cidade e a representação do espaço da mesma.

Por ter nascido e crescido em Brasília, uma cidade que se destaca pelo seu planejamento urbano e uma arquitetura moderna, Poço Fundo tornou-se para mim uma porta de entrada para um dos interiores do Brasil. Por que Poço Fundo? Primeiro pela diferença cultural e espacial em relação à Brasília; segundo porque esta cidade possibilita um exercício de alteridade através do estudo antropológico do espaço físico, social e simbólico. Estimulada por um estudo realizado durante a graduação⁵, iniciei um processo de análise da cidade de Poço Fundo. À medida que eu andava pelas ruas, com uma geometria aparentemente espontânea, moldada pelas curvas da montanha na qual se assenta a pequena cidade do interior, e que conhecia alguns dos modos de expressão social de seus habitantes, uma estranheza formava-se em minha percepção, levando-me mais tarde a torná-la em campo de reflexão antropológica.

Munida com um gravador e um caderninho de notas, assim comecei as entrevistas e minha inserção pela cidade. A aproximação com

⁵ Durante o curso de graduação, realizado na UnB, desenvolvi um trabalho de final de curso da matéria "Antropologia Urbana" sobre a percepção do espaço físico dos habitantes de um grupo de moradores da favela do Paranoá, chamado "Os moradores da quadra 2", que estavam sendo removidos para uma nova área de assentamento da favela. Ao final do curso escrevo um trabalho, baseando-me na análise dos espaços público e privado em uma repartição pública de Brasília. Lyra, Ana Cláudia. *"Não está perto, mas está presente: A mescla dos espaços público e privado"*, UnB, 1993.

os entrevistados deu-se geralmente acompanhada por um parente, tia ou prima, que me introduziam de modo menos informal, apresentando-me como “alguém ligada à cidade”. Desta forma, pude chegar aos moradores mais antigos e tradicionais da cidade que, por motivos de idade ou de saúde, passavam boa parte do tempo dentro de suas casas. Tal fato tornava quase que imprescindível estar sempre acompanhada por alguém “de dentro”, que me permitia ser percebida pelos entrevistados como “conhecida”. Algumas entrevistas chegaram a ter um caráter de “visita”, dando um tom de descontração, regada sempre a um cafezinho e quitutes da cozinha mineira.

De um modo geral, era-me indicado ir às casas à tarde, a partir das quatro horas, tempo este em que os donos estariam disponíveis para receber. Apesar de ter durante o dia um intenso ir e vir de vizinhos nas casas, principalmente na parte da manhã, estes encontros eram de curta duração e de caráter de troca de algum alimento ou produto para o almoço. Geralmente eram conversas rápidas, esquentadas por alguma “prosa”, que davam o tom e o tempo exato de sua colocação. Sendo assim, as tardes passaram a ser o período mais propício para as entrevistas, e as manhãs o período em que preparava o material, junto a caminhadas pela cidade, observando o seu traçado físico e o movimento das ruas no seu dia-a-dia. Por fazer minhas refeições diárias na casa de minha tia, pude perceber o movimento no período da manhã em que a troca entre vizinhos era intensa, ao mesmo tempo que de curta duração, revelando-se, assim, um importante ponto de observação desse cotidiano.

No início das entrevistas, a sala era o lugar da casa (preferencial) sempre escolhido para nos receber. O começo da conversa era “esquentado” pelo parente que me acompanhava, dando-me abertura para as perguntas. Dependendo do grau de aproximação que se formava durante a conversa, ao final dela era convidada a entrar na cozinha - parte da casa mais visitada pelos “de dentro” - para compartilhar o costume local do lanche da tarde. Neste momento não cabia mais o uso do gravador que, já desligado, permitia uma outra inserção no cotidiano da casa, tornando mais livre e espontânea a conversa. Servida por bolo de fubá e biscoitos fofo, tal atitude parecia mostrar a hospitalidade da casa, trazendo ao mesmo tempo um significado de retribuição da “visita” através do alimento. Assim foram as minhas primeiras entrevistas.

No entanto, à medida que eu me entrosava com o local e com os habitantes na condição de “pesquisadora”, não se fazia mais

necessária a presença de algum parente. Havia uma preocupação de tentar me afastar deste vínculo e começar a entrar nas casas sozinha. Mesmo assim, em algumas entrevistas ainda era necessário manter o uso direto desse laço, mas desta vez de forma mais indireta, onde eu era apresentada pelo telefone. Essa relação de parentesco, que muitas vezes me foi útil e até necessária - sobretudo para as entrevistas com os mais velhos -, foi uma questão trabalhada durante as idas ao campo, dada as interferências na direção da pesquisa. À medida que aprendia a fazer uso desse elemento, comecei a percebê-lo como um dado etnográfico, tornando a relação com os meus parentes em um campo de observação antropológica. Se, por um lado, o parentesco dispensa aquele tempo necessário de aproximação com seu informante para que ele adquira certa confiança em seu trabalho, por outro, a intimidade muitas vezes atrapalha tornando difícil o acesso a outras informações que são filtradas pelo crivo dessa relação. O que me era mostrado na cidade e falado sobre ela era uma parte de um todo que se encaixava num tipo de interpretação. Por isso, minha preocupação sempre presente foi de saber quando fazer uso desse vínculo, e como trabalhá-lo na pesquisa com certa distância e atenção aos momentos em que abriam-me portas ou fechava-as também.

Tudo isso passou por um processo de reconhecimento e experiência própria de campo, que me ensinou a lidar com este movimento ora de aproximação e ora de distanciamento com os meus parentes. Em um destes momentos de distanciamento, pude me aproximar melhor de uma parte da cidade que foi colocada de forma excludente, conhecida como o Canto. Enquanto que nos momentos de aproximação, através da presença de minha tia, foi-me possível entrar e conhecer um dos bares tradicionais e mais fechados a estranhos da cidade (principalmente para uma mulher), o Bar do Tonho, onde pude obter fotos antigas da cidade e perceber um dos espaços que se expressa um tipo de masculinidade. Assim, deu-se o meu exercício de análise do trabalho de campo, assim como o da minha própria alteridade, que foi exposta a espaços da cidade desconhecidos por mim mesma em visitas realizadas através do início da pesquisa.

Portanto, as anotações de caderno de campo e a observação participante revelaram-se poderosas ferramentas para maior inserção na cidade. O contato com os habitantes possibilitou um conhecimento mais próximo de suas realidades, colocando a pesquisadora em diálogo com o cotidiano de suas vidas. Através das minúcias dos *imponderáveis da vida real* para as quais Malinowski nos sensibiliza, prestamos a atenção aos significados, traduzidos em gestos e

comportamentos.

O uso da imagem fotográfica como fonte documental e texto de “leitura” contribuiu para a compreensão dos espaços. Com a contraposição de fotos antigas e novas percebeu-se melhor o processo de formação dos espaços ⁶ e permitiu-se uma aproximação maior da percepção dos habitantes. Estes, embalados pela lembrança de uma época que as entrevistas despertavam, mostravam fotos antigas da cidade, geralmente época de Gimirim, fase mais marcante para a maioria dos entrevistados pois remetia à sua infância e adolescência. Já imagens da época de Machadinho foram obtidas por um dos fotógrafos que tinha guardado em seu arquivo particular fotos raras da primeira fase da cidade. Sua terceira fase por ser mais recente era mais fácil de conseguir registros fotográficos. Um dos lugares que muito auxiliou foi o bar do Tonho que, para minha surpresa, guardava fotos da cidade e de seus habitantes, geralmente frequentadores antigos do bar, pregadas por toda a parede. Lá misturavam-se imagens antigas de casamento, primeira comunhão, carnaval, e dos assim chamados “loucos da cidade”, revelando ao mesmo tempo lugares antigos. Desta forma pude buscar um pouco da história da cidade e perceber as transformações de seu espaço físico. À medida que ia conseguindo fotos antigas, eu as utilizava nas entrevistas subseqüentes como meio de despertar através da imagem lembranças de épocas passadas, tal como aconteceu em outras entrevistas com as fotos fornecidas pelo próprio entrevistado.

A análise da construção do espaço físico, social e simbólico da cidade vai sendo trabalhada, na pesquisa, através dos três tempos desse processo. Conforme sua história, o primeiro nome Machadinho marca sua fundação em 1870 e vai até 1923, data pela qual se dá a mudança para Gimirim. Em 1953 ocorre novamente a terceira mudança para Poço Fundo, nome que persiste até hoje. Assim, o trabalho divide-se em quatro capítulos. O primeiro refere-se à história de formação da cidade que tem como ligação dois personagens políticos, a saber: o Barão de Alfenas e o capitão Ferreira de Assis. Por meio de suas disputas políticas dá-se a diferenciação do seu território, organizado em espaços-núcleos, como: Vargem, Praça Matriz, Rua do cinema e Canto. Tais espaços-núcleos vão adquirindo expressão social e física com a transferência do eixo de socialização dos bairros rurais para a vila que cresce como centro das transações comerciais e políticas da região.

⁶ Sobre o uso de fotos comparativas como fonte etnográfica ver o artigo de Ana M. Niemeyer (1998).

O segundo capítulo baseia-se no processo de diferenciação desses espaços-núcleos, segundo a referência temporal da cidade. Para cada época, percebo a presença de um termo-chave presente na fala de seus habitantes, construindo a relação: Machadinho (espaço-“patrimônio”), Gimirim (espaço-transição) e Poço Fundo (espaço-cidade). Concernente à época de Gimirim, o subcapítulo referente à cultura do fumo é importante devido a participação deste produto na história local.

No terceiro capítulo, de acordo com as oposições já anunciadas neste texto em *parte de cima* e *parte de baixo*, a percepção do espaço físico, social e simbólico da cidade é organizada em espaços-núcleos formados segundo uma expressão política local. Conforme o quadro político que se estabelece, seguindo uma tradição dos chefes locais traduzido nos partidos de oposição, a cidade é lida pelos habitantes em duas partes, a saber: parte de cima, localizada acima da praça matriz e parte de baixo, localizada abaixo desta. Tal leitura dualista do espaço físico da cidade traduz uma oposição política e econômica formando espaços da diferença. O quarto e último capítulo refere-se à uma descrição e análise de alguns aspectos da organização social da região.

O MUNICÍPIO

Localizado ao sul de Minas Gerais, o município de Poço Fundo é servido pela estrada MG 179 que liga a cidade diretamente à rodovia Fernão Dias (fig. 1). Limita-se ao norte com o município de Machado, ao sul com Espírito Santo do Dourado e São João da Mata, a leste com Carvalhópolis e Turvolândia e, a oeste, com Campestre, Ipiúna e Caldas.

Atualmente, o município é formado por trinta e um bairros rurais (figs. 3/4) com uma área de 475,4 Km². Os centros urbanos mais próximos são Pouso Alegre, Poços de Caldas, Caldas, Varginha e Alfenas. Contudo, é São Paulo que exerce maior influência cultural e econômica na região. Os principais produtos econômicos são o café (fig. 2) e a pecuária leiteira, destacando-se, em seguida, a produção de milho, feijão, arroz, tomate e, em menor escala, o cultivo do fumo. Este produto foi a principal fonte de renda da cidade diferenciando-se, o município, da cultura cafeeira típica da região. Hoje, no entanto, sua produção restringe-se a cinco grandes e dez médios produtores rurais.

Segundo a classificação da EMATER, o número de propriedades agrícolas era de duas mil duzentas e quarenta no município, entre os anos de 1994 e 1995. Entre elas, um mil e oitocentas e cinquenta eram de pequenos produtores rurais, caracterizando 80% do total. São cento e quarenta e seis produtores de fumo perfazendo uma área de cento e dezessete hectares da área total do município. Tendo como base de trabalho a mão-de-obra familiar, o pequeno produtor utiliza ainda o processo artesanal na produção e confecção do fumo de corda.

A população do município, segundo o último recenseamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 1996, é de aproximadamente catorze mil habitantes distribuídos nas áreas urbana e rural. Em 1975, localizavam-se quatro mil habitantes na cidade, e nove mil nas zonas rurais. A partir de 1983, esse quadro se altera, tornando-se a cidade o pólo de atração, contrastando com o esvaziamento do campo que se vê frente ao problema da evasão rural.

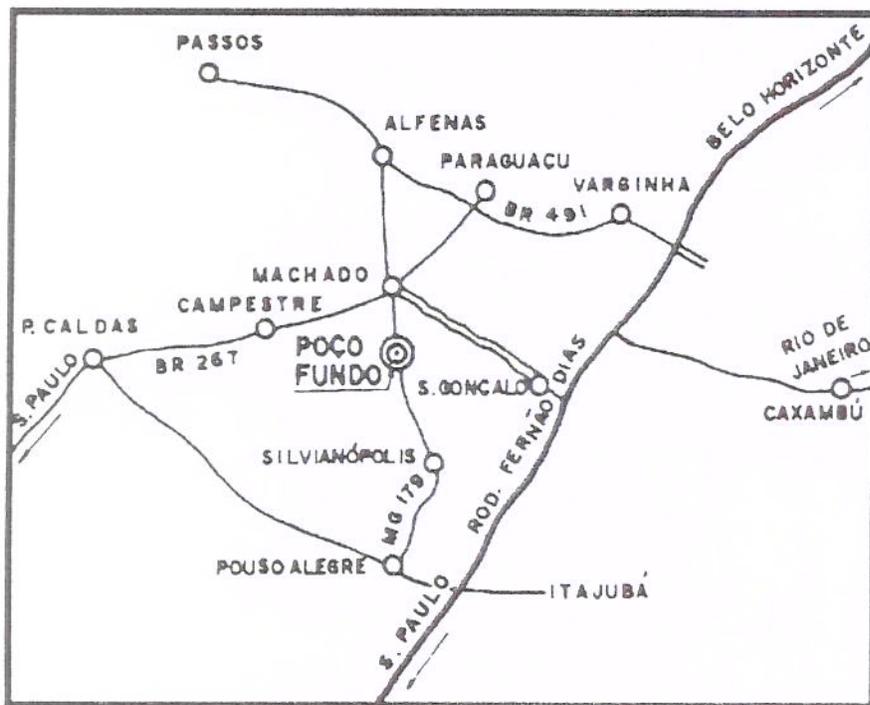


Fig. 1. Mapa da região onde está situada a cidade de Poço Fundo.
Fonte – Folder realizado pela prefeitura de Poço Fundo (s/d).



Fig. 2 – Região de um dos bairros rurais do município de Poço Fundo (Barra Grande), onde a plantação de café é predominante. Logo à frente encontra-se uma lavoura de café seguindo outras espalhadas na região montanhosa, identificadas nas faixas verde escuras. (Foto:A.C. Lyra,1998)

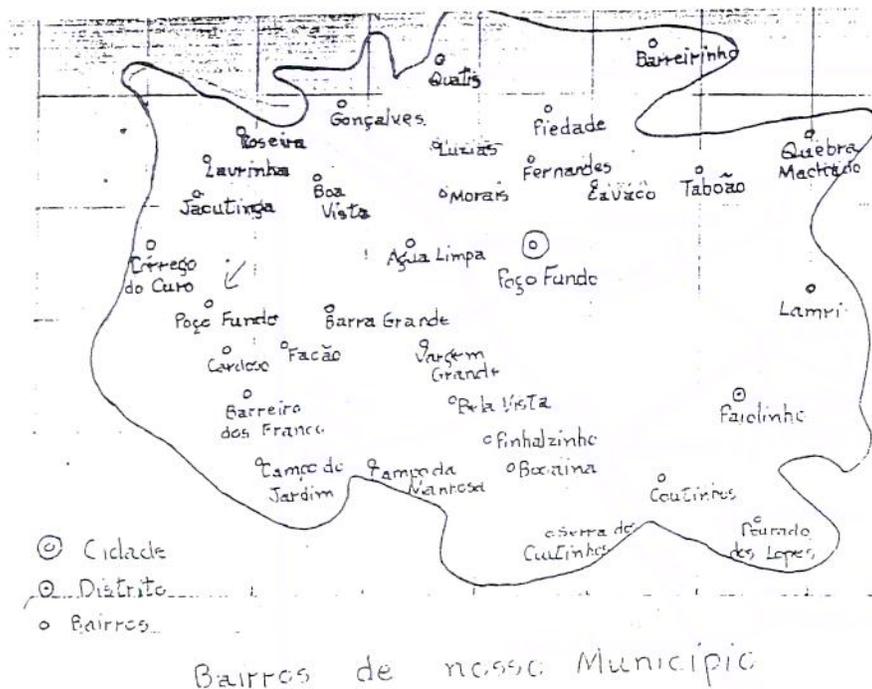


Fig. 3 – Bairros rurais do município de Poço Fundo.
 Fonte – Prefeitura de Poço Fundo. Mapa feito à mão sem referência do autor e da época.



Fig. 4 – Núcleo do bairro rural Coutinhos formado pela Igreja, o centro comunitário (prédio verde) e do outro lado da rua algumas poucas casas residenciais, vizinhas de uma venda que atende os habitantes do bairro rural. (Foto: A. C. Lyra, 1998)

A CIDADE DE POÇO FUNDO

A cidade (figs. 5/6) inicia-se na entrada do trevo, vindo da rodovia MG 179, levando-nos a uma pequena ponte que atravessa o rio Machado. Logo após a ponte, chega-se à Rua Prefeito Isaías de Carvalho, uma das principais, que atravessa a cidade de leste a oeste e constitui-se num dos locais de comércio da cidade. Nessa rua estão localizadas algumas casas de comércio básico da região, como a distribuidora de gás, a EMATER, casas de produtos agrícolas, galpões de estoque e dois postos de gasolina.

Dirigindo-se a sudeste, encontra-se a Rua Coronel José Dias, antiga entrada, e uma das ligações principais com os bairros rurais localizados ao norte e ao sul. Com a movimentação de troca de mercadorias, estabelecida desde a época de vila entre as comunidades rurais e o núcleo urbano, inicia-se, neste local, um dos corredores principais do comércio, tornando-se o lugar mais movimentado.

A praça São Benedito (fig. 7) está localizada na Vargem e, logo em seguida vem o “Canto”. Estes são reconhecidos como lugar de moradias mais precárias, que vão intensificando-se à medida que se penetra a sudeste da cidade (fig. 8). O “Canto” é o espaço da cidade onde se concentra a maioria da população carente e de etnia negra. A área é marcada por um intenso declive do terreno, pois está localizada num lugar montanhoso que dificulta a passagem de carros e de pedestres (fig. 9).

Subindo este terreno, a oeste, localiza-se no alto da colina a praça principal e a Igreja Matriz, São Francisco de Paula (fig. 10), marco oficial da fundação de Poço Fundo. A praça marca o ponto central geográfico da cidade; nela se concentram as principais casas que se destacam pelo melhor padrão arquitetural e composição das fachadas (fig. 11). Intercalando-se com tais residências, ao redor da praça, também se localizam estabelecimentos comerciais, como o supermercado principal da cidade, a doceria Chamonix - antigo ponto de encontro dos namorados e atual loja de quitutes procurada pelas donas de casa -, o único hotel da cidade, Hotel São Francisco, o antigo cinema - hoje um auditório - e duas

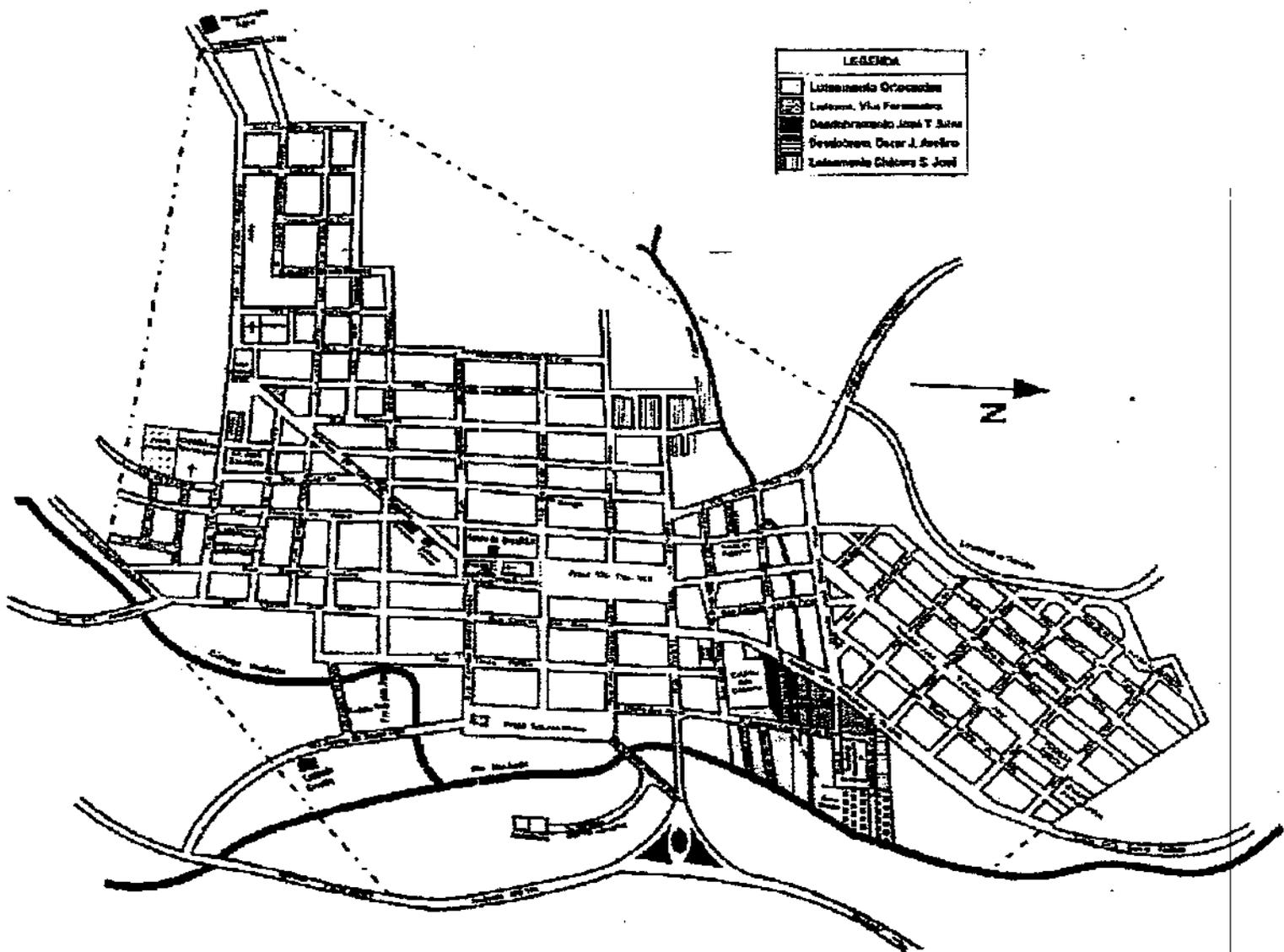


Fig. 5 – Mapa da cidade de Poço Fundo.

Fonte – Prefeitura de Poço Fundo.

Autor – Joaquim, um dos entrevistados (ver identificação no final do trabalho). (s/d)

VISTA AÉREA PARCIAL

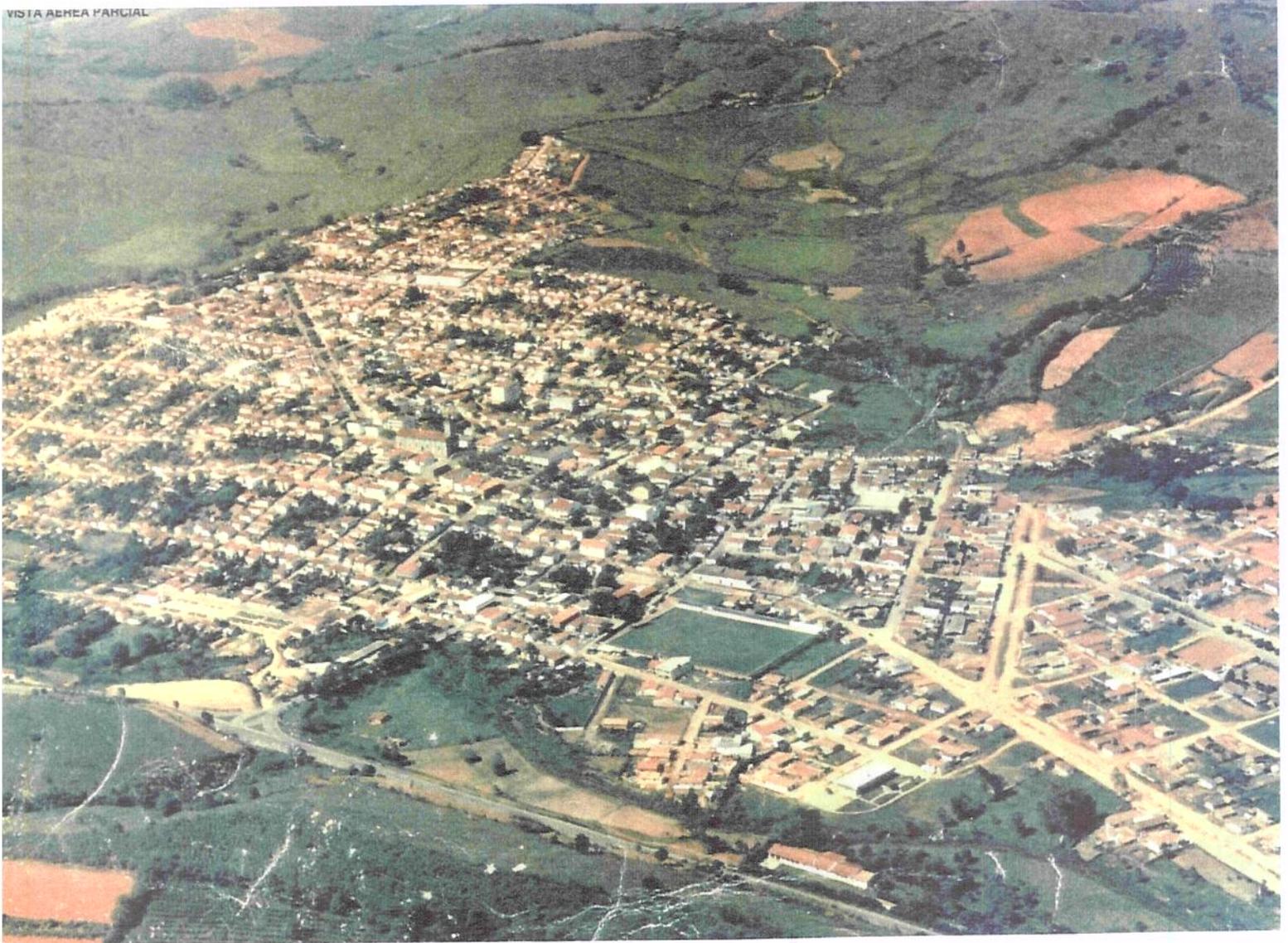
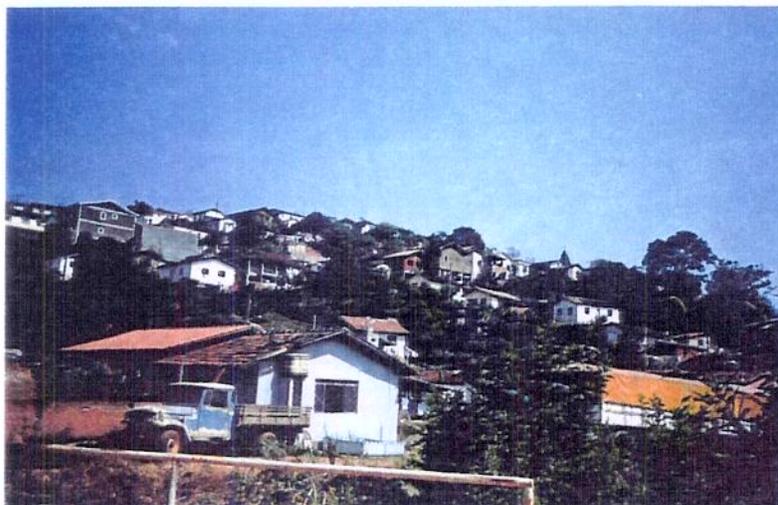


Fig. 6 – Vista aérea da cidade. Esta foto foi tirada de um catálogo da década de 80, emprestada por um dos entrevistados em 1998. Ao centro da foto a Igreja Matriz e a praça com seus jardins. Atrás da Igreja a Avenida da cidade que se estende até a Prefeitura. Três quadras abaixo da Igreja Matriz, à esquerda, a pequena Igreja São Benedito e a Várzea. A direita da foto localiza-se um dos novos loteamentos da cidade, Nova Gimirim.



Fig. 7 – Praça e Igreja São Benedito. É nesta praça que é realizada a festa de São Benedito, reunindo pessoas da cidade (tanto da parte de cima, quanto da parte de baixo) e dos bairros rurais. A igreja, bem menor que a Igreja Matriz, é reservada para reuniões de orações das pessoas da Vargem e do Canto. As missas dominicais são realizadas na Igreja Matriz. (Foto:A.C. Lyra, 1998)



Figs. 8/9 – O Canto, localizado na parte mais acidentada do terreno da cidade e suas casas. (Foto:A. C. Lyra, 1998)



Fig. 10 – Praça e Igreja Matriz da cidade. A praça é dividida em dois quadrantes chamados também pelos habitantes de “jardins”. Nos finais de semana à noite é o principal lugar de encontro dos casais de namorados (atualmente frequentada pelos habitantes do Canto). (Foto:A. C. Lyra,1998)



Fig. 11 – Uma das casas antigas da praça, pertencente a uma família tradicional de fazendeiros, que na época (1998) foi reformada por um dos parentes. A cor da casa, amarelo, foi comentada na cidade devido ao tom que se destacava das demais que seguiam a cor cinza (predominante) ou cores mais sóbrias. Após a casa amarela outras casas da cidade aderiram a tons mais fortes e vibrantes, como verde escuro, azul e anil. (Foto:A.C. Lyra,1998)

farmácias. Seguindo rumo a oeste e descendo pelo outro lado da colina, há uma área de concentração residencial junto a outros estabelecimentos comerciais (fig.12).

Regressando à praça, logo atrás da igreja matriz da cidade, localiza-se o Forum da cidade e, logo acima, o início da avenida (fig.13), que corta o plano da cidade de forma diagonal. A avenida estende-se em linha reta, larga e pavimentada, e contrapõe-se às outras ruas da cidade, calçadas com paralelepípedos, que seguem seu terreno montanhoso. A primeira cobre uma extensão de mais ou menos cinco blocos, tendo ao longo antigas residências que foram reformadas e apresentam um traçado arquitetônico mais moderno. Junto a elas estão alguns “barzinhos” que são, à noite, um dos pontos de encontro do público jovem.

Ao final da avenida, na direção norte, estão o Hospital da cidade, alguns blocos residenciais e, mais acima, o Asilo, administrado pela Irmandade São Vicente de Paula. Em direção oposta ao hospital, ou seja, ao sul, encontram-se a Prefeitura, mais abaixo o Cemitério e, depois deste, está uma parte do Canto, conhecida como “Cantão”.

Retornando à entrada principal, Rua Prefeito Isaías, na direção norte, encontramos uma parte antiga da cidade mesclada à formação de novos bairros e loteamentos urbanos. É ao norte que a cidade cresce territorialmente e socialmente com os novos loteamentos privados - como a Nova Gimirim - identificada como área residencial nobre da cidade. Aqui estão localizados a área de lazer - com seu clube conhecido como Praça Esporte e o Estádio São Caetano - e o Terminal Rodoviário. Também se encontra o comércio mais “pesado”, com suas oficinas mecânicas, máquinas de torrefação de café e preparação de farinha e galpões de depósitos de sacas de café.



Fig. 12 – Uma das ruas principais da cidade, a rua Barão de Alfenas , direção Oeste. À medida que se afasta da Igreja Matriz (ao alto), centro da cidade, aumenta o número de residências em relação ao número de casas comerciais. A segunda casa à esquerda da foto, de cima para baixo, (de portão de grade branca) era a casa onde fazia minhas refeições diárias e percebia os encontros matutinos da vizinhança. (Foto:A.C. Lyra,1998)



Fig. 13 – Um dos poucos espaços planos da cidade, a Avenida Dr. Lélío de Almeida, contrasta com as subidas e descidas da parte montanhosa, como mostra a figura 12. Na Avenida, de dia, há uma circulação dos habitantes aos Bancos e serviços públicos da cidade, como correio e prefeitura; enquanto que, à noite, torna-se um espaço de encontro dos casais de namorados e jovens nos barzinhos do local. (Foto:A.C Lyra,1998)

CAPÍTULO I

AS CIDADES MINEIRAS

**“A cidade mineira não tem largura, altura, só tem comprimento. Parece um caminho e uma passagem. Geralmente cobre o morro como se fosse um curso d’água”
(João Torres, 1944, p. 67).**

No século XIX, forma-se em Minas Gerais uma sociedade predominantemente rural, firmada na economia das fazendas, a qual se torna base econômica da região sul-mineira que, com o refluxo das populações em direção a São Paulo, intensifica seu povoamento. No período do ciclo agrícola, os campos do sul de Minas adquirem importância, passando a ser, juntamente com os campos de pecuária do norte e oeste do estado, um dos pólos atrativos da migração interna da província. Com o foco na agricultura, o mercado interno de produtos alimentícios se fortalece criando em Minas uma economia mercantil de subsistência. Da posição de consumidora a província passa a distribuidora para o mercado litorâneo no século XIX (M. Arruda, 1997).

Nessa época, as fazendas tornam-se o centro econômico e polarizador da cultura mineira. Com o crescimento da cultura cafeeira na região, forma-se um novo ciclo econômico no estado, tornando-se, o café, um produto de exportação que abre novo capítulo na história de Minas Gerais.

Representadas pelos seus campos de pecuária ao norte e oeste, e pelas suas plantações de café ao sul e a leste da província, as Gerais compõem a história da província com os ciclos pastoril (fase transitória) e agrícola (fase predominante) da economia mineira do século XIX.

Vilas como Gimirim (Poço Fundo), Pouso do Mandu (Pouso Alegre), Sant'Ana do Sapucaí (Silvianópolis), Caldas, Alfenas e outras da região sul surgiram como arraiais durante os ciclos pastoril e agrícola, fixando a migração em seus campos naturais e de pastagem. Mais tarde, transformam-se em pequenos centros urbanos com o desenvolvimento do café que, como produto de exportação, confere importante destaque à região sul-mineira no quadro econômico e político nacional.

A cidade de Pouso do Mandu ⁷, atual Pouso Alegre, é fundada em 1802 com a construção da capela do Mandu. Em meados do século XVIII, surgem os primeiros povoados devido à descoberta das minas de ouro de Sant'Ana do Sapucaí (hoje Silvianópolis), por Francisco Martins Lustosa e Veríssimo João de Carvalho. Há um aumento da afluência de paulistas à região, fixando-se na lavoura e na criação de gado. As terras foram compradas por Carlos de Araújo e Antônio José de Machado em 1747, nas redondezas de Pouso Alegre e, mais tarde, doadas ao patrimônio da primitiva capela. Com a construção desta, inicia-se oficialmente a formação de um núcleo urbano na região sul-mineira, próximo a Poço Fundo.

A cidade de Caldas surge do ciclo pastoril, intermediário ao da mineração e ao da agricultura. Sua história inicia-se com a penetração do planalto, em meados do século XVIII, através dos braços do rio Pardo, à procura de ouro. No terceiro quartel do século XVIII, dá-se a abertura da estrada de Ouro Fino a Cabo Verde, passando por Caldas. Esta surge como pouso de tropeiros, conhecida como Paragens dos Bugres. Seu período de ocupação deu-se, no entanto, com o término da mineração, sendo povoada a partir do ciclo pastoril. A região de Caldas era pobre de minas, mas rica em campos naturais.

No final do século XVIII, fase do ciclo pastoril, dá-se a fixação dos primeiros moradores da região devido à busca de pastagens. A nova unidade econômica é a fazenda "de criar" (M.Arruda, 1997). A preocupação

⁷ Estas informações foram retiradas do livro "A Diocese de Pouso Alegre" (1950).

dominante são os campos naturais - o chamado ouro verde -, os campos de Caldas. Nesse mesmo período, há o aparecimento do núcleo urbano - o arraial -, tendo como marco oficial de fundação a construção da capela Nossa Senhora do Carmo das Caldas. Sua fase de decadência inicia-se no último quartel do século XIX com o início do ciclo agrícola, caracterizado pelo aparecimento das culturas fixas e a busca de terrenos férteis (distintos das terras de Caldas, próprias às pastagens e estéreis ao plantio). Devido a esse quadro, as correntes migratórias buscam estabelecer-se em cidades de terras férteis e propícias ao plantio de culturas fixas como o café, na região sul-mineira. Surge a nova unidade econômica - a fazenda mineira.

POÇO FUNDO E SUA HISTÓRIA

Através da fala dos habitantes conta-se a história da cidade e suas características que foram sendo construídas com base na tradição de pequena cidade do interior do Sul de Minas. Na medida em que a história é composta por essas falas, os significados são ordenados, apontando dados significativos na sua formação, que levam ao mesmo tempo a uma reavaliação dos elementos da história (fatos e sujeitos históricos).⁸

Alguns fundadores são ressaltados (nas falas dos entrevistados) como personagens míticos da fundação da cidade. Um deles, o Barão de Alfenas, que radicou-se nas terras mineiras de Poço Fundo, no final do século XIX; outro é o capitão Ferreira de Assis que se instalou na região da Bucaina, atualmente bairro rural do Município de Poço Fundo. Ambos se destacam nas falas dos entrevistados como principais personagens de fundação e de formação da cidade, ora como concorrentes, ora como aliados na trama política e partidária que se desenvolve entre os chefes políticos da região.

Dentre estes destacam-se Chico Pereira, Paulino da Costa, Claudionor Pereira Lima e outros, que dão uma feição própria à história da cidade, fazendo com que se estabeleça certo "*mandonismo local*"⁹ no município através do domínio de terras, que se torna a base ideológica da

⁸ Em seu livro "Ilhas de História", M. Sahlins destaca a importância mútua que Antropologia e História têm a contribuir em seus estudos, partindo de duas premissas, a saber: "*A história é ordenada culturalmente de diferentes modos nas diversas sociedades, de acordo com os esquemas de significação das coisas. O contrário também é verdadeiro: esquemas culturais são ordenados historicamente porque, em maior ou menor grau, os significados são reavaliados quando realizados na prática.*" (1987, Introdução). Baseando-se nesta idéia, o estudo presente da formação da cidade de Poço Fundo através da história, dentro da perspectiva antropológica da análise da alteridade, põe-nos em contato com tal reflexão de Sahlins. À medida que a história da cidade de Poço Fundo é contada, seus esquemas culturais são ordenados através desta prática, ao mesmo tempo que a história é ordenada pelos significados que a constroem.

⁹ Tal expressão refere-se ao livro de M. P. Queiroz (1976), o qual destaca o "mandonismo local" como mola verdadeira da política nacional, mais precisamente no período que vai da Colônia a 1930. Como a autora analisa, a permanência deste "mandonismo local" na vida política deve-se ao apoio sob uma estrutura social baseada no latifúndio e na "família grande". Tais características encontram-se presentes na história de formação da cidade de Poço Fundo, que se viu formada em bases do poder agrário dos grandes fazendeiros, os quais apoiados em relações familiares, concentravam o poder econômico e político da região, tornando-se chefes políticos locais.

fundação do mesmo.

Este mandonismo local surge do embate entre famílias e suas terras que, através da política partidária, faz com que o espaço social da cidade seja organizado e significado conforme o jogo de poder que se estabelece. Através da fala dos entrevistados percebe-se a presença de uma gramática politizada que orienta o espaço físico e o tempo social da cidade, conferindo um movimento e significado próprios à percepção de Poço Fundo, com sua matriz ideológica própria, que articula organização espacial e organização social.

As famílias Gouveia e Ferreira representam, respectivamente, o Barão de Alfenas e o Capitão Ferreira de Assis. Atualmente, parte da família Gouveia reside em Campinas, e parte em Poço Fundo. Nesta cidade estão dois bisnetos do Barão: o Dr. Luís Fernando - reconhecido pelos habitantes como médico de confiança - atende boa parte da população; Beto Gouveia, formado em Veterinária em Campinas, é fazendeiro, proprietário de algumas terras herdadas do Barão.

Com incursões na política, Beto Gouveia candidatou-se a prefeito na última eleição pelo Partido da Frente Liberal (PFL), tendo como concorrente o atual prefeito Carlito Ferreira, bisneto do Capitão Ferreira de Assis. Com essa eleição, a história foi revisitada pelos nomes dos fundadores da cidade¹⁰, mobilizando as imagens do Barão, do Coronel José Dias e do Capitão Ferreira de Assis. Isso pode ser percebido na fala de Beto Gouveia:

“(....) tanto que agora teve a eleição municipal aí, depois que passou a eleição. Porque eu fui candidato agora nesta eleição, não sei se você sabe. Eu fui candidato aqui nesta última eleição. Perdi a eleição para Carlito Ferreira. Então surgiu uma piada na cidade aí, que um capitão ganhou de um

¹⁰ Através desta prática, a eleição, os significados culturais presentes nos personagens fundadores da cidade passaram pelo que Sahlins identifica de “risco”, implicando num certo risco de alteração destes significados. Pois, segundo Sahlins, a prática permite não só a reprodução dos significados como também sua alteração. Durante o processo de eleição, estes nomes históricos foram reutilizados, buscando-se através deles uma legitimidade política de seus representantes. Por meio desta ação, tais categorias históricas, que são culturais, passam por um processo de reavaliação, levando a uma confirmação ou alteração destes (M. Sahlins, 1987). No caso, o nome do capitão Ferreira de Assis foi mobilizado por seus familiares, que o colocaram novamente em pauta nas discussões em famílias durante a eleição. Já o Coronel, após a eleição, ficou numa situação de “risco” quanto ao seu significado, de forte opositor e chefe político de maior expressão ou grau que, frente à derrota por um representante político de patente menor, a do capitão Ferreira de Assis, tornou-se vulnerável quanto à sua imagem de coronel.

coronel. Entendeu? Porque ele é neto ou bisneto, eu não sei...”

(Beto Gouveia, fazendeiro, Nova Gimirim -1998)

Por ter participado da política e guardado documentos do bisavô (que relatam parte da história da cidade), Beto Gouveia foi o escolhido para narrar a história da família, revelando-se boa fonte etnográfica para a pesquisa e vínculo entre o passado e o presente. O mesmo aconteceu com Carlito Ferreira, atual prefeito da cidade e um dos representantes do Capitão Ferreira de Assis.

O estabelecimento da família Gouveia na região de Poço Fundo teve início com seu bisavô, José Dias de Gouveia, oriundo de Portugal. Instalando-se primeiramente em São João Del Rey, na segunda metade do século XIX, transfere-se mais tarde com sua esposa para a região de Poço Fundo, onde toma posse de grande extensão de terras (três a quatro mil alqueires) doadas pela Coroa Portuguesa. Além disso, ganha o título de Barão, delegado pelo então Regente, Dom Pedro II, representado por uma carta (até pouco tempo existente na família Gouveia)¹¹. Nessas terras constitui família e forma sua fazenda, assentada na lavoura de café e na cultura de subsistência.

O Barão teve quatro filhos, sendo dois homens e duas mulheres: Maria Amélia, que se casa e muda para o Estado de São Paulo; Júlia, que se casa com Antônio Dias Carneiro e radica-se no bairro rural dos Carneiros, na região de Poço Fundo; Antônio Dias de Gouveia, considerado incapaz, por problemas psíquicos; e José Dias de Gouveia Filho, que se torna mais tarde o Coronel José Dias, personagem importante na formação da cidade.

A sede da fazenda foi instalada na zona rural, hoje conhecida como bairro Bela Vista. A partir da mesma, segundo Beto, o Barão começa a povoar a região, dando terras a pessoas que chegavam de outros lugares, que tornam-se gente da sua confiança e instalam-se sob suas ordens:

“O Barão tinha lá o pessoal da confiança dele. O Zeca Alves, os pais do seu Juca Alves, era um dos homens da confiança

¹¹ Tal carta foi perdida pelo Messias, ex-prefeito e ligado a Beto Gouveia politicamente, que a pediu emprestada para dar sustentação política na sua última candidatura a prefeito.

dele. Então ele falava: ô, fulano, você vai morar em tal lugar, você vai ficando com aquelas terras e você vai pagando à medida que você pode. Com porcos, com gado, com prestação de serviços....A finalidade dele era estabelecer, povoar mesmo.”

(Beto Gouveia, fazendeiro, Nova Gimirim – 1998)

“(...) se instalaram e foram trazendo pessoas da confiança dele. Foram trazendo pessoas. O Barão dividiu a propriedade dele. Aí não tem muito critério não. Ele colocou um filho lá nesta fazenda que é minha hoje. Colocou um filho lá. Colocou a filha dele, que é que estou falando para você deste bairro do Carneiro aqui, que casou com este tal de Antônio Dias Carneiro.”

(IDEM)

Paralelamente e posteriormente à instalação do Barão, outras famílias chegam à região sul-mineira e se estabelecem em fazendas de café, apossando-se do território rural. Inicia-se a formação de uma rede básica de famílias, sustentadas pela grande fazenda que confere poder econômico e político ao local. Como exemplo, temos a família de Chico Pereira da fazenda Machadinho, forte opositor do Barão; família Lima, da (atual) fazenda Limeira, palco mais tarde de uma contenda política envolvendo terras na fronteira com o município de Machado; família Paulino, da fazenda Central; Antônio Generoso, da fazenda Neves, a qual mais tarde é loteada e dá origem ao novo bairro residencial de Poço Fundo, chamado Nova Gimirim.

Surge, assim, nomes de famílias que iniciam uma tradição na atividade agrícola formada pelas lavouras de café e pela cultura do fumo e de subsistência. Povoada pelo grande número de colonos assentados em suas terras, a fazenda é o início da construção de redes de um poder rural organizado espacialmente em bairros rurais. Estes, constituídos pela “venda” e pela Igreja, passam a nuclear as relações sociais destes colonos, que mais tarde transformam-se em lavradores rurais assentados em seus sítios através dessas duas atividades - comercial e religiosa ¹².

¹² Apesar do trabalho de campo não ter desenvolvido uma pesquisa mais detalhada nos bairros rurais, percebeu-se que, enquanto unidade social, apresentavam características similares aos descritos nos trabalhos de P. Queiroz (1973) e L. Fukui (1979), sobre sítiantes tradicionais em áreas de bairros rurais:

“Os bairros rurais estão muitas vezes separados uns dos outros por grandes distâncias. Todavia, quanto mais denso o povoamento da região, mais os bairros se multiplicam e mais as distâncias entre eles diminuem. A distância tem

“Nos bairros rurais tinha a venda e a igreja. Sempre foi tradicional a venda com a igreja. Sempre foi imprescindível esses núcleos nos bairros rurais.”

(Messias, técnico agrícola, rua Barão de Alfenas - 1998)

Através da formação de bairros rurais, começa a desenhar-se um traçado físico e social da região, destacando a força política e econômica de alguns deles, a partir das famílias que aí se estabelecem. Como exemplo, temos: Coutinho, Barra Grande, Lavrinha, Paiolino e Bucaina, este último chefiado pela família Ferreira que instala sua sede nessa região, tornando-se o Capitão Ferreira um dos principais chefes do bairro. Conta-se que tal domínio era exercido com mão de ferro, ficando conhecidos como os Capitães da Bucaina, devido à história que se criou em torno da valentia e braveza dos membros dessa família:

“O arquétipo deles é o seu João Batista que está com 90 anos. É baixinho, narigudinho. Então eu acredito que o capitão Ferreira de Assis deve ser daquele tipo, baixinho, narigudinho, aqueles Capitãezinhos da Bucaina, que são bom de briga, valentes. Valentes que era uma coisa para brigar. Eram os defensores deles, do coronel José Dias. O pessoal dele era aqueles.”

(Beto Gouveia, fazendeiro, Nova Gimirim - 1998)

“Ferreira, todo capitão era Ferreira, tudo mau, tudo bravo. O capitão Ferreira vem da Bucaina. Tudo lá era tudo deles, são família muito grande, veio vindo os filhos, o pai teve muitos filhos, e a segundo geração tinha muito filho, tudo tinha dez filhos. Era uma turma e tudo de dez a doze filhos.”

(Zilá, dona de casa, rua Prefeito Isaías de Carvalho – 1996)

grande importância na determinação dos limites de um bairro, pois é preciso que seus membros possam assistir regularmente às festas religiosas celebradas na capela; é preciso também que participem de mutirão, também coletivo que cada lavrador em geral se vê compelido a utilizar.” (Pereira Queiroz, 1973, pp. 50-51). TRABALHO

“Durante os trabalhos agrícolas, a população vive dispersa nos sítios e nas roças; a procura do núcleo ocorre ‘nas quadras festivas e eleitorais’: vive então ele em função do ritmo de trabalho do campo e do calendário religioso.” (Lia Fukui, 1979, p.69).

Outro bairro rural ressaltado nesse período é o Machadinho, onde se localizam as terras rurais de Chico Pereira. Nelas inicia-se um lugarejo de casas e armazém (dentro de sua propriedade) chamado mais tarde de Machadinho Velho. Situado a aproximadamente três quilômetros do local de fundação da cidade, Machadinho Velho é apontado pelos entrevistados como o início do arraial que surge de forma espontânea, atraído pelo comércio que se estabelece na rota dos tropeiros que por lá passavam. O comércio movimentava o arraial: constroem-se casas, levando, em consequência, há uma maior concentração de habitantes:

“Aqui chamava Machadinho. Aí formou a cidade lá. Lá ficou com o nome de Machadinho e aqui Machadinho Velho. Porque as primeiras casas, não é do meu tempo, mas as primeiras casas de começo, de arraial foi aqui. Aqui que começou o arraial.”

(Osório, fazendeiro, Machadinho Velho - 1998)

“Tinha comércio. Tinha, ali, aonde passa o asfalto ali, tinha uma casa, era um armazém ali, tinha tudo. Era armazém sortido, ferragem, cereais, e essa coisa. Aqui bem em frente, ali pra cá do asfalto, ali, ali tinha uma casa de tecido. Tinha fazenda, de vender os metros. Aqui tinha umas par de casas, beirando aquela estrada que ia pro Chico Pereira. Ali onde é do povo do Tônico Cândido hoje. Ali tinha umas porção de casa ali. Aqui tinha outras casas que vinha pra cá. Ali ainda tem, embaixo do aterro ali tem uma rua calçada, ali.”

(IDEM)

É a partir dos bairros rurais que se dá a formação das primeiras famílias de fazendeiros e dos principais chefes políticos da região, onde se desenvolvem as atividades agrícolas que dão suporte à economia da região e onde se esboça um princípio de cidade na figura de um arraial, mais exatamente no bairro Machadinho Velho. A matriz da cidade, em seu aspecto social, físico e econômico, é constituída dessa estrutura que será a base de formação da cidade. A história oficial desta é relatada pelo Jornal de Poço Fundo.

“Em 2 de Abril de 1870 um arraial é formado em terras doadas pelo capitão Ferreira de Assis - tendo outra versão que identifica em ambos, o capitão e o Barão como principais doadores da cidade - com o nome de São Francisco de Paula do Machadinho. Tal nome refere-se ao padroeiro da cidade, São Francisco de Paula, juntamente com o rio Machadinho que margeia o arraial. Logo em seguida, este é elevado a distrito do município de Alfenas. Em 1880 desmembra-se de Alfenas, anexando-se ao município de São Gonçalo do Sapucaí, antiga Silvianópolis. Dez anos depois, 1890, dá-se a transferência do distrito para o município de Machado, ao qual pertenceu até se emancipar. Sua emancipação ocorre em 1923, com o novo nome de Gimirim, que significa machado pequeno na língua tupi-guarani. No ano seguinte, 1924, instala-se a primeira câmara tendo como presidente José Dias de Gouveia Filho, então neto do Barão de Alfenas, que acumulava a função de agente executivo, pelo fato de não ter prefeito na época. No dia 12 de dezembro de 1953, o nome da cidade é mudado para Poço Fundo, nome referente a um antigo bairro rural do município.”

(Jornal de Poço Fundo, Ano I, Março de 1997)

A história oficial conta que a cidade surge com a doação de terras, ora do Capitão Ferreira de Assis, ora do Barão José Dias de Gouveia. De um descampado onde, existindo apenas terras, origina-se o arraial juntamente com a igreja. A seguinte narrativa transmite essa idéia de marco zero:

“Poço Fundo, ele foi criado, foi iniciado no dia 2 de Abril de 1870, pelo Capitão Ferreira de Assis, com alguns de seus camaradas. Fez o roçado aqui que não tinha nada, e construiu uma igreja, em torno dessa igreja é que cresceu o povoado. A data de 1870 é da fundação, estamos de cento e vinte e oito anos de fundação. O que passou a cidade da independência de Machado foi em 1924, aí foi mudando de nome, teve Santo Antônio de Paula, São Francisco de Paula, Machadinho, depois Gimirim, que foi até 1952. Machadinho Velho nada tem a ver com a cidade.”

(Joaquim, professor, rua Ferreira de Assis – 1998)

É somente com as entrevistas que a notícia congelada pela história oficial é desvendada, aquecida pelas falas dos informantes. Estas conferem um movimento ao processo de formação da cidade e suas redes sociais, revelando as bases da percepção do seu espaço físico, que surge como expressão de vontades políticas em meio a um embate de terras e oposição de chefes políticos locais.

Conforme os informantes, a fundação da cidade em outras terras fora de Machadinho Velho deu-se por motivos políticos: uma disputa de domínio de terras que força a transferência do local da fundação para as propriedades do Barão. Pelo fato de estar nas de Chico Pereira, forte opositor do Barão, este *“puxa a cidade para suas terras”*, no dizer de um informante, fundando um arraial em terras doadas de sua grande fazenda. A mais ou menos três quilômetros a oeste de Machadinho Velho, surge a cidade, em 1870, com o nome de São Francisco de Paula do Machadinho, oficialmente reconhecida pelas leis estaduais:

“Ali já fugia dos domínios dele, do coronel José Dias. ‘Não vou fazer cidade lá, de jeito nenhum. Depois cai nas mãos dos outros? Não, traz pra cá.’ E daqui no Machadinho Velho ele já perdia o controle, né! Ainda mais uma outra coisa: Machadinho Velho está mais próximo dos Paulinos, do Chico Pereira. Ele era opositor do José Dias.”

(Beto Gouveia, fazendeiro, Nova Gimirim - 1998)

“O começo do Machadinho é aqui. Aqui que começou a cidade. Machadinho Velho. Aí depois teve um pessoal aglomeraram mais ali e pediram pra ir pra lá. Justamente o Gouveia, o pai do Gouveia, o Barão, deu aquele terreno pro município aí.”

(Osório, fazendeiro, Machadinho Velho - 1998)

“(...) aqui surgiu, passou pra lá, porque antes de terminar aqui já tinha um povoado bom lá na cidade. Aí foi que passou o pessoal. Foi aumentando o comércio pra lá, aí aqui foi acabando. Acabou aqui. Morreu o Machadinho Velho. Ali na cidade, que eu me lembro, era muito pouca casa ali. Lá era a fazenda do Barão que vinha até no rio Machadinho. Do rio

Machadinho pra lá tudo era da fazenda do barão.”

(IDEM)

A mudança de local da cidade que sai das terras de Chico Pereira para as das famílias Gouveia e Ferreira provoca uma contenda entre essas famílias. A cidade desenvolve-se principalmente no embate das duas últimas famílias que, junto a outras, estabelecem uma rede de poderes nos lugares formados *no e pelo* espaço físico da cidade. Embora essa relação seja descrita ora com aproximação - em que ambos, o Barão e Ferreira de Assis, encontram-se na política trabalhando juntos -, ora como opositores, seus nomes são citados, tanto na história oficial quanto na história oral, como pessoas que tiveram importante participação na história da cidade. No entanto, vamos perceber ao longo das narrativas que Ferreira de Assis é destacado na história oficial como principal fundador, enquanto o Barão é citado com mais ênfase na fala dos habitantes:

“O Barão era muito rico, era um grande fazendeiro. Quando fundou Poço Fundo isso aqui era tudo dele, a igreja, ele doou as terras para fazer Poço Fundo.”

(Zilá, dona de casa, rua Prefeito Isaías de Carvalho - 1998)

Uma dessas disputas pelo controle do espaço físico e social da cidade é percebida na narração da criação da Igreja matriz, na qual é oficializada a fundação do arraial. A cruz como marco institucional religioso, representando o poder vertical, e a terra, marco do poder político e econômico, representando o poder horizontal, determina o cenário para a oficialização da cidade.

“Naquele tempo, existia uma ligação muito forte entre o poder econômico e o poder... a religião, né. Tanto que esta expressão que a gente usa hoje, jocosa - vai reclamar ao bispo -, naquele tempo o bispo arbitrava questões mesmo. Uma questão lá o bispo resolvia mesmo. O bispo falou tá falado. Então uma das formas de exteriorizar o poder era a Igreja, né. O poder econômico e o poder religioso se misturavam ali.”

(Beto Gouveia, fazendeiro, Nova Gimirim – 1998)

Com a construção da Igreja matriz, a cidade é fundada e o fundador-mor é destacado na transformação do arraial em cidade, que o legitima como seu representante. A imagem de fundador-mor é disputada entre as personalidades Barão e Capitão Ferreira de Assis, percebida nas falas de seus respectivos bisnetos, Carlito Ferreira e Beto Gouveia:

“Não sei se você sabe, mas quem recebeu a ordem para construir a primeira Igreja, na verdade era assim, foi o Capitão Ferreira de Assis. Foi o primeiro fundador que recebeu a licença para erguer a Igreja.”

(Carlito Ferreira, prefeito, rua Ferreira de Assis - 1998)

“Esta Igreja teve uma participação muito próxima de Júlia Carneiro. Inclusive o sino foi ela que doou, a casa paroquial foi ela que doou. A casa paroquial foi desmanchada agora, tem questão de dois anos atrás. Foi ela que doou. O Barão naquela época aparecia mais, porque parecia uma pessoa de maior poder aquisitivo. Então aparecia mais no cenário político. Ele participou mais na política que o Capitão Ferreira de Assis. Foi o primeiro fundador que recebeu a licença para erguer a Igreja.”

(Beto Gouveia, fazendeiro, Nova Gimirim - 1998)

A atividade política conferiu à imagem do Barão maior visibilidade, tornando-o popular e mais lembrado na fala dos habitantes. Essa atividade política é sedimentada através do filho José Dias, que passa a administrar os bens da família e a ocupar o lugar do Barão que morre em 1898.

“O filho recebeu uma extensão grande de terras e recebeu o título de coronel. Coronel José Dias de Gouveia, que é a família Gouveia que está aí o pai do doutor Luiz neto do Barão José Dias de Gouveia. E as coisas foram evoluindo aos poucos, até que papai começou a entrar na política também. Ficava o Barão de um lado, porque naquele tempo predominava o regime de coronelismo. Era jagunço e

jacobino. Era assim. E foram evoluindo até que chegou a esse estado de coisa que hoje existe, desses partidos políticos, que foram organizados como está, e que é relativamente recente. Acabou com o coronelismo, que foi Getúlio Vargas quem acabou com isso.(...) Meu pai era Jacobino e o Barão era Jagunço. Mas eles andavam sempre juntos. Quando era alguma coisa de responsabilidade, eles, o papai falava com o Barão. O Barão com o papai, então, resolviam os problemas e decidia as coisas e tudo funcionava em função deles, principalmente do Coronel José Dias de Gouveia. Agora foi evoluindo até que chegou a justiça completa. No tempo do coronel José Dias ele nomeava uma pessoa para ser soldado daqui. Chamava de bate-pau.

(Gentil, fazendeiro, Praça Matriz – 1998)

A fala de Gentil Paulino, filho de fazendeiro tradicional e morador da praça matriz destaca a época dos coronéis como um regime de mando local, segundo os chefes políticos existentes. Tanto o seu pai quanto o Coronel José Dias eram partes de uma mesma estrutura de poder que, pautados na grande fazenda - que conferia o monopólio econômico, e o controle dos votos - formavam o quadro do coronelismo ¹³.

“Naquela época abria dois livros. Um livro com o nome do partido e outro livro com o nome do outro partido. O partido era dos jagunços e dos jacobinos. Votava no jagunço ou no jacobino, na presença de todo mundo ali. E as vezes eles costumavam, como era política muito forte assim, eles favoreciam alguma coisa, para ele dar o voto. Chegava lá e votava contra. Às vezes dava um chapéu, outra dava um par de botina. E chegava na hora e votava contra. Eles dava um pé só de botina numa eleição se votasse a favor. Se votasse

¹³ O termo de coronel, segundo V. Leal (1997), é usado no vocabulário corrente para designar as particularidades da nossa política do interior brasileiro. Tendo como base a estrutura agrária, o coronelismo representa a política dos municípios comandada pelo poder econômico dos grandes proprietários de terra, que tem no seu controle uma grande parcela dos votos eleitorais. Na sua análise sobre o coronelismo no Brasil, o autor afirma:

“O coronelismo é antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude do qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa.” “(...) o coronelismo é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público (...) e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. (1997, p.40).

a favor dava outro pé depois da eleição. E aí completava o par.”

(Dino, carpinteiro, rua Leôncio Gouveia – 1998)

Muitas vezes lembrado também como “o Barão”¹⁴, o Coronel José Dias transfere-se para a cidade, construindo sua casa ao lado da praça principal, perto da Igreja matriz. Lá estabelece seu local de controle e visão da cidade, percebendo todos que por ali passavam e fazendo desse ponto, um posto de observação de seu território:

“O Coronel José Dias ficava lá na casa dele, de dois andares, na sacada, ele ficava muito na sacada. E via todo mundo que passava embaixo. Isto não tinha aquele. Ele conversava - ô fulano, onde você vai indo, de onde você vem vindo?”

(Beto Gouveia, fazendeiro, Nova Gimirim - 1998)

“O Barão era o maior fazendeiro que tem por aqui. Tinha o prédio dele na esquina, hoje é banco. Lá no espaço da Igreja. Época de política reunia o povão tudo. Ele tinha muito gado.”

(Ernesto, lavrador rural, Canto - 1998)

“Quem mandava mesmo era o Zé Dias. Ele que era o Barão, que mandava aí. A casa dele é na esquina. Quando tinha diversão era ali. Onde é aquela casa na esquina perto da Igreja, debaixo, ali. Onde o povo dança, ali. Era uma casa muito alta, de madeira, de pau-a-pique.”

(Armínio, lavrador rural, Canto – 1998)

¹⁴ O tempo do coronel José Dias é muitas vezes lembrado como o tempo do Barão, que apesar não ser o Barão de Alfenas, é projetado nessa mesma identidade de Barão. Muitos dos entrevistados referiam-se ao coronel José Dias como sendo o próprio Barão. Tal movimento da memória é apontado por M. Pollak (1992) como transferência por herança, que consiste num fenômeno de projeção de determinados elementos da memória (como acontecimentos, personagens e lugares) que podem ocorrer dentro da organização da memória coletiva ou individual. Segundo o autor: “É perfeitamente possível que, por meio da socialização política ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada.” (1992, p. 201)

A visão da cidade através da sacada, na fala de Beto, refere-se ao avô, Coronel José Dias, como homem de grandes qualidades, destacando-o como a pessoa de maior capacidade para administrar a cidade:

“Ele era uma pessoa de muita visão que o pai dele. Porque tudo que ele deixou, tanto que ele realmente construiu tudo que existe hoje, se for analisar bem, tudo que existe hoje que a gente palpa, não é o Barão que fez. Foi o Coronel José Dias que fez. Ele fundou uma cidade, ele só tinha um neto homem! Tire ao redor, que era para o meu pai, tirem ao redor lá. Você imagina, um cara pensar isso... pensar isso hoje tudo bem. Mas pensar isso há oitenta anos atrás, que amarrava cachorro com lingüiça, que terra não valia nada! Que você vendia pra trocá em porco (...)”

(Beto Gouveia, fazendeiro, Nova Gimirm - 1998)

A fala que menciona a construção da cidade reitera a ação de uma pessoa como fundador da mesma: ela surge das mãos de um político e de um interesse próprio. A postura de intitulá-lo como dono da cidade e possuidor de uma vontade única e visionária ¹⁵, é também indicada na sua relação com os habitantes da cidade. Como um dos principais chefes políticos, sua figura destacava-se como ponto de orientação e de mando local:

“O Coronel Zé Dias que mandava. Tanto que aqui primeiro não tinha polícia não. Aqui era o bate-pau. Tinha os bate-paus. Chega, briga aí e mete o cerco nele. Naquele tempo era assim. Ia pra lá e ficava lá e não ia pra cadeia. Ele que mandava. Não é como hoje não! O Zé Dias mandava na cidade. É como um rei. O rei que manda, né!? O que o rei falar, tá falado. O negócio é esse.”

(Armírio, lavrador rural, Canto - 1998)

¹⁵ M. Vilaça (1978) aponta o duplo papel que o Coronel apresenta como chefe político, a saber: *“Sua atitude é predominantemente conservadora; às vezes de reação agressiva ao novo. No entanto, é o coronel, consciente ou inconscientemente, um veículo de mudanças. Vê-se levado a promovê-las como que para não perder a iniciativa social e para assegurar seu cetro paternalista de doador de coisas, de patrocinador de causas.”* (1978, p. 19)

Armírio acentua nesta fala o poder de mando político do Coronel José Dias, expresso no poder de polícia que este congrega em suas mãos. Sua comparação do coronel José Dias a um rei sugere a idéia de um poder absoluto que concentra na sua pessoa as principais instituições sociais da cidade, caracterizando o “mandonismo local” (M. Queiroz, 1976) do “coronelismo”¹⁶. Tal percepção de grande poder econômico e político (representado pela idéia de “rei”), na fala de um lavrador rural, é, segundo V. Leal (1997), marcado pela posição de roceiro que tende sempre a ver no “coronel” um homem rico, dado ao forte contraste econômico entre fazendeiro e lavrador rural, reforçando assim esta polaridade.

“Além do mais, no meio rural, é o proprietário de terra ou de gado quem tem meios de obter financiamentos. Para isso muito concorre seu prestígio político, pelas notórias ligações dos nossos bancos. É pois, para o próprio “coronel” que o roceiro apela nos momentos de abertura, comprando fiado em seu armazém para pagar com a colheita, ou pedindo dinheiro, nas mesmas condições, para outras necessidades.” (1997, p. 43)

“O envolvimento dele com a comunidade era um envolvimento de poderio. Porque ele tinha o poder, ele era o mais rico, o norte que eles falam, até que ele era o banco da cidade, ele prestava dinheiro para todo mundo. Isso já dá naturalmente um poder, né. Mas ele, o poder dele vinha da empatia dele com as pessoas, entendeu, da maneira...”

(Beto Gouveia, fazendeiro, Nova Gimirm - 1998)

“Ele era um homem que tinha a consciência de ser rico, e de ter a consciência de ter um relacionamento muito grande, por causa do nome dele. Era um homem simples, mas muito austero. Pode-se dizer que ele era o banco do povo daqui.”

(Gentil Paulino, fazendeiro, Praça Matriz - 1996)

¹⁶ Segundo V. Leal (1997) o “coronel” resume em sua pessoa importantes instituições sociais, a saber: “Exerce, por exemplo, uma ampla jurisdição sobre seus dependentes, compondo rixas e desavenças e proferindo, às vezes, verdadeiros arbitramento, que os interessados respeitam. Também se enfeixam em suas mãos com ou sem caráter oficial, extensas funções policiais, que frequentemente se desincumbe com a sua pura ascendência social, mas que eventualmente pode tornar efetivas com o auxílio de empregados, agregados ou capangas.” (1997, p. 42)

“A família Ferreira de Assis era muito grande. Uma gente muito sistemática, muito retraída, muito consciente de si próprio e não se relacionava muito. O coronel José Dias de Gouveia mandava porque ele era cheio de cobre, tinha dinheiro, de modo quem tem o cobre tem amigo.”

(IDEM)

A figura política do Coronel José Dias - ou Barão - é firmada no posto que assume como representante da cidade na reunião da Câmara em Machado, como vereador e controlador de terras da cidade, na distribuição em forma de doação de terrenos para a construção das casas. Essa doação permitia-lhe controlar os votos nas eleições. Assim, desenhava-se no terreno da cidade locais de construção que seriam de partidários do Coronel José Dias, formando uma concentração de habitantes, no local, já definido como lugar desse político. Concentrando, dessa forma, o poder e, conseqüentemente, mapeando a cidade conforme a expressão política vigente na época:

“Aqui não fala em pagamento. Se for analisar bem é um requerimento que a pessoa fazia. Doação. Aqui fala até em terra devoluta, né? Terra devoluta, simplesmente permitia a construção. Agora aqui, neste poder aqui naturalmente que eles só davam terreno para construir casa cara que fosse partidário dele. Sem dúvida nenhuma!”

(Beto Gouveia, fazendeiro, Nova Gimirim - 1998)

Ana Claudia - Mas então as pessoas chegavam de fora e queriam construir a casa delas? Elas podiam fazer isso? Ou tinham que pedir para o Coronel?

Armírio - Tinha que pedir

Ana Claudia - Construíam mais para o lado de baixo?

Armírio - É , pra baixo. Mais pra baixo que pra cima

(Armírio, lavrador rural, Canto - 1998)

Através da oposição política que se estabelece na cidade, sua formação e construção são orientadas segundo os locais eleitorais que

se definiam com os partidos. Inicialmente, havia dois partidos em disputa: os Jagunços, que formavam a liderança, e os Jacobinos, que eram a oposição. Os jagunços eram representantes do coronel José Dias, e os jacobinos, das famílias Paulino e Pereira:

“A oposição era os Paulinos, né? Na época existia, era férrea a determinação deles lá. A propriedade da fazenda, aqui do Barro Amarelo. Eles eram jacobinos, e o Coronel José Dias era jagunço.”

(Beto Gouveia, fazendeiro, Nova Gimirim - 1998)

“Este nome, jagunço e jacobino, faz parte da história do Brasil. Eu não sei porque tem negócio de jagunço e jacobino aí, eu não sei o que é, mas é a nível nacional.”

(IDEM)

A oposição partidária projeta a oposição no espaço social da cidade, desde sua fundação. Nela, temos o início da cidade constituída basicamente em duas partes, Praça e Vargem, que se formam segundo este movimento de oposição que se instala na cidade, e pelo qual o seu espaço físico e social é organizado e percebido.

A praça, localizada no alto da colina onde a cidade se espalha, é formada inicialmente pela Igreja, o Sobrado do Barão, o Fórum e as casas ao redor (fig. 14). A construção destas segue uma ordem econômica e política que, orientada pelo sobrado do Barão, forma um reduto de casas de fazendeiros - correligionários daquele - ao redor da Praça¹⁷. Esta torna-se o ponto principal de visibilidade social e econômica

¹⁷ Um dos responsáveis pela construção das casas na cidade foi o pai de seu Dino Romanelli que, vindo da Itália, é empregado na fazenda da família Paulino que o contrata para serviços de pedreiro. Mais tarde, a família Romanelli muda para a cidade, onde é chamada para construir as casas dos fazendeiros na cidade, localizados, primeiramente, em torno da Praça Matriz e, já época de Gimirim, estende-se para a Avenida, fazendo contraste com as outras casas simples dos demais habitantes. *“Papai construiu estas casas da praça e Avenida. Construiu também parte da Igreja. Estas casas melhor assim, mais de importância, assim, ele pegava tudo. Papai gostava muito, naquele tempo usava muito fazer as frentes da casa. Trabalhava aqueles florões, aquelas coisa tudo. Nesta casa da avenida tem até dois leões de pedra. Aquilo é serviço de papai. Ele era especialista nesta coisa tudo.”* (Dino Romanelli, carpinteiro, Avenida - 1998) Algumas casas desta época ainda existem na cidade, mostrando em suas fachadas uma decoração de época que se destacava pelos motivos de inspiração da arte arquitetural italiana, aplicados exclusivamente nas casas dos fazendeiros, como distinção social e econômica das demais construções (ver figs 15/16). Junto a estas casas a Igreja

pela qual os fazendeiros identificam-se no plano físico, social e simbólico da cidade:

Ana Claudia – *Onde moravam as famílias tradicionais?*

Tonho - *Na praça. Os fazendeiros sempre tinham casa ali. Nos quarteirões ali. Em época de festa, que eles vinham para a cidade.*

(Tonho, bancário, Avenida - 1998)

Ana Claudia – *Onde se localizavam as casas dos proprietários de fazendas aqui em Poço Fundo?*

Gentil - *Em redor da Igreja aqui, ao redor da praça, no sobrado do José Dias, destancava boi, e o Antônio Onassi que era o carreiro levava o boi, botava no pasto do Barão ali mesmo na caixa d'água...*

(Gentil Paulino, fazendeiro, Praça Matriz - 1996)

Adquirindo significado político, através do sobrado do Coronel José Dias, reduto dos jagunços; econômico, através das casas de finais de semana dos principais fazendeiros da região; jurídico, através do Fórum; religioso, através da Igreja Matriz, a praça vai-se tornando um espaço-eixo da cidade e adquire também representatividade dos três poderes, que nela se concentram. Através dessa representatividade, seu significado como espaço social baseia-se na idéia de lugar dos ricos e poderosos, ao mesmo tempo que inscreve a divisão política, econômica e social da cidade, separando a Vargem do centro. É na Vargem, local logo abaixo da praça, que se inicia o movimento da cidade com seu comércio dos chamados secos e molhados. Localizada entre a antiga entrada da cidade e o rio Machado, a Vargem constituía o local de ligação das fazendas, tornando-se o ponto central de cruzamento da estrada, para onde foi transferido o comércio, localizado antes no Machadinho Velho:

“Foi desenvolvendo lá e foi puxando um ambiente. Esse Otávio Passos mesmo passou o comércio dele pra lá. Depois o comércio era na Vargem, ali na beira do rio.”

(Osório, fazendeiro, Machadinho Velho - 1998)

Matriz também foi construída pela família Romanelli, pai, tio e o próprio Dino, que fez a escadaria da Igreja, os ladrilhos e a torre, onde ajudou a colocar o sino e o relógio, que se transforma na principal referência das horas da cidade.



Fig. 14 – Nesta foto podemos perceber frente à Igreja Matriz a demarcação da Praça. Ao redor desta as casas dos fazendeiros, que se destacam pelo seu porte arquitetural, sendo uma delas o Fórum da cidade e logo acima à direita da Igreja encontra-se o sobrado do Barão. Abaixo da praça estão as chácaras que faziam fronteira com o espaço da cidade em formação. (Arquivo particular de um dos fotógrafos da cidade,s/d)



Fig. 15 – Uma das casas antigas da cidade, localizada ao redor da praça, destaca-se pelos florões das janelas e a coluna estilo romana feitas pelo italiano Dino Romanelli. Pertence a uma família tradicional, fazendeiros da região, que atualmente aluga a parte de baixo da casa para uma loja de confecção. (Foto:AC.Lyra,1998)



Fig. 16 – Outra casa antiga da cidade trabalhada por seu Dino. Localizada na rua Barão de Alfenas, destaca-se das demais pelo detalhes das janelas e a coluna romana. (Foto:AC. Lyra1998)

“Porque começou lá, onde que é hoje os veteranos, aquele núcleo ali. Aí pulou pra cá. Muito acidentado ali. Começou lá no Machadinho e aí veio pra cá. Aí já pegou na Vargem, né. Aí pra fazer a cidade. De certo era tudo mato aqui, né?”

(Tonho, bancário, Avenida - 1998)

Apesar das vendas dos bairros rurais concentrarem o movimento político e social, a Vargem vai ganhando força econômica e expressão política com a transferência desse movimento para as novas vendas que abrem neste local. Sua movimentação vai crescendo através do comércio que surge; e este, em face das compras realizadas pela população das fazendas e dos bairros rurais nos finais de semana, torna-se o principal local de venda e compra, bem como um espaço de grande socialização:

“Na Vargem era o lugar mais animado que tinha. Naquele tempo não tinha caminhão, o automóvel não existia ainda, então vinha na estação de Alfenas. Já tinha estrada de ferro até Alfenas, então eles ia pegar estes tropeiros e carreiro. Vinham buscar carga e levar para embarcar pra São Paulo e pra vir pra cá. Levava quatro dias, dois dias pra ir e dois dias pra voltar. Eles tinham uns ranchos na estrada assim, onde era os pontos de pouso, se ajuntava lá as vezes, 3 ou 4 tropeiros com os burros e fazia aquele fogueirão. Uns ranchos aberto e dormia naqueles rancho ali pra no outro dia acabar de chegar aqui. Tinha a firma do Zé Velani, era um comerciante, era um italiano. Era a maior firma que tinha por aqui. Tinha uma loja de secos e molhados lá. Então começava lá a cidade, na parte de baixo, lá na Vargem, e depois que veio aqui pra cima...o que tinha era lá na vargem que começou a cidade, mais pra baixo ali. Aqui onde nós estamos aqui, era patrimônio tudo. Não tinha nenhuma casa. Esta praça que está aqui, não tinha nenhuma casas aqui ainda, naquela época.”

(Dino Romanelli, capinteiro, rua Leôncio Gouveia, grifo meu – 1998)

É a partir de um vasto “patrimônio”¹⁸ que a cidade começa a ser construída e organizada. O espaço físico da cidade, chamado de “patrimônio” pelos habitantes, desponta em suas falas, como lugar marcado e definido pelos principais políticos locais, opositores entre si. Tal oposição estabelece um jogo de interesses que movimenta os significados, colocando-os na base da organização social do espaço.

Segundo essas significações que constroem o espaço físico, social e simbólico através da história da fundação da cidade, o “patrimônio” é demarcado: a Praça e a Vargem, em oposição, surgem como eixo principal desse mapeamento, no qual são percebidas como espaços base da percepção da cidade, através do uso social que vai sendo construído nestes, desde a fundação da cidade. A Vargem torna-se, assim, o local de oposição política ao Coronel José Dias, comandada pelo principal comerciante da área, José Velani.

Como imigrante italiano, Zé Velani estabelece-se na Vargem e firma-se como um dos mais importantes comerciantes da cidade. Abastecendo as principais fazendas da região, torna-se pessoa bem relacionada, construindo redes de poder junto a seus correligionários, como por exemplo, Chico Pereira. Através do comércio, Velani faz de seu estabelecimento um ponto de encontro dos chefes políticos locais que formam a oposição ao coronel Zé Dias. Assim, a Vargem vai-se constituindo em lugar de oposição política e de contraste social e econômico em relação aos habitantes da praça matriz. Se na praça as casas são dos fazendeiros, na Vargem são dos habitantes de menor poder aquisitivo (comerciantes e pequenos proprietários rurais).

Tonho - Gimirim começou lá na Vargem. Do Zé Velani que era o comerciante mais forte aí.

Ana Claudia - Então a Vargem seria a parte mais antiga de Poço Fundo?

Tonho - É, começou lá. Os Velani, italiano, vendia muita coisa. Quase tudo importado, coisa muito boa. Vendia tecido, relógio, arma de fogo...

Ana Claudia - E ele supria as principais fazendas?

Tonho - Era. Supria também, tinha o armazém. Filho dele Antônio Velani sempre teve... ali embaixo tinha comércio

¹⁸ A idéia de patrimônio utilizada pelos informantes refere-se à terra vazia. Mais adiante, teço considerações sobre este assunto, quando analiso a época de Machadinho, considerada como espaço-“patrimônio”.

mesmo, ferraria, essas coisas, tudo é comércio.

Ana Claudia - *Mas o núcleo central foi naquela parte da Vargem? Tinha aquelas casas ao redor da praça São Benedito?*

Tonho - *Tinha. As casas ali, acho que tudo era casa ali. Depois foi subindo. É da São Benedito pra cima até na praça. Foi crescendo pra cá. Veio vindo pra cima.*

(Tonho, bancário, Avenida - 1998)

Na época de Machadinho, a Vargem era o local da cidade onde sempre havia problemas de enchente devido à aproximação do rio Machado. Os constantes alagamentos (fig. 17) que ocorriam em épocas de chuva tornavam o lugar impróprio para a construção de casas, direcionando-as em outros rumos. No dizer de Maria Tocacelli, a mais antiga moradora do lugar:

Ana Claudia - *Como era Machadinho?*

Maria - *Não tinha muita casa não. Mas aqui em baixo tinha. Caiu com a enchente e as casas foram reformadas.*

Ana Claudia - *Mas já havia essas casas aqui em volta da praça?*

Maria - *Essa casa foi feita no século passado. Meu pai comprou essa casa por três contos.*

(Maria Tocacelli, dona de casa, Vargem - 1996)

“Embaixo, ali na casa do Lucio, meu pai comprou, tinha uma casa lá feita de adobro. Comprou a casa lá mas não deu pra morar, porque tinha água por ali. Pegava e chovia e saía mina d’água pra toda banda. Aí papai foi e pegou e vendeu.”

(Armírio, lavrador rural, Canto - 1998)

“Antigamente não tinha nada! Agora tem movimento de casa aí. Tudo era casa de adobro, velha. O raio do rio antigamente vinha até aqui. Essa rua enchia. Dava muita enchente aqui.”

(Pedro, lavrador rural, Canto - 1998)

Com o tempo, a Vargem vai perdendo seu movimento devido à expansão de outras áreas mais distantes do rio. Casas de comércio e habitações são transferidas para a parte de cima da cidade, como é o caso da Rua Capitão Antônio Gonçalves, que fica conhecida como Rua do Cinema (fig. 18). Esta foi, mais tarde, uma das principais ruas de comércio, concentrando-se nela o movimento que puxa o centro de gravidade social da Vargem para a parte acima da praça matriz.

“Na rua do cinema foi mais tarde o centro de Poço Fundo. A Capitão Antônio Gonçalves foi sendo o centro, depois passa para a praça.”

(Joaquim, professor, rua Ferreira de Assis – 1998)

Com a instalação do cinema, passa a ser chamada Rua do Cinema, principal local de lazer da cidade e ponto de encontro dos rapazes e moças. Essa parte da cidade ganha maior destaque na época de Gimirim, quando o comércio se fortalece, abrindo novas casas comerciais que diversificam seus produtos. Os comerciantes crescem, constituindo uma categoria em ascensão e adquirindo certa autonomia política e social frente aos fazendeiros. Casas são construídas no local, formando um outro espaço da cidade, que se afirma como um dos espaços-núcleo.

O quadro político e econômico dos chefes locais, que se estabelece, inicialmente, nos bairros rurais - principal celeiro de sua criação - e que se assenta na cidade, construindo suas articulações, é apontado pelos habitantes como uma das principais causas do surgimento e desenvolvimento da cidade. Segundo os relatos, o crescimento da cidade ocorreu de forma rápida: seis meses após a fundação existiam no local mais de cem casas, que conferiam à vila um aspecto de cidade. Tal crescimento é relacionado à forte e intensa expressão política da época que movimentava as instituições básicas, como, por exemplo, a economia local. Assim, política (através do mandonismo local e dos seus partidos de oposição) e comércio (com os seus secos e molhados) constituíam os pilares do crescimento da cidade, fazendo dela o palco das manifestações das relações sociais e espaciais que se estabeleciam segundo essas bases:

“Em 1870, Machadinho já estava com mais de cem casas. O progresso em Poço Fundo foi uma coisa!!! Foi uma das cidades que mais cresceu em Minas Gerais! Foi passando à província. Tudo muito rápido! Tinha uma turminha muito boa aqui. Tinha os coronéis, as coisas. Uma câmara muito boa. Gente que amava a cidade, mesmo, e queria ver o progresso. Não era gente que queria o interesse próprio. Queria ver o progresso mesmo. E Poço Fundo foi embora! Dentro de pouco tempo era uma das melhores cidades do Estado do Sul de Minas.”

(Joaquim, professor, rua Ferreira de Assis - 1998)

O plano do espaço físico da cidade é formado, basicamente, segundo os pontos referenciais apontados pela fala dos informantes. A Praça Matriz, a Vargem e a Rua do Cinema constituem os três pontos principais de percepção do espaço físico da cidade que, informado pela sua história, adquirem expressão social e tornam-se a unidade de apoio para o mapeamento da cidade. Os três pilares desta percepção são referidos como andaimes no processo de sua reconstituição que, através da história, emergem como núcleos espaciais e sociais, na qual a cidade é inicialmente significada.



Fig. 17 - Por estar próxima ao rio Machado e estar localizada no terreno mais baixo da cidade, a Vargem sofria constantes alagamentos. As casas ficavam inundadas pela água do rio que chegava a encobrir toda a praça São Benedito. No alto a torre da Igreja Matriz ainda em construção. (Arquivo particular de um dos fotógrafos da cidade, s/d.)

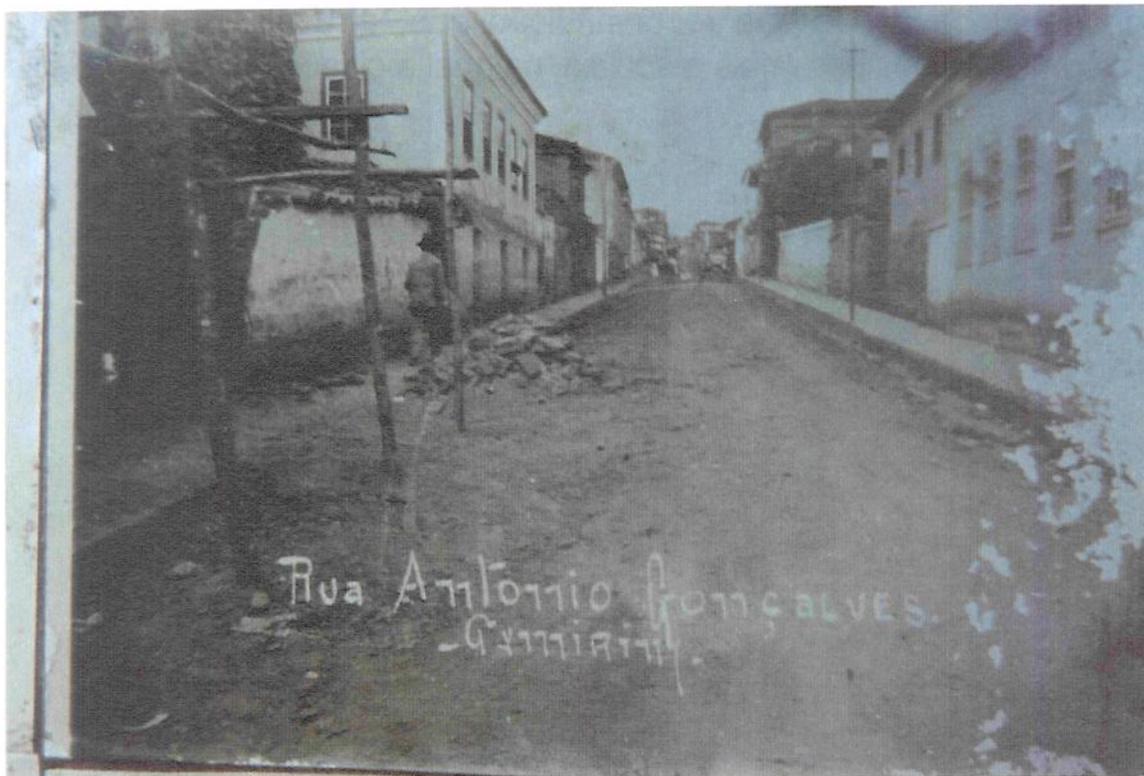


Fig. 18 - Começo da rua Capt. Antônio Gonçalves (a rua do cinema), para onde transfere-se o comércio da Vargem, iniciando um novo espaço comercial e social da cidade. Mais tarde com a construção do cinema intensificam-se as trocas comerciais e novos estabelecimentos são abertos. (Arquivo particular de um dos fotógrafos da cidade, s/d).

CAPÍTULO II

ESPAÇOS E TEMPOS NA CONSTITUIÇÃO DA CIDADE DE POÇO FUNDO

Para identificar os espaços-núcleos da cidade, a fala dos entrevistados foi organizada segundo os três tempos históricos percebidos na análise das entrevistas:

Machadinho = espaço do “patrimônio” - Vargem
Gimirim = espaço da transição – Rua do Cinema
Poço Fundo = espaço da cidade – Praça Matriz

Conforme a história, o primeiro nome, Machadinho, marca sua fundação em 1870 e vai até 1923, data na qual se dá a mudança para Gimirim. Em 1953, ocorre novamente a terceira mudança para Poço Fundo, nome que persiste até hoje. Através das três épocas, pôde-se perceber como se deu a formação de uma percepção do espaço físico e social da cidade, apreendida em uma construção de termos-chave, relacionadas a espaços-núcleos que se mostraram centrais durante as épocas principais de formação e expansão da cidade. Tais termos-chave conferem uma característica base que contextualiza temporal e espacialmente o território da cidade. Este é identificado na análise por locais percebidos como nucleares na percepção dos entrevistados ao território da cidade, como : Praça Matriz, Rua do Cinema, Canto, Vargem, Praça São Benedito, Avenida e Cemitério.

Para cada época, um espaço-núcleo foi destacado na formação do espaço físico e social da cidade, tendo: Machadinho (espaço-“patrimônio”), o espaço-núcleo da Vargem; Gimirim (espaço-transição), a

Rua do Cinema e Poço Fundo (espaço-cidade), a Praça Matriz.

Tais locais foram denominados na análise em espaços-núcleos pelo fato de congregarem características de seus habitantes que passam a formar significados ao território ¹⁹ em que habitam. Para cada espaço-núcleo é concebido o pertencimento de uma coletividade ao território específico ²⁰, constituindo-se em fronteiras simbólicas. Formam-se, assim: o Canto, o qual é pensado e definido, de um modo geral, pelos fazendeiros e comerciantes, como um território negro; a Praça Matriz, destacada nas falas como o território dos fazendeiros; e a Vargem, concebida como o território dos lavradores rurais, junto ao significado histórico de início de cidade ²¹.

“O Canto é cheio de só de turma que bebe, de cachaceiro, de briga, de turma bagunceira. Aquilo não mudou nada. Já tem assim muita família que hoje, assim, mas continua ter uns maus elementos. A maioria é preto.”

(Darci, bancário, rua Professor Ramos - 1998)

“A praça era lugar dos fazendeiros, sempre tinha casa ali.”

(Tonho, bancário, Avenida - 1998)

“Gimirim começou na Vargem. Lugar do comércio antigo. Onde alagava.”

(IDEM)

¹⁹ A noção de território refere-se à utilizada por Gomes da Silva (1998), baseada na idéia de um mapa da cultura, isto é, “(...) parcelas do urbano culturalmente demarcadas” (1998, p. 66).

²⁰ O mesmo é descrito por F. Silvano (1997) em sua análise sobre a relação entre territórios e identidades, a saber: “(...) os membros de uma determinada coletividade possuem repertórios semelhantes de significações, que são reconhecidos como fazendo parte da existência da coletividade. (1997, p. 23)”.

²¹ M. Agier (1998) destaca no estudo dos espaços urbanos a importância de “(...) se desvencilhar do a priori da referência espacial.” (1998, p. 44) utilizando a noção de “rede”. Junto a esta noção o autor desenvolve em seu artigo uma reflexão sobre a idéia de “região moral” utilizada por R. Park que, a princípio, pode ser direcionada a um tipo de análise aos mundos urbanos. Agier utiliza-a em seu estudo na Bahia dentro de um domínio. “Um lugar urbano pode ser definido de duas maneiras. Visto de fora - poderíamos também dizer: visto do alto, posto que isso recorta a ambição cartográfica -, ele pode ser definido como região moral, no sentido compreendido por Robert Park. É nesse nível que define os limites dos bairros e suas características sociomorais externas. Esse nível permite compreender as orientações da mobilidade residencial, a atração de certas zonas, em função da distinção que elas oferecem etc. (...) A definição do lugar pode se fazer também a partir de dentro. Se partimos da observação etnológica das posições, redes e itinerários urbanos dos indivíduos (...), vemos que o indivíduo torna-se urbano através de uma série de mediações sociais. (...) Nos casos dos grupos de pares de dominância masculina, essas formas não são necessariamente espaciais, mas ela produzem um apego e uma certa identificação com os lugares (...).” (1998, pp. 60-61).

MACHADINHO

A época de Machadinho (1870 a 1923) é a fase de um início de construção da base física e social da cidade, onde o espaço-núcleo, a Vargem, é formada como primeiro local que passa a centralizar o movimento das trocas econômicas e sociais. Tais trocas dão-se através do comércio dos bairros rurais, que são transferidos a este espaço-núcleo à medida que a vila ganha força econômica, ajudada pelo interesse político dos grandes fazendeiros, como o Coronel José Dias. Esse movimento econômico e político confere um perfil de vila, que impulsiona o crescimento físico e social do espaço da cidade, percebido nesta época como espaço-“patrimônio”.

O território da cidade compreendia a construção da Igreja matriz, com o local da praça demarcado; a Vargem, com seu comércio-base; o antigo cemitério e o Canto (fig. 19). Em 1874 Machadinho contava com duas praças e seis ruas. Tal extensão ia desde a Vargem, que faz fronteira com o rio Machadinho, até a rua acima da Praça Matriz, hoje chamada rua Capitão Antônio Gonçalves (rua do cinema):

“A rua Capitão Antônio Gonçalves era a última rua. Na época de Machadinho era da Capitão Antônio Gonçalves pra cá, e um pedacinho do Canto.”

(Joaquim, professor, rua Ferreira de Assis – 1998)

O espaço físico da cidade era identificado pelos moradores como um vasto “patrimônio” intercalado por casas, pequenos estabelecimentos comerciais e pastos (fig. 20). A palavra “patrimônio” é usada no sentido de “terra vazia”. Junto a estas terras, alguns espaços da cidade eram preenchidos por plantações que se destacavam frente às construções urbanas.

Ana Claudia – O que o senhor chama de patrimônio?

Dino – É terreno vago. Até eles punham lá cavalo, até vaca tinha lá pastando.”

(Dino, carpinteiro, rua Leôncio de Gouveia - 1998)

“Aqui era o patrimônio. Pra baixo lá tinha a casa do Chico Generoso. Lá tinha pouca casa. Aqui era o pastinho do Antônio Generoso.”

(Armírio, lavrador rural, Canto - 1998)

“A cidade não era uma cidade; era um patrimônio. As ruas não tinham nada disso, era o patrimônio. O Barão deu um pedaço de terra para formar a cidade, é o patrimônio. Foi o que abriu o patrimônio, foi o Barão. Depois veio vindo gente, e os que estavam por aqui, pessoas que moravam na roça fizeram casa aqui, outra acolá. E foi aumentando a cidade aos poucos. Do patrimônio veio ao município, veio à vila, de vila foi à cidade, que deixou a vir cidade e fórum e a justiça.”

(Gentil Paulino, fazendeiro, Praça Matriz - 1996)

A vila de Machadinho era um espaço ruralizado, com características de roça que se misturavam às casas dos fazendeiros ao redor da Praça matriz e das casas comerciais da Vargem. A Igreja destacava-se como principal prédio da vila e ponto também de encontro dos habitantes locais. Os componentes “rurais” na cidade, tais como: plantações de arroz, pastos de animais, carro de boi e as ruas de terra, passam a caracterizar e a compor a percepção do espaço físico da cidade, tomando o campo um espaço de referência dos habitantes da cidade.

“Na época de Machadinho, as casas se localizavam em redor da Igreja aqui, ao redor da praça, no sobrado do José Dias, destancava boi, e o Antônio Onassi que era o carreiro levava o boi, botava no pasto do Barão ali mesmo na caixa d’água, botava os bois lá, botava boi dentro da cidade, tinha carro de boi dentro da cidade.”

(Armírio, lavrador rural, Canto - 1998)

Ana Cláudia – Mas depois da praça, do outro lado da praça lá em cima, onde é a Rua do cinema, tinham casas?

Armírio – Lá tinha o caminho que passava né. O patrimônio. Patrimônio aqui era um ... tinha aqui aquelas frutinha boas sem cabrito. Nós quando era rapaziada nós ia chupar a sementinha, estrela do céu, aquela flor amarela, tinha demais da conta aqui.

Ana Cláudia – E Gimirim começou a crescer...?

Armírio – Começou a crescer pra riba né.(...) Porque ali embaixo na Vargem, ali nós trabalhamos ali tudo, desde debaixo até na Igreja lá, mudou tudo. Ali que eu fui comprar um arroz lá no Moisés, ali nós plantamos arroz naquele vargeiro tudo. Até lá embaixo nós plantava arroz.”

(IDEM)

No entanto, podemos perceber uma certa diferença na fala quanto à clivagem entre campo e cidade na percepção de Machadinho. Enquanto lavrador, seu Armírio destaca de suas lembranças um “patrimônio” com características mais rurais, ocupado pelos “vargeiros” e animais soltos no pasto. Distinto da fala de seu Gentil Paulino (fazendeiro), que o apresenta de forma menos marcada pelos componentes rurais. Em sua fala, o termo “patrimônio” é mais usado na caracterização do espaço físico da cidade; no modo como a vila vai crescendo administrativamente (de “patrimônio” a município) e adquirindo uma forma de cidade.

Assim sendo, como local demarcado e separado dos bairros rurais, a vila direciona-se para uma perspectiva de mudança e transformação do local, comandada pela articulação entre os chefes políticos. Contudo, essa percepção do campo (sustentada pelas fazendas e roças dos bairros rurais), que indica uma extensão do significado do espaço rural ao espaço da cidade (apontado pelos elementos rurais indicados nas falas), é também expresso na pessoa do chefe político Zé Dias. Este é lembrado como o dono de Machadinho, que se apropria das terras do “patrimônio” como extensão de sua fazenda. Tal apropriação subjetiva do espaço de cidade na figura de um fazendeiro e chefe político acentua essa identidade rural.

“Aqui o Zé Dias pegava aqui na cidade. Aqui, isso tudo até no canta galo”²², tudo era dele. O Canto tudo era dele. Ele foi doando a terra aí. Porque aqui de primeiro, aqui não tinha polícia não. Aqui se houvesse qualquer coisa ia lá pra fazenda dele e ficava pra lá. Ele que mandava na cidade aqui.”

(Armínio, lavrador rural, Canto - 1998)

“No meu tempo aquela esquina não existia casa, era tudo mato. Era tudo de um dono só. Essa casa aqui, essa posse ali.”

(Benedita, dona de casa, Canto - 1998)

O território da cidade era demarcado pelas plantações e chácaras²³ que existiam ao seu redor e também pelas fazendas²⁴. Esse aspecto de roça na cidade organiza as relações sociais que se estabelecem segundo um embasamento rural. O cenário roça no espaço da vila influencia na percepção do espaço, projetando valores que determinam o comportamento dos habitantes, formando uma identidade rural.

“A casa era antiga chácara, porque era perto da cidade. Quanto mais afastada da cidade, era fazenda. O José Caetano era um grande fazendeiro. Criava boi, ia pra fora comprar boi, em Mato Grosso. E agora formou uma cidade, Nova Gimirm, antiga fazenda dele.”

(Zilá, dona de casa, rua Prefeito Isaías de Carvalho – 1998)

²² “canta galo” – expressão que significa muito longe.

²³ O termo “chácara” aqui empregado pelos entrevistados é utilizado em referência às terras de lazer. Geralmente as chácaras ao redor da cidade pertencem aos comerciantes que as utilizam nos finais de semana como lugar de descanso. Nelas há pequenas hortas e produção de porcos e frangos que atendem ao consumo interno da família. Como podemos notar nesta fala: “(...) mas a terra não é bem assim tipo pra renda. O principal dele é o comércio. Ele tem mais pra um lazer. Zé Abrão Caliu, Zé Alfredo tinha chácara aqui.” (Darci, farmacêutico, rua Professor Ramos - 1998). A chácara é vista como um lugar em que sua pequena produção se limita em seu terreno, voltada especificamente ao lazer e na reprodução de um vínculo à terra, lembrando que alguns dos proprietários vieram dos bairros rurais. Por sua vez, o termo sítio é empregado segundo o serviço realizado em suas terras. É terra de trabalho (E. Woortmann, 1983).

²⁴ Interessante ressaltar na fala, outro significado utilizado que emprega o termo em relação à distância física com a cidade. Além do sentido do lazer, pode ser também identificado segundo a distância física em relação à cidade. Quanto mais próximo a esta, as terras de plantio são identificadas como chácaras, enquanto que o contrário, à medida que se afasta dela, surgem as fazendas e sítios.

Devido à predominância do espaço rural sobre a cidade, a sociabilidade era ditada pelos valores da roça, fazendo com que não houvesse ainda uma diferenciação de espaços não só físico como social entre cidade e roça. O centro de gravidade social localizava-se nos bairros rurais que ditavam as regras de comportamento. A maior parte dos entrevistados morava, na época de Machadinho, nos bairros rurais. A cidade era visitada nos finais de semana pela população rural para as festas e a participação na missa, o que a tornava um espaço esporádico na vida dos habitantes da região.

“Eu morava no bairro de Poço Fundo. Vinha eu, papai e mamãe. Nós alugávamos uma casa na cidade e vinha passar a Semana Santa. Nos dias de Semana Santa era uma beleza! Vinha todo mundo para a cidade. Quando vinha bispo, então! Vinha para crisma as crianças. Quando eu fui crismada era Machadinho. Meu pai tinha carro de boi, punha uma mudança, colchão, punha tudo e trazia tudo pra cá.”

(Benedita, dona de casa, Canto - 1998)

Outro aspecto deste quadro de predominância do mundo rural sobre a vila é analisado pela atividade comercial que se transfere dos bairros rurais para a Vargem. Esta passa a ser o lugar de extensão de uma prática de comércio dos bairros rurais, desenvolvendo uma mesma concepção e prática das relações sociais envolvidas nesta atividade.

“Essa parte de comércio forte nas zonas rurais foi bem mais anterior. No tempo das grandes fazendas, em que os fazendeiros tinham armazéns na fazenda para suprir os empregados. E esse comércio de fazenda em Poço Fundo tinha proprietários que tinham telefone de linha. Depois que acabaram as grandes fazendas e os comércios nas fazendas, acabou o telefone. Quase nenhum proprietário de fazenda aqui em Poço Fundo tem telefone. Naquela época, vários tinham telefone. Hoje poucos têm! Esse comércio da roça era mais por dificuldades de transporte, por exemplo, não tinha estrada no município. Era tudo em lombo de burro. Foi abrindo devagar. Na época de 1930 pra cá é que começou a

abrindo devagar. Na época de 1930 pra cá é que começou a surgir os veículos. E com a diferença de preço de comércio da cidade com o da roça, eles compravam quase tudo nos armazém da cidade. Eles não faziam preços razoável. O pessoal vinham tudo para a cidade para comprar. A vantagem de comprar na roça é que o pessoal era tudo amigo. Eles compravam tudo mensalmente. Podia comprar fiado. Quando surgiu o supermercado, o fiado baixou bem. Tinha que comprar e pagar direto no caixa.”

(Messias, técnico agrícola, rua Barão de Alfenas - 1998 – grifo meu)

Através da relação que se estabeleceu entre fazendeiro, comerciante e trabalhador rural por meio da atividade comercial que se formava nas vendas dos secos e molhados desta época, podemos perceber um processo de deslocamento e de transformação deste eixo: bairro rural e cidade. Na fala de Messias, Machadinho é lembrado como o “tempo das grandes fazendas”, onde o fluxo social localizava-se nas fazendas, sendo movimentado pelas trocas comerciais e políticas dos fazendeiros. Ainda de acordo com Messias, o telefone é destacado como indicador de grande apogeu econômico e social dos fazendeiros desta época. Nesta, o comércio da roça congregava, de um modo geral, as relações sociais, tornando o seu controle de fácil acesso ao poder local dos fazendeiros. Através do “fiado”, as relações eram estabelecidas e entendidas dentro de uma idéia de “confiança”, mas que estabelecia uma rede de controle e de poder das relações de poder econômico e político nas mãos do chefe local.

As características dessa relação: fazendeiro – comerciante – colono (lavrador rural), eram marcadas pela relação de domínio e poder do fazendeiro sobre os demais (comerciante e lavrador rural). Através deste sistema de compra e venda, o “fiado”, o fazendeiro adquiria o controle do colono em suas terras, que acabava se endividando e tomando um trabalhador “cativo” da fazenda. Com o controle das tropas de burro - único meio de transporte dos produtos - e do estabelecimento comercial - que geralmente localizava-se em suas terras - o fazendeiro assegurava o controle dos preços, fazendo do comerciante uma extensão de seu poder como mais um empregado seu.

“A tropa era da fazenda do seu João Paulino. Aí eu fui trabalhar na tropa lá. Nós pegava saca de café na máquina do José Dias aqui na ponte e levava em Alfenas. Nessa ocasião não tinha estação em Machado. Ia levar em Alfenas. Levava três dias pra ir, três dias pra vim.”

(Armírio, lavrador rural, Canto – 1998)

“Tinha os tropeiros que passavam. Um tipo de comércio diferente, que abastecia a zona rural”

(Beto Gouveia, fazendeiro, Nova Gimirim – 1998)

“Tinha tropeiro aí com 20 burros. Com as cangalhas, então punha ali e trazia tudo que precisava. Trazia de tudo. Trazia o querosene, que é o que ocupava no lugar da eletricidade. Vinha aqueles caixotes com duas latas de querosene. Vinha quatro latas de querosene em cada burro. Trazia sal pra salgar as carnes. Naquela ocasião, os tempos que vendia sal assim era tudo na roça. Usava pilão pra socar. Punha o sal ali e socava. Trazia o açúcar. Aquele tal de Pernambuco. Um açúcar amarelo, encaroçado. Fazia uma viagem por semana. Os fazendeiro compravam nessas vendas.”

(Osório, fazendeiro, Machadinho Velho – 1998)

Formava-se, assim, um “comércio de fazenda” baseado nessa relação triangular: fazendeiro – comerciante – colono, que predominava nesta época. Tempo das grandes fazendas e tempo do grande domínio dos fazendeiros.

Assim, o “comércio de fazenda” foi sendo transferido para a Vargem, tornando-se um espaço-núcleo de controle na vila, onde os fazendeiros estabeleciam seu espaço de poder através dos pontos de venda dos secos e molhados, mapeando o espaço da vila com seu poder local. Através deste “comércio de fazenda” baseado no “fiado”, que assegurava este domínio do grande fazendeiro, mantinha-se um mesmo quadro anterior dos bairros rurais, reproduzindo suas condições de poder na vila. O comércio da Vargem passava a ser uma extensão deste tipo de relação, permitindo o exercício do poder local dos fazendeiros.

Entretanto, tal cadeia começa a ser modificada com o surgimento, mais tarde, do veículo - que introduz certa independência do comerciante frente ao transporte da mercadoria que o desvincula do controle absoluto do fazendeiro - e com as mudanças da relação colono e fazendeiro. Da venda a "fiado" para o pagamento direto no caixa, as relações passam por modificações que refletem a percepção do mundo social da cidade. De um tratamento mais pessoal que o "fiado" introduzia, a um tratamento impessoal da relação de compra e venda, quebra-se o controle direto do fazendeiro sobre seu empregado rural, que se vê desligado em parte deste poder absoluto. O comerciante adquire uma melhor condição de trabalho, passando a ser proprietário de sua casa comercial, apesar de manter o vínculo com o fazendeiro. Começa a formar um "comércio de cidade", através do qual as relações passam por um tipo de transformação que quebra com a relação de dependência e controle orquestrada no tripé: fazendeiro – comerciante – trabalhador rural. Com a transferência do ponto do comércio da Vargem para a Rua do Cinema, assiste-se a uma mudança de um "comércio de fazenda" para um "comércio de cidade". Se antes, na Vargem, o comércio reproduzia as mesmas condições das vendas dos bairros rurais, na época de Gimirim, assiste-se a uma transformação do comércio que será um dos meios de mudança desta relação bairro-rural e cidade.

GIMIRIM

O segundo nome da cidade foi dado com a transformação da região em Município agora independente de Machado. De Machadinho muda para *Gimirim*, em 1924, que significa Machado Pequeno, na língua tupi-guarani.

A mudança refere-se à separação com o Município de Machado, que sempre foi tido como superior em relação à cidade de Machadinho. O próprio nome - Machadinho - trazia em si a idéia de subordinação a Machado. Tal animosidade perpassa toda a história da cidade, identificando-a, desde a época de Machadinho até Poço Fundo, como cidade dependente de Machado, seja no comércio ou nos serviços públicos:

“Foi o próprio prefeito que pediu para mudar, se não me engano. Foi o José Bartolomeu de Oliveira quem pediu para mudar de Machadinho para Gimirim. Porque mudou essa história de Machadinho, pois é um diminutivo de Machado. E acabou essa rivalidade, agora, depois que passaram para o nome de Poço Fundo.”

(Gentil Paulino, fazendeiro, praça - 1998)

“Fizeram até uma festa! Porque aqui pertencia a Machado, né, antigamente. Depois quando foi que liberou de Machado, aí que mudaram o nome.”

(Dino Romanelli, carpinteiro, rua Leôncio Gouveia – 1998)

De espaço-“patrimônio”, na época de Machadinho, Gimirim (fig. 21) é percebida como um espaço-mudança para um cenário mais citadino, onde suas transformações tendem a aquecer e movimentar os

espaços-núcleos, conferindo uma distinção na ligação bairro rural e cidade. Um destes aspectos é a transferência do comércio da Vargem para a Rua do Cinema, que passa a ser o local centralizador das relações sociais nessa época, conferindo mudanças na relação fazendeiro, comerciante e trabalhador rural. Ou seja, de uma percepção do espaço baseada antes em significados mais rurais, a cidade recebe, na época de Gimirim, mudanças que direcionam a uma perspectiva mais urbana em detrimento da rural:

“Na época de Gimirim, as pessoas moravam mais na cidade, porque vendiam as coisas na cidade. Mas na época de Machadinho, era na roça. Eu não gostava de Machadinho pois tinha pouco movimento, era muito parado. Agora, Gimirim, era animado. Machadinho tinha pouca casa! Na roça era melhor.”

(Olvídia, dona de casa, Canto - 1998)

O que marca a lembrança de Gimirim é o movimento que a cidade começa a ter. Nessa fase de transição, “*movimento*” é a palavra chave na percepção do espaço físico e social da cidade por seus habitantes. Nessa percepção, a cidade ganha colorido, pintada pelas lembranças dos bailes, do cinema, dos Bancos que começam a ser instalados, da chegada do primeiro automóvel, do rádio, enfim, de referenciais urbanos que modificam a paisagem da cidade e que começam a criar um movimento de distinção do mundo rural (fig. 22).

“O primeiro carro veio do homem chamado Ramiro. Era aqueles carrinhos feio. Ah! Mas quando o povo viu, estavam tudo esperando, quando chegou na ponte. Tocaram música com a chegada do carro.”

(Maria Tocacelli, dona de casa, Vargem - 1996)

“Tinha o Banco Moreira Sales e depois passou para Banco Machadense. Mas o povo não confiava em deixar o dinheiro no banco, porque era banco particular.”

(Gentil Paulino, fazendeiro, Praça Matriz - 1998)

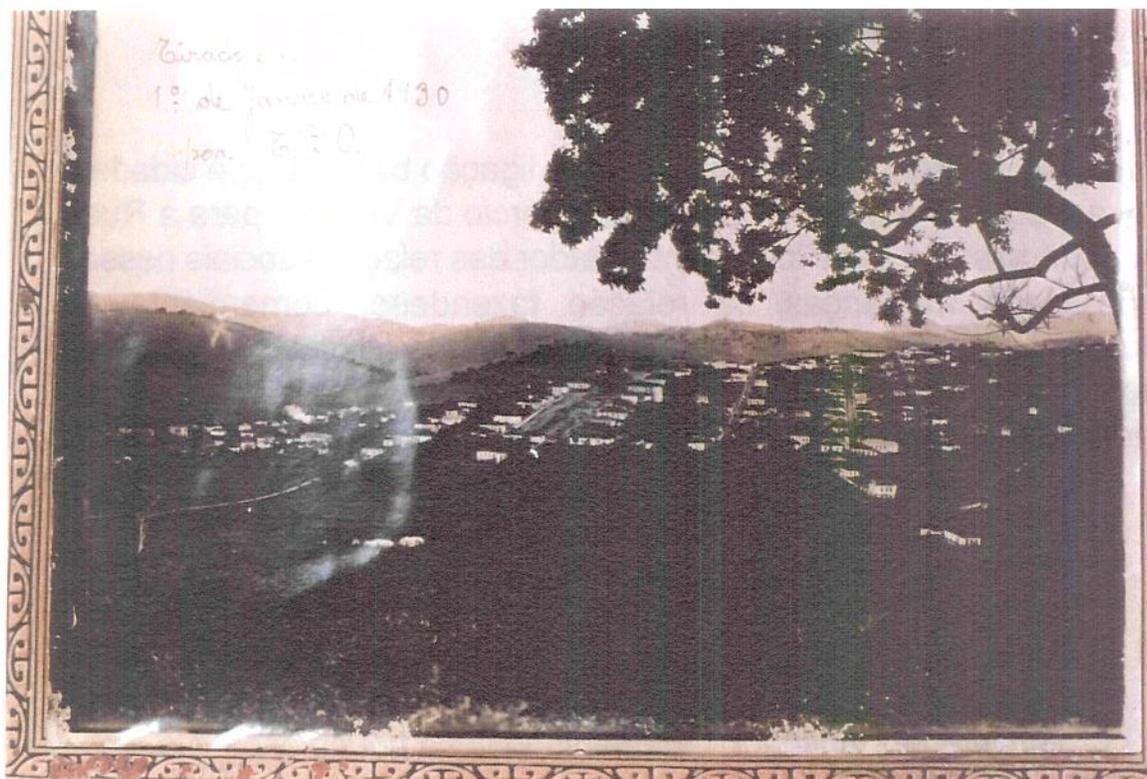


Fig. 21 – Foto tirada em Janeiro de 1930 (autor desconhecido) pela qual percebe-se o crescimento da cidade na direção Oeste, onde se encontra a rua do cinema que irá se transformar em um dos espaços-núcleos principais da cidade. À esquerda da foto a entrada principal da cidade (estrada de terra) próxima a Vargem e do lado oposto (à direita da foto) na mesma direção outra entrada da cidade (já com algumas casas), próxima à rua do cinema, que liga a cidade ao Bairro rural da Barra Grande. Esta entrada irá ter uma participação importante na formação da rua do cinema. (Arquivo particular de um dos fotógrafos da cidade, s/d).



Fig. 22 – Movimento na Rua Barão de Alfenas, uma das principais da cidade, com seu comércio e casas residenciais. (Arquivo particular de um dos fotógrafos da cidade, s/d).

A partir desses referenciais, a época é lembrada pelos habitantes como uma fase relacionada a mudanças na percepção da cidade. É uma fase de transição, e podemos classificá-la como intermediária no que diz respeito à mudança da percepção do espaço físico e social da cidade, de predominantemente rural para um direcionamento mais urbano.

Como etapa de transição dessa percepção, Gimirim começa a adquirir “*ares de cidade*”, conforme a fala de seus habitantes. Estes percebem a mudança com a expansão do traçado físico da cidade e com o aumento do movimento social. Os bailes e os filmes da Rua do Cinema, juntamente com as festas religiosas do seu padroeiro levam Gimirim a ganhar uma expressão de cidade, conferindo-lhe um formato mais urbano:

“Aumentou demais depois que passou a Gimirim. Aumentou muito. Antes tinha poucas casas.”

(Olvídia, dona de casa, Canto - 1998)

*“A Rua do Cinema era o **footing**. Lá que as moças iam pra lá e pra cá. A praça quase não tinha movimento. Tudo era concentrado na rua do cinema. Até o comércio era concentrado na rua do cinema. Era um movimento todos os dias, e tinha cinema todos os dias.”*

(Gentil Paulino, fazendeiro, Praça Matriz - 1996)

A Rua do Cinema é indicada na lembrança dos moradores como o espaço mais movimentado da cidade: lugar principal do comércio e do lazer, esse espaço cresce na época de Gimirim, ganhando força social e econômica, tornando-se espaço-núcleo que passa a orientar a articulação: espaço físico e organização social dessa época. Da Vargem, na época de Machadinho, onde se concentrava o comércio, com sua transferência para a Rua do Cinema, na época de Gimirim, assiste-se a uma mudança do centro social da cidade (para acima da praça matriz – direção Oeste). Tal mudança é impulsionada com a expansão de novas casas comerciais, formando a Rua do Cinema - o novo espaço-núcleo da cidade :

“Aqui nesta parte tinha comércio, na Vargem tinha comércio. Depois é que foi desenvolvendo para a rua do cinema. Mais tarde foi ser o centro de Poço Fundo.”

(Joaquim, professor, rua Ferreira de Assis - 1998)

“Antigamente, o comércio forte ficava ali na Capitão Antônio Gonçalves. Tinha a Sabinada, também tinha um comércio lá embaixo. Depois vieram pra cima, vieram pra Rua do Cinema. Até hoje continua. Você pega a Antônio Gonçalves, dos dois lados tem comércio, igualzinho à 25 de março de São Paulo. A rua do comércio mais avançado, na época, era ali. Continua sendo até hoje. Tinha seu Abílio Nasser, seu Tames, turco.”

(Tonho, bancário, Avenida - 1998)

Tal transferência do comércio para a Rua do Cinema ocorre de modo gradual, seguindo um determinado movimento. Os lugares preferenciais das vendas eram as saídas da cidade, que na época de Machadinho tinham a Vargem como principal saída e ligação das fazendas da região. No entanto, com o crescimento da cidade, outras saídas começam a ser criadas, ligando pontos da cidade aos bairros rurais mais próximos. Como, por exemplo, o bairro rural Barra Grande, que passa a ter uma ligação mais próxima com a cidade sem fazer uso necessariamente da antiga entrada da cidade (a Vargem). Dessa forma, começam a formar ao redor da cidade, “portas” de entrada que dinamizam a relação bairro rural e cidade, facilitando o contato entre seus habitantes. O comércio dos bairros rurais passa a ser atraído pelo movimento desses pontos de saída da cidade, margeando seu território. Com isso, a relação fazendeiro, comerciante e trabalhador rural é modificada, relativizando o poder absoluto do fazendeiro, uma vez que o estabelecimento comercial das vendas deixa de pertencer à sua propriedade, flexibilizando seu poder local e controle das mercadorias. Forma-se uma “franja” de comerciantes que se instala nas novas entradas da cidade, criando possibilidades de um rompimento maior do comerciante frente ao controle do fazendeiro.

“O comércio nesta época puxava mais para a saída na cidade, porque tinha muita gente na zona rural e era o povo que mais comprava era da zona rural. Puxava saída do

Barreiro, saída da Barra, saída dos Quatis. Outra saída lá em baixo da Bucaina na época lá. Estas saídas sempre tinham três, quatro comércios. Porque é o lugar que puxava mais para comprar. 'Ah! Vamos deixar para comprar lá na saída!' Aqui na saída da Barra tinha muitos comércios, além das vendas que tinha na beira das estradas. Porque o pessoal vinha na cidade e comprava mais perto da saída que vinha embora. No centro aqui tinha bar. Comércio antes, não tinha. Era mais na saída."

(Sebastião, lavrador rural, rua Tiradentes – 1998)

Como lavrador rural, Sebastião recorda bem do movimento que tinham as saídas da cidade, pois, segundo ele, era o povo da roça quem comprava mais. Já o centro da cidade era percebido como lugar do lazer, onde bares e o cinema faziam a diversão dos habitantes da cidade e dos bairros rurais. Assim começa a formar-se o movimento da Rua do Cinema, que faz ligação com uma das saídas mais movimentadas de Gimirim. Como lugar do lazer, passa juntamente a ser ocupada por comerciantes que eram atraídos pelo seu movimento, vindos principalmente da saída da Barra Grande (uma das saídas que tinha maior concentração de vendas) que adentra neste local, tornando-se o espaço-núcleo que centraliza as relações sociais desta época .

Junto à transferência de algumas vendas da Vargem para este local e com as lojas e vendas da saída da Barra Grande, a Rua do Cinema deixa de ser um local exclusivo do lazer e passa a ser o principal ponto do comércio. Entretanto, o comerciante que se estabelece na Rua do Cinema não segue o mesmo perfil do comerciante tradicional da Vargem. Este, ligado ao comércio exclusivo de venda, e gerenciado por italianos, como Zé Velani, distingue-se do comerciante sírio-libanês que se estabelece com suas lojas de tecido, vendas e outros ramos, passando a diversificar não só o produto de venda, como também a introduzir mudanças na relação comerciante e fazendeiro. O comércio que se instala na Rua do Cinema tem uma forte concentração de famílias sírio-libanesas que fazem o "comércio" no local.

"Os turcos, acredito eu, foram todos comerciantes. Foi o seu Tamis, que é o seu Antônio Zé Bariche. Teve aqui o seu Oreste Abraão, que foi um funcionário. Não sei se foi público,

porque ele trabalhava no correio, mas foi um funcionário. Na Rua Antônio Gonçalves tem a Roda Viva que é de turco da família Caliu. O seu Tamis, que já faleceu, era naquela rua também. O seu Oreste que também era turco mas era aqui na Avenida. Tinha o Zinho, não sei falar o nome dele, mas era turco também e comerciante. Então os turcos ficavam mais na Capitão Antônio Gonçalves (Rua do Cinema). Agora por exemplo, o seu Antônio Velani, que é italiano é na parte da Vargem, na parte baixa lá, né.”

(Carlito, prefeito, rua do cinema – 1998, grifo meu)

“Não trabalhavam. O bisavô da Ana Maria era mascate. Morava lá na ponte do jardim do rio machado pra cima da cachoeira da usina. E mascateava no campo, era a vida de turco. Tinha o Abílio Nasser, o Felipinho, do Chicre que é pai do José Assi, pai do Roberto Assi. Sempre dedicados ao comércio

(Gentil Paulino, fazendeiro, Praça Matriz– 1998)

De mascates a comerciantes da Rua do Cinema, o imigrante sírio-libanês de Gimirim não reproduz o vínculo de subordinação que o imigrante italiano da venda possui com o fazendeiro. Percebidos como pessoas que “não trabalhavam”, devido a uma percepção do trabalho ligado à terra (o serviço da lavoura), o comércio de rua era visto como um negócio menor frente ao trabalho rural dos colonos italianos. Estes se inserem na região como trabalhadores rurais, ligados diretamente ao fazendeiro que os tem como seu subordinado. Já o imigrante sírio-libanês, conhecido de forma geral como “turco”, instala-se na região com seu negócio de rua, fora desta relação com o grande fazendeiro.

Gentil – No tempo de Artur Bernardes em 1918, ele estava na presidência da república e ele pediu para os fazendeiros para construírem casas decentes para receberem os colonos europeus, logo depois da guerra de 1914. Era uma miséria na Europa, e o Artur Bernardes mandou uma comissão que fosse lá para selecionar gente para a lavoura daqui, que estava

desenvolvendo a lavoura de café. Pediu para os fazendeiros que construíssem casas decentes para receber esses colonos. E o papai se escreveu para receber doze famílias, donde veio o senhor Romaneli. Agora, o Dino Romaneli foi lá para casa, depois que o pai dele comprou um terreninho lá pra frente da fazenda do papai.

Ana Cláudia – Esses colonos vieram de que parte da Europa?

Gentil – Eram italianos. O Dino, seu Angelo e o seu Massanti. O seu Valentin, esses Severini. Vieram todos da Itália

Ana Cláudia – Tinha família turca por aqui?

Gentil – Tinha muita. Tinha seis ou oito famílias.

Ana Cláudia – Eles trabalhavam nas fazendas?

Gentil – Não, era só comércio.

(Gentil, fazendeiro, Praça Matriz – 1998)

São histórias que levaram a processos distintos na sua inserção na cidade. O imigrante italiano, de colono a comerciante de venda, passa pelo vínculo com a “terra”, que enquanto valor de trabalho coloca-o ligado ao campo de poder do grande fazendeiro. Enquanto que o imigrante sírio-libanês, de mascate a comerciante da Rua do Cinema, coloca-se à margem deste trabalho com a terra, e se vê fora desta relação de poder com o grande fazendeiro. Seu negócio de rua não requeria um estabelecimento comercial, e o tipo de mercadoria vendida não passava pelo controle do fazendeiro. Eram produtos que não requeriam o “controle da terra”.

Com isto, o comerciante que se estabelece na Rua do Cinema não se vê preso às amarras que essa relação impõe, o que dá certa autonomia para criar o seu próprio negócio. Com a diversificação das mercadorias, a melhoria do transporte e a quebra deste vínculo de poder, o comércio da Rua do Cinema deixa de reproduzir o “comércio de fazenda”, localizado antes na Vargem, e passa a formar um “comércio de cidade”.

“O comércio dividia. Porque ficava os secos e molhados no São Benedito (Vargem) e os de tecidos na Rua do Cinema. Tinha movimento na Rua do Cinema, só que tinha uma diferença de comércio. Os maiores começou na Vargem.”

(Carlito, prefeito, rua Ferreira de Assis - 1998)

As vendas da Vargem perdem seu movimento junto às mudanças na relação triangular que se baseava. Como visto, o “comércio de fazenda”, baseado no “fiado”, formado antes nos bairros rurais e transferido para a Vargem, (desenvolvendo um comércio na cidade) passa a ser direcionado para um “comércio de cidade”, representado mais tarde pelo supermercado e o pagamento “direto no caixa”. O comércio da Rua do Cinema representa esta transformação do modo de compra e venda, na relativização do poder do fazendeiro, que se vê frente a uma categoria profissional que começa a crescer e adquirir força econômica e política na cidade, o comerciante.

Tal categoria ganha também expressão política própria, com a eleição de prefeitos representantes dos comerciantes da Rua do Cinema e filhos de imigrantes sírio-libaneses como José Assi e Roberto Assi. Desta forma, a cidade passa a ser também representada pelo comerciante, que confere um significado mais urbano, fazendo frente ao grande fazendeiro, que estende o mundo rural à cidade. Se antes o comerciante era uma extensão do poder do fazendeiro à cidade, agora ele se torna em elemento dinamizador da cidade, que veicula mudanças de caráter mais urbano.

Diante das mudanças, a percepção do espaço físico e social da cidade – que se vê em frente de um movimento de distinção entre bairro rural e cidade - passa por transformações significativas. À medida que esta distinção aumenta, o espaço da cidade passa por uma diferenciação que expressa as mudanças sociais percebidas na relação fazendeiro, comerciante e trabalhador rural. Através dos espaços-núcleos formados, tal relação é projetada e expressa segundo as características que a congregam. A Rua do Cinema torna-se, na época de Gimirim, o espaço-núcleo do comerciante (figs. 23/24), fazendo frente ao espaço-núcleo da praça, que congrega a categoria dos fazendeiros, enquanto a Vargem vai adquirindo, neste processo, uma percepção do lugar dos lavradores rurais.

Assim como o comerciante diferencia-se frente ao fazendeiro, constituindo-se em uma categoria social própria, também se diferencia do lavrador rural, que se vê localizado cada vez mais no espaço físico da Vargem. Começam a desenhar-se no mapa da cidade as distinções de territórios que organizam a relação social e espacial da cidade. Há uma espacialização do território da cidade, segundo uma especialização das categorias sociais Ou seja, junto a esta diferenciação social - fazendeiro, comerciante e lavrador rural - segue a uma diferenciação do espaço físico da cidade, projetando as diferenças destas categorias no

espaço geográfico da cidade.

À medida que a classe dos comerciantes ganha expressão política, vai-se definindo a oposição frente à elite dos fazendeiros, traçada no espaço físico da cidade. Neste traçado, os espaços da cidade começam a formar-se e a diferenciar-se, tornando complexas as relações entre organização espacial e organização social.

Junto a essas mudanças, Gimirim é lembrada como a época mais populosa, chegando a haver vinte e cinco mil habitantes no município. O desenvolvimento da agricultura aumenta o número de colonos nas fazendas, atraídos pelo crescimento da produção do fumo. Este produto em expansão (na época) no mercado consumidor dos principais centros do país marca uma fase áurea da região, caracterizando-a como a época de maior expansão do município.

Devido à sua importância econômica e social, abriremos um capítulo concernente a esse assunto, uma vez que foi o produto agrícola mais destacado na fala dos habitantes. Representado como um produto de valor econômico, o fumo ganha significado cultural à medida que faz a história na região, incorporado às tradições locais.



Fig. 23 – A rua do cinema com o seu movimento dos bares e casas comerciais que se misturavam às residências. À direita da foto o prédio do cinema. Segundo as entrevistas, nos finais de semana a rua do cinema era espaço de paquera, dividindo as calçadas em : espaço dos homens que andavam numa direção e na outra calçada em direção contrária a das mulheres, para assim poderem flertar. Tal procedimento é mais tarde transferido para a praça matriz, já época de Poço Fundo. (Arquivo particular de um dos fotógrafos da cidade, s/d).



Fig. 24 – Foto tirada da rua do cinema na década de 90, por um dos fotógrafos atuais da cidade, indicando o mesmo local da foto anterior. Atualmente a rua do cinema continua a ser a rua principal do comércio mas com a transferência do cinema para a praça matriz no início de Poço Fundo deixou de ser o local da paquera e do lazer. No lugar do prédio do cinema está uma loja da cooperativa agrícola (à direita da foto).

O FUMO NA HISTÓRIA LOCAL : GIMIRIM - ESPAÇO DO FUMO

Nas falas dos moradores, a época de Gimirim está relacionada às grandes transformações do município, no desenvolvimento da cidade e na expansão da lavoura agrícola. Um produto destaca-se como grande responsável pelo aparecimento da região no mapa brasileiro: o fumo de corda. Este marcou a história da cidade colocando-a em destaque na rota dos estados brasileiros compradores de fumo:

“O fumo na época era uma das maiores riquezas. O fumo nosso aqui chegou a ter fama internacional. Na Argentina, em outros países, então, conheciam o fumo daqui.”

(Joaquim, professor, rua Ferreira de Assis – 1998)

À medida que esta pesquisa de campo avançava, o fumo tornava-se cada vez mais presente na fala dos habitantes, os quais sempre apontavam sua produção como relacionada à uma época marcante. O fumo, um dos produtos agrícolas que mais se destacou, é percebido como parte integrante da cultura local, seja como fonte de renda, como hábito antigo do cigarro de palha, como propulsor da expansão econômica da cidade, ou mesmo como simples tema de conversa.

Durante as entrevistas, era costume falar sobre o fumo do bairro rural de Poço Fundo, e uma das razões mais importantes era o destaque que o produto deu ao município no cenário nacional da rota do mesmo. A conversa de bar dos mais velhos é geralmente acompanhada por um cigarrinho de palha: quando inqueridos a respeito desse hábito, a resposta vinha invariavelmente: *“o fumo de corda é uma tradição da cidade”*.

Na época de secagem da folha do fumo, a paisagem da cidade é modificada em alguns setores dos bairros, onde encontramos andaimes de bambu cobertos por folhas de fumo estiradas ao sol e rolos de fumo dispostos na rua, para tratamento final (fig. 25). Encontram-se ainda pés de fumo nas hortas das casas, como resquício de uma época em que

era comum criar mudas de fumo (nas hortas) para venda, ajudando na renda familiar (fig. 26):

“O fumo de Poço Fundo, pros lados da cachoeira grande que chamavam de Poço Fundo. É por causa do fumo que é muito bom, que eles falam Poço Fundo. Eu vendia muda de fumo, agora não planto fumo, estou muita velha.”

(Maria Tocacelli, dona de casa, Vargem - 1998)

Apesar do fumo não ter mais expressão econômica, Gimirim é pensada em parte junto à esta produção que marcou sua história local. A partir de tais constatações, a pesquisadora foi levada a buscar informações mais precisas sobre a história do fumo no município e seu desenvolvimento na economia do mesmo.

Nessa época - a de Gimirim -, o fumo toma um grande impulso devido ao seu consumo que principia a crescer em outras regiões do país. Reconhecido como um produto de qualidade, o fumo de corda é plantado nos principais bairros rurais do município, desenvolvendo-se mais no bairro rural de Poço Fundo da Cachoeira Grande. Através deste, o município passa a ficar conhecido nacionalmente, destacando-se à frente da própria cidade.

Devido à dificuldade em encontrar documentos históricos que dessem informações mais precisas sobre o fumo da região, a única fonte possível foram os depoimentos de alguns representantes de famílias tradicionais plantadoras de fumo. Assim, chegou-se a dois principais conhecedores de fumo: um representante de uma das famílias pioneiras na plantação do fumo, e outro, pequeno produtor rural - os *“fumeiros”*.²⁵

Podemos retratar um pouco essa trajetória do fumo na região através da história de uma das famílias pioneiras na sua plantação (fumo de corda). O senhor Messias Gavino, técnico agrícola da EMATER e ex-prefeito da cidade, é um dos integrantes dessa família, que nos relata a chegada e o desenvolvimento do fumo na região do bairro rural Poço Fundo.

²⁵ A palavra fumeiro refere-se aos plantadores tradicionais de fumo que passam o conhecimento de pai para filho.



Fig. 25 – Numa das minhas andadas pela cidade encontrei estes rolos de fumo estirados na parede de uma das casas perto da praça matriz (Foto:AC. Lyra, 1998).

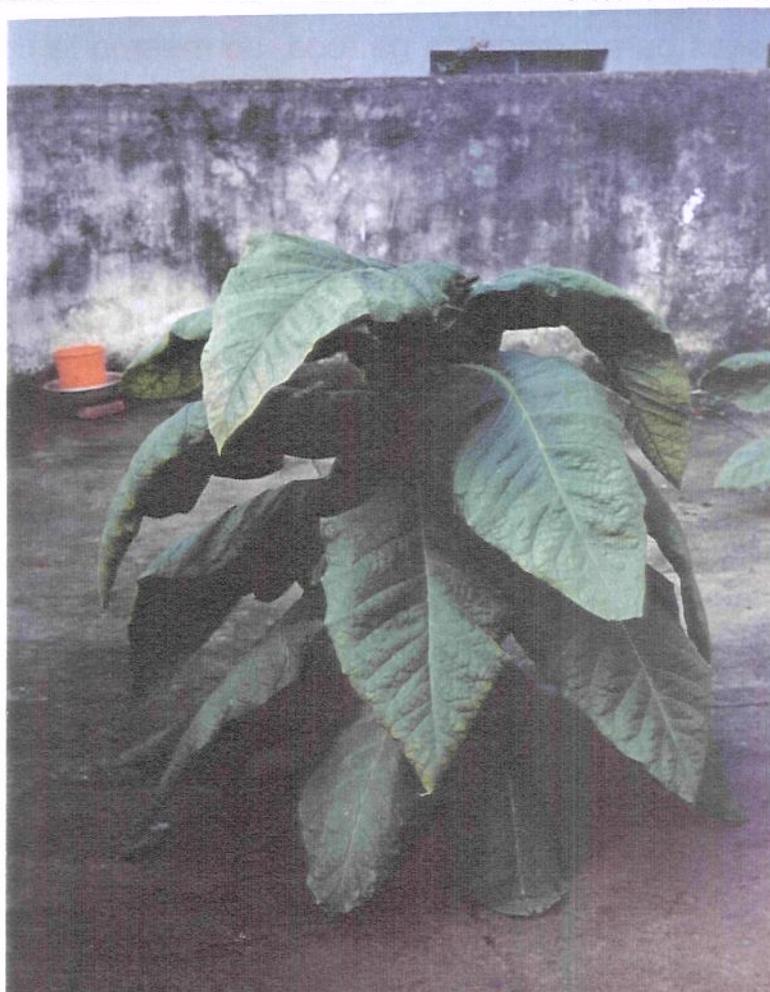


Fig 26 – Foto dada por Dona Maria Tocacelli que ainda cultivava alguns pés de fumo no seu quintal.(Foto:1998).

Segundo ele, seu avô, José Domingos de Oliveira, “informado por uma senhora pertencente à família do Barão na época de *Machadinho*”, trouxe as primeiras sementes e as plantas para sua fazenda no bairro rural Poço Fundo, tornando-se mais tarde um dos principais produtores de fumo de corda do município. Assim, inicia-se a tradição de fumeiros da família Gavino.

Era o ano de 1880, logo após a fundação da cidade. O mercado era incipiente mas juntamente com outras regiões plantadoras de fumo começa a expandir-se. O fumo de Poço Fundo sempre foi ligado ao cigarro de palha de muito boa qualidade. Devido a isso, começa a despertar interesse no mercado paulista, já desde essa época um centro bem desenvolvido e até hoje a principal rota de venda de fumo.

De acordo com o “*seu*” Messias, o fumo era plantado num sistema de roça, em grandes extensões. Primeiramente plantava-se arroz e milho no mato, conhecidos como lavoura branca, e, logo após a colheita, os porcos eram soltos para a engorda na roça, ao mesmo tempo em que forneciam adubo natural preparando a terra para a plantação da lavoura do fumo. Esse sistema - tradicional - continua a prevalecer até os dias de hoje.

A partir de sua implantação na região, o fumo demorou de trinta a quarenta anos aproximadamente para conquistar o mercado. Seu apogeu acontece no ano de 1950, época de Gimirim²⁶, chegando a produzir até trinta mil arrobas²⁷. Logo após essa fase, a tendência foi de diminuição da produção devido a uma queda na demanda, gerada pelo aumento da disputa de mercado em face do crescimento da produção e consumo de cigarros industrializados, os quais passaram a ocupar uma parcela considerável do mercado consumidor.

Os dois principais produtos - café e fumo - foram plantados desde a época do Barão. No entanto, a produção do fumo iniciou-se na lavoura branca (milho e arroz) junto à criação de suínos. Nessa época da cultura de subsistência, o número de habitantes na região era pequeno, vindo a crescer com a cultura do fumo, a qual dá um impulso na economia atraindo mão-de-obra aos bairros rurais. É na época de Gimirim que chega a ter vinte mil habitantes no município, índice nunca alcançado em outras fases da região. A cultura do café vem mais tarde ao município sendo

²⁶ Apesar de ser final da fase da cidade com o nome de Gimirim, pois muda-se o nome em 1954 para Poço Fundo, o fumo de corda é lembrado sempre como sendo época de Gimirim.

²⁷ Uma arroba equivale a quinze quilos.

expressiva na terceira fase da cidade, época atual da cidade de Poço Fundo:

“A cultura do café demorou um pouco pois começou no Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro. Depois veio para Minas Gerais. Mas desde a época do Barão tinha algumas plantas de café. Mas no começo foi a cultura branca e a lavoura do fumo.”

(Messias, técnico agrícola, rua Barão de Alfenas – 1998)

Apesar de ser plantado na região desde a fundação da cidade, a produção do café no município ainda era pequena frente à produção nacional e à economia local. Os produtores rurais estavam mais estimulados a investir na plantação do fumo de corda, dada a alta do mercado consumidor e o baixo custo da produção. Sendo uma cultura não mecanizada e inteiramente artesanal, a mão-de-obra é praticamente familiar, envolvendo o trabalho doméstico e divisão sexual do trabalho durante a produção do fumo de corda.

“Sempre foi mão-de-obra familiar. O fumo tem coisas interessantes na área social, pois o fumo é uma cultura delicada de se mexer. Não exige muito esforço. Uma criança de cinco anos já ajuda! A mulher tem um papel importante na destala. O homem fica mais com os produtores da roça, quando ele fica cuidando em capinar, sóiar, panhar, empalhar tudo isso o homem faz, depois que ele deixa lá pendurado no andaime. Depois de colher e está tudo no terreiro fica mais fácil para a mulher. Daí pra frente a mulher toma conta do serviço.”

(IDEM)

Devido a essa intensa participação da mão-de-obra familiar, o fumo se faz mais presente na família média da região. É uma produção que envolve os membros, ditando regras sociais e sexuais do trabalho,

desde a tarefa infantil na sua produção até a tarefa da mulher ²⁸. O café, por sua vez, é uma cultura externa ao trabalho familiar, não envolvendo a vida doméstica e não fazendo parte das tarefas da casa.

Através do relato de Sebastião, pequeno produtor rural, apreendemos uma noção da produção do fumo, desde a sua plantação até a confecção do fumo de corda, revelando as etapas do processo e as concepções que a envolvem:

Sebastião - O fumo é o seguinte, porque a mão-de-obra é uma lavoura sensível. A pessoa que nunca viu, ele vê o pé de fumo, ele vai pensar, mas como que vai fazer, este pé de fumo com esta folha deste tamanho, ficar aquilo que você viu lá! Aquele rolo de fumo, preto. Então é difícil. Então, porque você precisa fazer semeadura no canteiro, como se tivesse um canteiro de alface. Uma comparação, vamos supor que você vai fazer um canteiro de alface, você tem que fazer o canteiro pra semear o fumo, adubado, com esterco de gado, tudo natural.

Ana Cláudia - Em que época isso acontece?

Sebastião - A semeadura é do primeiro de dezembro a quinze de dezembro. Faz a semeadura da semente nesta época. Depois você vai cuidar das mudas, que elas vão crescendo, até ela pegar uma média de quinze centímetro. Você vai transplantar o terreno aonde vai ser formado aquela lavoura. Tira do canteiro e leva pro terreno. Aí depois você vai transplantar aquele fumo pro terreno preparado, já. Plantar, isto aí não é serviço pra criança nem pra mulher não! Isto é pra gente grande mesmo. Depois você vai tratar do fumo, da lavoura de fumo até adubar, fazer uma adubação. Depois vem a hora de desóia. Tem a desóia do fumo, que tira a ponta do pé de fumo, porque o pé de fumo vai crescendo. Se deixar, ele solta um cacho. Mas antes de soltar o cacho, você corta a ponta. Corta a ponta dele, aí ele pára de crescer. Cada folha sai um, eles falam um ôio de fumo, é um broto. Sai um broto em cada folha. Mas aquele broto não pode deixar ele crescer, tem que tirar ele.

Ana Cláudia - Por que?

Sebastião - Porque se deixar ele crescer, ele tira aquela força do mel que vai pra folha. Você tira aquele broto que saiu, que aquele mel que ia pro broto, ele vai pra folha. Aí é duas desta que dá. Duas desóias. Dá uma logo, vem outro broto de novo e aí você tira a raiz do broto de novo.

Ana Cláudia - Fica na ponta da planta?

Sebastião - Não, fica no pé de cada folha. A média de um pé de fumo é vinte folha. Mas dá trinta e dá menos. Mas uma média, vinte folha. Então

²⁸ Sobre o estudo da relação espaço e gênero na "divisão sexual do trabalho" ver o artigo de E. Woortmann (1998).

cada folha daquela sai um oincho, que vai um brotinho no pesinho da folha e vai crescendo, e sai. Deixa ele ficar deste tamanho! Então você tira ele quando el'stá pequenininho pra não deixar força daquele broto e tirar força da folha e aí a folha cresce e tal. Até que ela começa a pintar. Ela vai pintando, quer dizer que ela 'stá madurando. A época da maturação da folha.

Ana Claudia - Pintar a folha?

Sebastião - Ela tá pintada, ela fica pintadinha, bem loirinha! Ela é verde, vai pintando, pintando, quer dizer que ela está amadurecendo. A hora que ela estiver madura, ela está pintadinha.

Ana Claudia - De que cor?

Sebastião - Verde e amarelo. Aí, você chegou a época de colher, quer dizer, de panhar. Você fala panhar ou colher a folha. Que aí é a hora que ela vai pro andaime (figs. 27 e 28), que ela vai pôr pra muchar, até chegar o ponto de tirar, destalar, que eles falam. Aí é a hora que você depende de criança que sabe, que está acostumada ali, pra ajudar. Ele pode ajudar a tirar o fumo do andaime que nós falamos. Tirar o fumo, tirar o talo.

Ana Claudia - Depois que secou é que se faz isso?

Sebastião - Isto.

Ana Claudia - Quanto tempo leva, geralmente, para secar?

Sebastião - Ele fica a média de oito, dez dias, a média. Aí, você vai tirar o talo. Porque é aquela coisa de trazer, tirar o fumo, colocar e tirar o talo. Criança e mulher, todo mundo pode ajudar, porque é um serviço leve. Tira o talo, como você viu tirar daquela lá. Tira aquela e vai fazendo uns macinhos tudo. Faz um maço desta altura aqui. Pra depois cochar (fig. 29). Você dobra ela com o corte tudo pr'um lado. Aí que você vai fazer a cocha, que é o que eu expliquei lá. Uma corda daquela tem quatro cochas. Então nós tira, nós faz uma cocha compridona, que vai longe (fig. 30)! Aí depois você vai juntar quatro daquela pra fazer uma daquela. Nós faz uma cocha que vai daqui lá na avenida! Ela vai enrolando. Faz uma rodinha.

Ana Claudia - Cocha seria uma corda?

Sebastião - É, uma corda. Tem uma média de quinze a vinte quilos, cada cocha. Aí juntando as quatro, você vai fazer um rolo de sessente quilos .

Ana Claudia - De que tamanho?

Sebastião - Ah! É um comprimento bem grande. Ele deve dá la'uns cem metros mais ou menos. Uns cem metro mais ou menos uma cocha só. Aí vai cochando, aquele trabalho de cochando, cochando. No cochar ele vai soltando aquele mel, que é da própria folha. Que já tem um mel que é natural dela. Então ele começa a soltar aquele mel. Ele vai marronzando, porque ele está vermelho. Você faz o rolo e ele está vermelho. Aí ele vai marronzando, e vai escurecendo até ele ficar pretinho e dá lustre e ficar

brilhando. O rolo quando ele já está naquele ponto ali, ele fica até dar um lustre. Até de lumiar (fig. 31).

Ana Cláudia - Fica melhor quando perde mais a seiva?

Sebastião - É, melhor ele fica. Ele vai apurando aquela água que tem na folha, porque pra ela crescer a folha tem um pouco de água na folha. Não é só um mel. Então com o sol, aquele preparo de virar, cochar e por no sol. Apura, ele vai apurando que vira um mel grosso que o próprio fumo vai sugando ele, e ele fica tudo ali mesmo, que dá aquele cheiro. É o mel do fumo que dá aquele cheiro.

Ana Cláudia - E para trocar no sol?

Sebastião - Aí, é a cura dele, que nós falamos, o custeio ou a cura. Gasta uma média de quatro meses pra ele ficar bom. A partir do dia que você destalou, fez as cochas, enrolou, mais quatro meses pra você falar: está no ponto de ser usado.

Ana Cláudia - E durante os quatro meses? Tem que ficar toda hora desenrolando?

Sebastião - No começo todos os dias! Tira de um pau, passa pro outro. Tira do outro, passa pro outro. Todos os dias! Depois de aí uns sessenta dias, aí não precisa mais todos os dias. Aí você faz um dia sim, um dia não. Depois vai ficando um tempo, que uma vez por semana, como está agora. E assim vai até você falar, agora está na hora de nós fazer o pacote. Encargar e entregar. Já está pronto. E quanto mais velho, melhor. Fabricou este ano de 96, ele é melhor pra vender em 97.

Ana Cláudia - Ele fica guardado, enroladinho?

Sebastião - Guardado, tudo certinho. Coloca plástico pra não deixar secar. É uma mão-de-obra terrível! Mas dá serviço pra criança, mulher, destala e cocha. Tem muita mulher que sabe fazer a cocha! A mão-de-obra é até mais pra criança e mulher.

(Sebastião, produtor rural, rua Tiradentes – 1998)

O fumo é vendido fora, principalmente para o Estado de São Paulo que consome 80% da produção e cidades da região do sul de Minas, como Machado, Mozambinho, Alfenas e Varginha. Nesse momento da fala, percebe-se a diferença pelos habitantes da cidade entre o fumo de Poço Fundo e o de outros municípios da região mineira.

Sebastião - É porque aquela fama que ficou no Brasil inteiro! Ficou esta fama.

Ana Cláudia - Muito conhecido?

Sebastião - É, Poço Fundo, melhor fumo do Brasil! É só isto ficou. Então o pessoal continua plantando porque você chega lá em São Paulo, numa



Fig. 27 – Folhas de fumo no andaime para secagem no Bairro rural da Barra Grande. Geralmente os andaimes ficam perto da casa do produtor rural para seu controle do processo de maturação (quando as folhas ficam amarelas) e cuidado com o tempo, principalmente da chuva quando são cobertas de plástico para sua proteção (Foto:AC. Lyra, 1998).



Fig. 28 – Cena comum nos terreiros dos pequenos produtores rurais: o café espalhado no chão e as folhas de fumo no andaime, ambos para secagem. (Foto:AC Lyra, 1998)



Figs. 29/30 – Sebastião e seu filho mais velho mostrando, na garagem de sua casa, como se faz a “cocha” do rolo de fumo. Na outra foto a corda do rolo de fumo, que durante o processo da “cocha” deve ser alternado o seu lado, tendo que desenrolar e enrolar novamente. (Foto:AC Lyra, 1998)



Fig. 31 – O produto final já embalado e pronto para ser comercializado. Este fumo de corda foi vendido para um atravessador da cidade que leva o produto para o mercado local e para o estado de São Paulo.(Foto:AC Lyra, 1998)

tabacaria grande lá e está lá o fumo de Poço Fundo!

Ana Claudia - E Belo Horizonte, não vende fumo também?

Sebastião - Vende também. Lá tem uma região que produz fumo. Que não fica tão longe de Belo Horizonte, que é a zona da Mata lá, que é Guarani, Adolfo Dultra e Ubá. Umás várias cidades lá, que tem produção de fumo e não é pequena não! Lá produz bastante ainda. Então esse fumo está mais perto lá, eles usam mais lá nesta região do norte de Minas. Belo Horizonte pra lá usa mais este fumo. Eles falam lá fumo mineiro! Apesar que o nosso também é mineiro. Mas este lá tem o nome de fumo mineiro. É nesta região que ele é produzido.

Ana Claudia - Mas é outro tipo de fumo?

Sebastião - Não, é o mesmo tipo de fumo, corda tudo igual. Só com aroma e sabor diferente, porque é outro clima. Porque o nosso fumo aqui é plantação de terra montanhosa. Eles produzem em terra plana, mas com sabor diferente. Então igual o sabor do fumo de Poço Fundo, não existe no país, não existe em outro lugar!

(IDEM)

O fumo aparece com maior representatividade na região, associado às suas qualidades e características que identificam o poço-fundense. Dessa maneira, o fumo de corda particulariza o município frente aos outros da região sul-mineira e representa-o nacionalmente, enquanto o café identifica o município, generalizando-o, ou seja, colocando-o junto a outros produtores de café da região, como Machado, Campestre e Varginha.

Mesmo perdendo força econômica, o fumo está presente, ressignificado como símbolo, na bandeira da cidade. A criação dessa bandeira deu-se em 1970, data da comemoração do Centenário da Cidade, quando o então prefeito, José Assi, tradicional comerciante e descendente sírio-libanês incorpora a imagem da folha na bandeira como força de expressão econômica e cultural da cidade. Com tal ato, a cultura do fumo é institucionalizada, construindo a imagem do mesmo associada à história da cidade, que reforça a idéia da formação de uma tradição local.

A cultura do fumo foi não só transformada em símbolo do município - através da bandeira - como também responsável pela mudança do nome da cidade. Esta ganha o terceiro nome - Poço Fundo - pelo fato de ser o nome do principal bairro rural produtor de fumo de corda, que passa a representar o município, sobrepondo-se à cidade de Gimirim:

“Eu acho que Gimirim era mais bonito, mas já era uma necessidade, né! Porque eles perguntavam assim: Poço Fundo fica pertinho de Gimirim?. Quer dizer que conheciam mais Poço Fundo do que Gimirim.”

(Joaquim, professor, rua Ferreira de Assis - 1998)

A terceira fase da cidade é percebida pelos seus habitantes como a época do café. Se Gimirim foi pensada como espaço do fumo, Poço Fundo é pensada como o espaço do café. No entanto, o fumo não perde em representatividade, permanecendo na cultura local com sua tradição e seus conhecimentos passados de geração em geração, reproduzindo, assim, uma cultura que marcou uma época expressiva, não só na economia, como na história da formação da cidade:

“O meu avô plantava, no mesmo lugar, na mesma região, Barra Funda. O meu pai produzia mais. Naquela época não falava quilo, falava arroba. Ele plantava, colhia lá na média de cento e cinqüenta a trezentas arrobas! Fazia naquela época. Agora hoje, o que faz muito, faz cem arrobas, porque não produz mais aquela quantidade. Eu planto pouco, eu tenho produzido pouco. Na média de cinqüenta arrobas por ano, uma média por aí. Mas eu deixei de plantar, de uns cinco anos, porque eu tenho os filhos. Mas os filhos já cuida com outra, já é lavoura de café. Eles cuidam de lavoura de café. Eu não tenho lavoura de café. Eu comecei de novo e planto um pouquinho mais, porque pelo costume que a gente vem”.

(Sebastião, produtor rural, rua Tiradentes - 1998)

Essa fala de Sebastião é significativa pois identifica as três épocas da cidade vinculadas à produção do fumo de corda. Na época de seu avô (época de Machadinho), o fumo é uma plantação. Na época de seu pai (Gimirim), o fumo passa a ser uma cultura, com o aumento da produtividade e importância econômica. E na sua época (fase de Poço Fundo), o fumo torna-se uma tradição, visto pelo passado de uma época em ascensão, que hoje é lembrada como um costume local.

POÇO FUNDO

A terceira fase da cidade é iniciada pela troca do nome, em 1954, através de um plebiscito. Apesar da consulta à população, a mudança foi uma estratégia política, que promoveria a região através da cultura do fumo de corda, conferindo-lhe um espaço particular frente à economia sul-mineira.

“O fumo de Poço Fundo é conhecido no mundo inteiro, e Poço Fundo é uma cidade fantasma em todo o Brasil. Ninguém sabia onde ficava Poço Fundo a não ser nós, porque Poço Fundo é onde está a Cachoeira Grande. Lá é a região de Poço Fundo. É o bairro de Poço Fundo, que tem a Cachoeira Grande, onde tem a usina da CEMIG. Aí de lá passou a ser Poço Fundo, o município todo.”

(Gentil, fazendeiro, Praça Matriz – 1998)

O início de Poço Fundo coincide com a época em que se afirmam os contornos da cidade, nos quais seu traçado físico e aspecto social e econômico começam a adquirir expressão urbana, acentuando a fronteira entre a cidade e o campo. À medida que as pessoas vão-se transferindo para a cidade, passando a morar nela, o centro da percepção é deslocado para a mesma invertendo sua posição diante dos bairros rurais. Se na época de Machadinho temos a relação bairros rurais sobrepondo-se à cidade, a partir de Gimirim inicia-se uma fase de transição em que aquela se direciona para contornos mais urbanos, adquirindo uma representatividade própria. Esse movimento é completado e estabelecido nesta terceira fase da cidade (figs. 32/33).

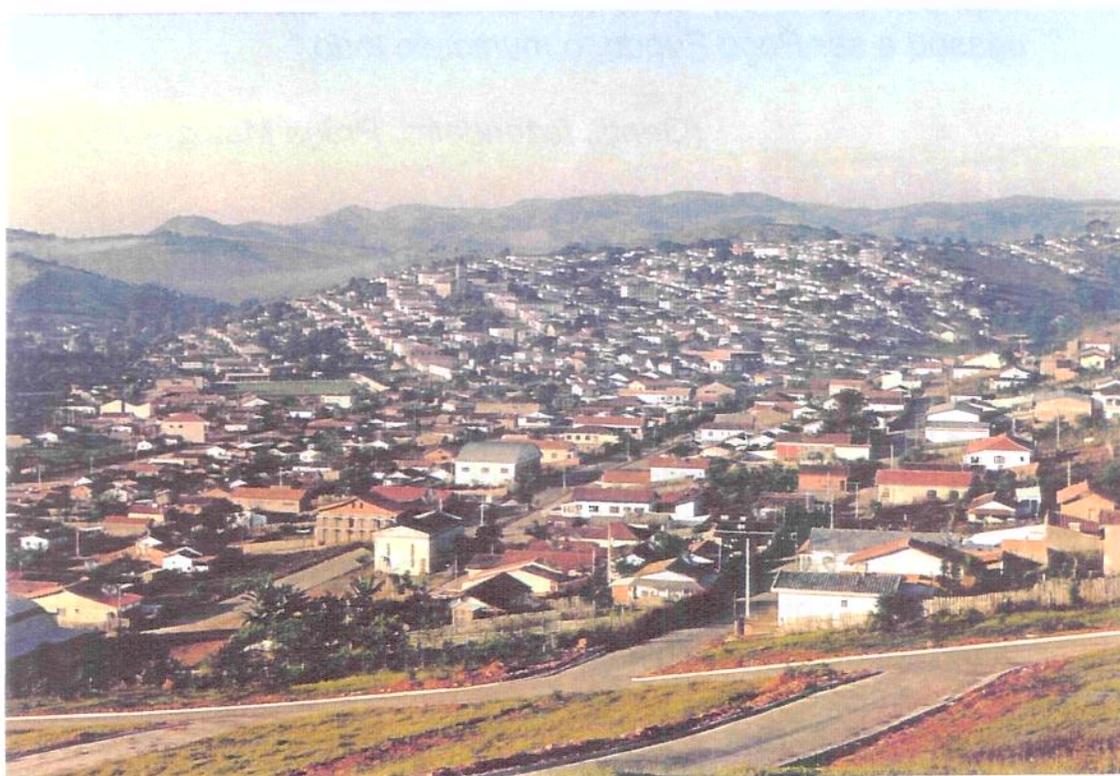
Aponta-se aqui uma confirmação desse processo que direciona para uma inversão na relação cidade-bairros rurais. Assim, teremos, em nossa análise, uma leitura do processo no quadro:



N



Fig. 32 – Foto antiga de Poço Fundo, provavelmente década de 50. Percebe-se um avanço maior da cidade na direção oeste, com maior número de construções. (foto dada pelo Tonho, retirada da parede de seu bar, s/d).



N



Fig. 33 – Foto atual de Poço Fundo (provavelmente década de 80). Ao fundo a parte antiga da cidade com a direção oeste já consolidada. À frente da foto o novo bairro residencial, Nova Gimirim, indicando a tendência do crescimento do território da cidade na direção norte. (Arquivo particular de um dos fotógrafos da cidade, s/d).

Machadinho, espaço-patrimônio (dos bairros rurais à vila); Gimirim, espaço-transição, momento em que se inicia essa inversão da relação com a formação dos espaços-núcleos; e Poço Fundo, espaço-cidade, fase final do processo no qual é construída a relação cidade-bairros rurais (com a sobreposição da primeira sobre estes), na noção do espaço físico e social da cidade - fase em que os espaços-núcleos estão constituídos e completados na sua identidade, suportando a articulação do espaço físico com a organização social.

Tal processo refere-se ao fortalecimento dos espaços nucleares que ganham maior visibilidade no seu traçado físico e expressão nas suas características sociais e econômicas. Isso é percebido através da pavimentação das calçadas, da construção da praça e da terraplanagem da avenida; das principais construções, apontadas pelos habitantes, que modificam a imagem da cidade, conferindo-lhe uma urbanização do espaço que faz frente à sua ruralização.

Através dessas mudanças, a identidade dos espaços nucleares é reafirmada na percepção da cidade que se diferencia do modelo predominante do espaço rural. A partir de tal caracterização, assentada em moldes urbanos, os principais espaços nucleares que possibilitam a articulação do espaço com a organização social localizam e definem seus moradores segundo o espaço vivido por estes.

Como um dos espaços nucleares, a Praça Matriz destaca-se como o lugar catalizador do movimento social na época de Poço Fundo. Com a construção e pavimentação da praça, o espaço adquire maior visibilidade social, atraindo a atenção de seus moradores que passam a freqüentá-la como espaço de lazer (fig. 34). Este é reforçado com a transferência do cinema para a praça, conferindo ao espaço um novo lugar de lazer e de consumo. Junto a este novos estabelecimentos comerciais são abertos. Outro aspecto dado pela sua visibilidade é o cenário político em que o espaço físico da praça transforma-se, utilizado como palco de comícios e brigas eleitorais, que demarcam o seu território conforme a prática política exercida (fig. 35). Assim, a praça vai-se tornando na época o principal centro catalizador da sociabilidade, transferindo o movimento de outros núcleos e dando continuidade à articulação dos espaços-núcleos que estruturam a percepção do espaço social:

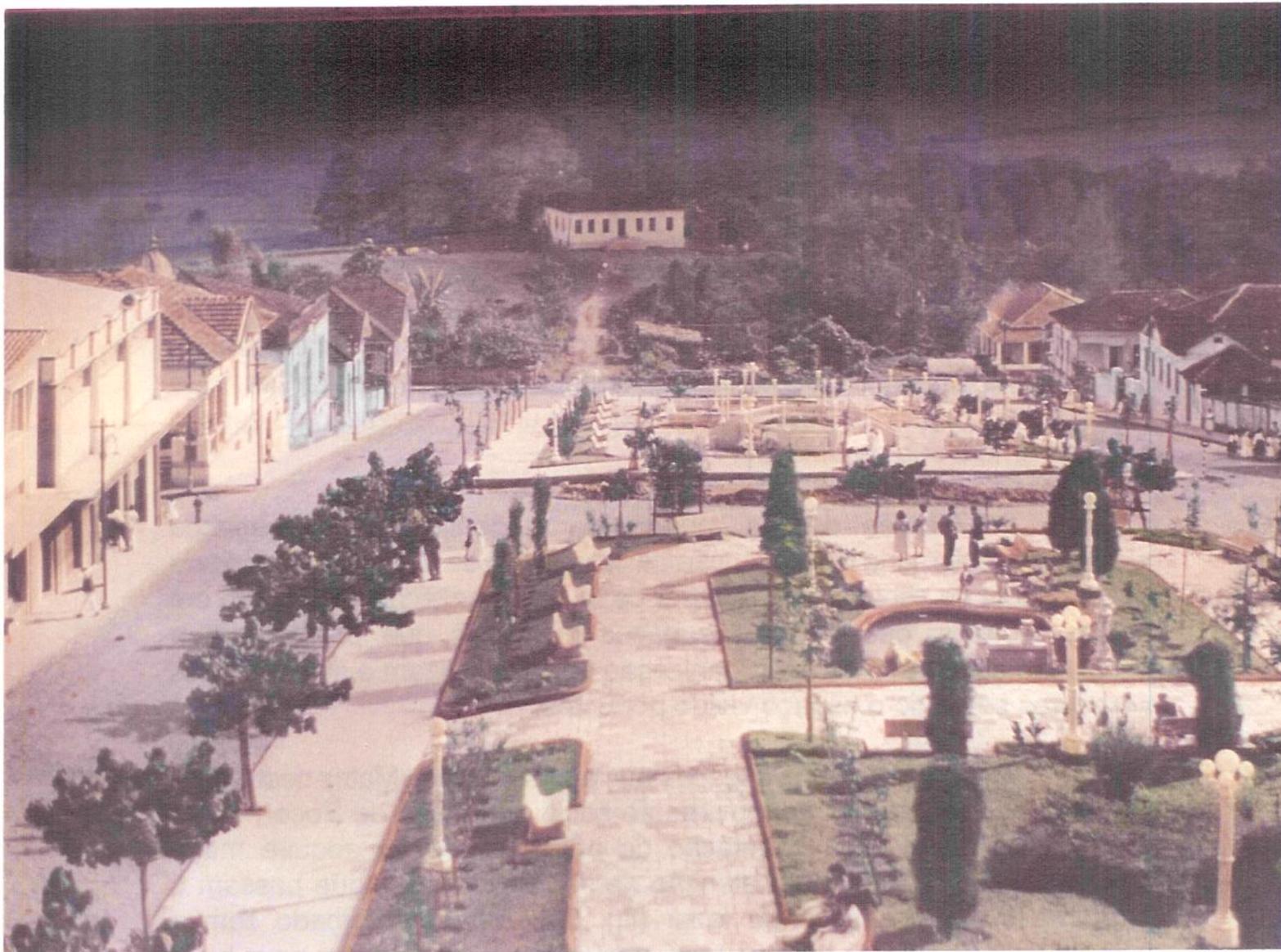


Fig. 34 – Esta foto foi tirada de um quadro exposto numa farmácia da praça. Nela percebemos a praça recentemente urbanizada com os seus dois jardins já formados. No primeiro jardim encontra-se no centro um quadrante de água com um castelinho, onde mais tarde foi colocado um casal de jacaré que passa a identificar um dos partidos políticos, atualmente conhecido como a ala dos “jacarés” (partido do PMDB). No início de Poço Fundo a praça era o principal ponto de encontro dos casais e jovens da cidade. Na parte interna, nos bancos de pedra, sentavam os casais de namorados indicando o estabelecimento da relação; enquanto que ao seu redor (na sua parte mais externa) circulavam os rapazes (num sentido) e as moças (em sentido contrário, dentro do círculo) para o flerte. Segundo um dos entrevistados os de fora “pescavam” as moças pelo olhar e os de dentro da praça eram considerados já “pescados”.



Fig. 35 – Nesta foto percebemos a inscrição de um dos partidos políticos, na época UDN, inscrito na parte detrás do banco. A praça era o principal palco das manifestações políticas, servindo como vitrine das disputas que se acirravam em épocas de eleições. Segundo alguns entrevistados, os “recados” entre os partidos eram sempre dados na praça. (Arquivo particular de um dos fotógrafos da cidade, s/d).

“Depois que eu já morava aqui, é que o movimento passou o cinema pra cá. Aí o movimento passou pro jardim. Os moços e as moças iam passear no jardim. E lá acabou. Lá acabou o movimento, ficou o clube. Mas esse movimento de rapaz, moça, namoro era aqui.”

(Darci, bancário, rua Professor Ramos - 1998)

A visibilidade que a cidade adquire através da sua urbanização cria o espaço da diferença. Ou seja, com a urbanização a distinção entre cidade e roça é ampliada, construindo territórios de identidades que estabelecem quem está dentro e quem está fora.

“Com a vinda das pessoas da roça para a praça até mudou um pouco. Havia uma diferença muito grande entre as pessoas da fazenda com as pessoas da cidade. A pessoa da roça não conseguia se entrosar com as pessoas da cidade. Rapazes e moças até tinha um apelido pejorativo que o pessoal da cidade dava ao pessoal da roça. Falavam que eram arigó. Arigó é bobo. O pessoal da roça não usava sapato e quando usava pisava em ovos. Na minha época, começar o namoro com uma moça era muito difícil e mais difícil um rapaz da roça namorar uma moça da cidade. O trabalhador rural era visto como pejorativo!”

(Messias, técnico agrícola, rua Barão de Alfenas - 1998)

Influenciado pelos referenciais da cidade, o homem da roça torna-se o seu outro em face do hiato que se cria pela diferença, ditada por uma imagem urbana que constrói a visibilidade do diferente. Através dos signos, a alteridade é ditada e marcada pelo olhar estético da urbanização:

“É porque eles eram assim. Eles não estudavam. Os filhos nem a quarta série não faziam. Andava-se mais, vamos dizer, mal vestido. Não tinha tanto gosto pra vestir.”

(Darci, bancário, rua Professor Ramos - 1998)

“Você percebia pelo modo de andar, pelo jeito de vestir, você percebia quem era da roça, e quem era da cidade. Isso era normalíssimo isso daí. Era, por exemplo, uma roupa mais comprida, né! O jeitão da roça. Vinha a cavalo, vinha a pé, não tinha jeito. Vinha no caminhão de leite.”

(Abio, bancário, rua Professor Ramos - 1998)

O homem e a mulher da roça são vistos através do olhar que começa a ser urbanizado, como alguém que não participa mais de um mesmo cenário e códigos. Podemos falar de uma arquitetura da diferença que se forma do espaço físico e social da cidade, pela qual a idéia de homem e mulher da roça surge numa identidade de oposição ao homem e mulher da cidade. Aqueles são percebidos através do padrão estético do espaço que dita as normas de um padrão da diferença, pelo qual são medidos e pensados:

“Eu era pequenininho e morava na roça. Vinha pra cidade e o sapato era apertado demais. Punha o sapato parece que apertava o pé. Hora que eu saía da cidade, que eu tirava o sapato, ah, que coisa boa!”

(Joaquim, professor, rua Ferreira de Assis - 1998)

“Eu gostava das festa de São Sebastião. Soltava foguete, não perdia nada, eu não calçava sapato, andava descalça o tempo todo.”

(Maria Tocacelli, dona de casa, Vargem - 1998)

A urbanização do espaço físico da cidade é associada ao uso obrigatório do sapato. Essa imagem traz uma rica percepção da relação da diferença, de um lado: homem e mulher da roça descalços, e de outro, homem e mulher da cidade, calçados. Em várias entrevistas relativas a essa diferença, a percepção do espaço físico e social da cidade era freqüentemente associada ao ato de calçar o sapato. Ou seja, para ir à cidade era obrigatório calçar o sapato, um signo de urbanização que identifica o homem e a mulher da cidade. Para o homem e a mulher da

roça, tirar o sapato é tirar as regras urbanas de seus pés. Isto é, tirar ao mesmo tempo todo um conjunto de regras e “habitus” (Bourdieu,1987) da cidade. Não basta calçar o sapato, mas saber usá-lo em seu andar e movimento, revelando o código específico do cidadão:

“Há uns 50 anos atrás havia uma diferença entre roça e cidade. O roceiro e o da cidade. O povo da roça só andava descalços e quando vinham para a cidade tinham que colocar sapato. Então se você anda descalço e bota sapato você não pisa direito, você pisa alto. Era uma diferença fundamental o andar das pessoas da roça! Você via de cara que era pessoa da roça. Quando eu vim para a cidade em 1953 para estudar, no ginásio, eu mesmo andava descalço e tive que comprar uma botinas novas. Era realmente uma diferença muito grande de contato, de conversa, falava muito mal.”

(Messias, técnico agrícola, rua Barão de Alfenas - 1998)

Outro espaço-núcleo da cidade que passa por esta transformação é a avenida também identificada como morada dos fazendeiros. Nos primeiros tempos da cidade já como Poço Fundo a avenida é pavimentada, o que modifica o aspecto montanhoso do terreno. A terraplanagem de seu espaço transforma o terreno anterior que seguia naturalmente os contornos montanhosos da região em espaço plano, conferindo, assim, um aspecto de modernização para a cidade. Sobre um espaço de terra irregular forma-se um espaço plano, seguindo uma direção linear. Esse efeito é associado pelos moradores à transformação de um cenário rural em urbano.

Um outro espaço-núcleo que sofre alterações é o Canto. Na época de Gimirim, a maior parte da população estava localizada nos bairros rurais. No entanto, esse quadro começa a mudar quando as leis trabalhistas de Getúlio Vargas interferem na contratação de mão-de-obra rural, dificultando o seu agenciamento. Muitos partem para as cidades grandes, como São Paulo, à procura de trabalho nas fábricas; outros para o Estado do Paraná onde a lavoura de café estava em expansão e prometia ascensão social através da ocupação de novas terras:

“Tinha fazenda aí que tinha 100 famílias. Depois com essas leis, o pessoal veio tudo para a cidade. O pessoal acertava com os patrões e vinha para a cidade, procurava indústria, ia para São Paulo.”

(Tonho, bancário, Avenida - 1998)

Devido a esse movimento de dispersão para a cidade a população de Poço Fundo sofre um aumento, refletindo em seus espaços nucleares. Um deles é o Canto, local escolhido para a moradia da população vinda da zona rural. Por meio da doação de terrenos pela Prefeitura muitos lavradores fixam-se residência nessa parte da cidade, contribuindo para a identidade de lugar dos pobres:

“Estas pessoas mais pobres ficam na beira né. Vinham da fazenda. Naquele tempo eles contava com os pobres na fazenda e não tinha valor não! Os fazendeiros traziam eles no cativoiro, aí vinham pra cá (Canto) e ficavam meio livre.”

(Ernesto, lavrador rural, Lavrinha - 1998)

O Canto começa a tornar-se visível, através desta percepção, como espaço de morada dos pobres e também dos negros²⁹. Por haver um grande número de lavradores de etnia negra, ocorre uma concentração deles nessa parte da cidade. Sua consolidação vem com a construção da Igreja São Benedito, na praça da Vargem. Considerado o santo dos negros, São Benedito torna-se o padroeiro desse espaço, demarcando o território dos negros e dos pobres, em oposição à Praça Matriz, percebida como o espaço dos ricos e brancos da cidade:

“Eu acho que é um dos lugares de Poço Fundo que mais concentra o preto, né.”

(Abio, bancário, rua Professor Ramos - 1998)

“Naquela época de Gimirim já existia a praça de São Benedito. Porque logo que fez a praça, foi feito a Igreja de

²⁹ Para uma análise etno-espacial da coletividade negra ver J. Gomes da Silva (1998).

São Benedito. Naquela época tinha muito preto, eles gostavam muito de São Benedito.”

(Zilá, dona de casa, rua Prefeito Isaías de Carvalho - 1998)

“Ali tinha um cruzeiro antes. Quem fez a igrejinha foram os pretos que arrumaram. O Zé Laudinho era preto e foi ele que organizou tudo. Os políticos devem ter ajudado na construção.”

(Maria Tocacelli, dona de casa, Vargem - 1998)

Como espaço antigo, o Canto é percebido em algumas falas (principalmente pelos moradores da parte de cima da cidade) como uma parte recente que não teve relação com a origem da cidade. Apesar da existência de expressão social, esta era menor em relação aos demais espaços-núcleos da cidade, fazendo com que não fosse percebido como parte da cidade. Em muitas entrevistas com moradores da parte de cima, geralmente fazendeiros, comerciantes e donas de casa pertencentes a famílias tradicionais da cidade, estes evitavam falar sobre o Canto, tentando colocá-lo no “canto” da fala. Quando perguntados novamente a descrição sempre vinha carregada de conotações negativas e depreciativas dos moradores desta parte, tentando orientar a conversa sobre a parte de cima da cidade ³⁰:

“O Canto já foi recente. O Canto é....se você for analisar bem, o Canto é novo em relação ao resto da cidade, né tio Tonho? O Canto já não tem...”

(Beto Gouveia, fazendeiro, Nova Gimirim – 1998)

Por não ter, desde a sua formação, uma expressão de poder político e econômico como a praça através das casas dos fazendeiros, do Forum e da Igreja, e a Vargem, com seu comércio, o Canto passa despercebido e, muitas vezes, não lembrado pelos fazendeiros e comerciantes. Tal expressão atua como um mecanismo de exclusão social

³⁰ Sobre iguais e desiguais no espaço ver trabalho de A. Niemeyer (1979) e dissertação de mestrado de Suely Almeida (1976).

de um dos espaços formadores da cidade.

Durante o início da cidade como Poço Fundo, em que o Canto recebe um número expressivo de moradores, seu espaço começa a ser modificado ampliando o número de ruas e dividindo o espaço em quarteirões. Adquire visibilidade quando passa a preencher interesse de certos setores como: o político - com o crescimento de sua população associado ao crescimento do eleitorado; econômico - quando passa a ser fornecedor de mão-de-obra barata às casas da praça, como, por exemplo, empregadas domésticas e de trabalhador rural nas fazendas na época de colheita do café; e cultural - quando é lembrado nas festas do congo:

“Lá mudou muito de uns 15 anos pra cá. Uns políticos que interessou por lá e deu a mão é que formou o Canto do jeito que tá lá. Mas lá era alguma casa....”

(Osório, fazendeiro, Machadinho Velho - 1998)

“São pessoas que trabalham na roça. A maioria das empregada doméstica vem lá do Canto. Nessa época elas vão apanhar café. Aí é aquela luta! Não tem empregada doméstica, porque elas vão apanhar café. Nesta época de Abril até Outubro elas preferem apanhar café porque vão ganhar mais.”

(Darci, bancário, rua Professor Ramos - 1998)

“O Canto sempre existiu. Era menos casas. Era quase só uma rua. Mas tinha os congados, muito forte.”

(Tonho, bancário, Avenida – 1998)

A festa de São Benedito torna-se a principal comemoração religiosa da cidade devido à animação e devoção de seus fiéis. Ela promovia o Canto, propiciando a aproximação dos outros habitantes da cidade como os da praça e da Rua do Cinema (figs 36/37). Os negros tornavam-se visíveis e tinham seu lugar de destaque nas festas e animação dos bailes. Assim, a cidade propõe a visibilidade social ao homem e à mulher em detrimento do recolhimento do homem e da mulher rural aos

bairros rurais. Essa visibilidade social é administrada em categorias profissionais demarcadas nos territórios formados.

A cidade de Poço Fundo, desde sua fundação e processo de formação dos espaços-núcleos, traz uma arquitetura própria que organiza a alteridade no espaço social. Chegamos ao final deste capítulo com uma noção da percepção do espaço físico e social da cidade, a qual, através de seus habitantes desvenda um espaço demarcado pelas diferenças segundo uma geometria da política local. Sua arquitetura é expressa pelos espaços-núcleos, percebidos, basicamente, na: Praça Matriz - espaço dos fazendeiros; Vargem e Canto - espaço do trabalhador rural; e Rua do Cinema - espaço do comerciante.



Fig. 36 – Na festa de São Benedito há uma concentração dos habitantes da cidade (parte de cima e de baixo) e dos bairros rurais que aproveitam para fazer compras nas barraquinhas de produtos gerais. Na foto a reunião de pessoas na frente da Igreja era devido ao bingo que estava encerrando as comemorações. Logo atrás o terno de congo junto ao mastro da banderia de São Benedito. (Foto:AC Lyra,1998)



Fig. 37 – Formação do terno de congo no Canto na frente da casa da moradora guardiã da bandeira de São Benedito. Daqui parte o terno que faz um trajeto pela cidade, parando na frente do cemitério para reverenciar os mortos, seguindo em diante para a Praça Matriz até chegar na Igreja São Benedito. À medida que iam passando alguns moradores, geralmente mais antigos da cidade, saíam na janela para olhar o terno passar. Os que estavam presentes e acompanhavam o terno eram moradores do Canto. (Foto:AC Lyra,1998)

CAPÍTULO III

A DIVISÃO SOCIO-ESPACIAL DE POÇO FUNDO

Após ter falado sobre a formação dos espaços-núcleos da cidade, iremos comentar sobre o quadrante maior, no qual aqueles se assentam. Baseando-se na fala de seus habitantes, o mapa físico da cidade é expresso social e simbolicamente na oposição acima e abaixo do território da cidade ³¹. Tal recorte revela como seu espaço físico e social é pensado, segundo a articulação dos espaços-núcleos, estabelecendo uma ordem sócio-econômica aos habitantes, como: fazendeiro, trabalhador rural e comerciante.

Praça, Vargem, Canto e Rua do Cinema são organizados segundo uma oposição básica que divide o território da cidade em: parte de cima, percebida como a parte mais desenvolvida da cidade, e parte de baixo, percebida como a menos desenvolvida, no que diz respeito a diferenças econômicas e sociais de seus habitantes ³². A praça matriz marca esta divisão, sendo da praça para baixo – Canto, Vargem e praça São Benedito – os espaços-núcleos considerados parte de baixo; e da praça para cima – Rua do Cinema, Avenida e a própria praça – espaços-núcleos considerados parte de cima.

³¹ Ver DaMatta (1976) para uma análise do reflexo no espaço da aldeia de uma organização social dual; e M. Agier (1998) que também faz uma referência a um “modo simbólico dual” de divisão da cidade de Salvador em o lado da baía (antigo e mais pobre) e o lado da orla (moderno e mais rico).

³² Bourdieu (1980), na descrição da casa Kabilis, destaca a dupla orientação de seu espaço físico em dois planos: o baixo e o alto, traduzindo uma oposição de significados relacionados à organização social. “*A parte baixa, obscura e noturna da casa, lugar dos objetos úmidos (...) lugar dos seres naturais (...) das atividades naturais, o sono, ato sexual, e também da morte, se opõe à parte alta, luminosa, nobre, lugar dos humanos e em particular do convidado, do fogo e dos objetos fabricados pelo fogo (...)*” (1980, p. 443 – tradução minha).

“Existia esta separação. Tanto que existia o clube dos ricos que não podia entrar cidadão de cor. Era barrado na porta. Ficava na Rua Capitão Ferreira de Assis (Rua do Cinema). Cidadão de cor não entrava, era barrado na porta. Até nós brincávamos se o Pelé vem aqui quero ver quem vai fazer! E o clube dos pretos ficava na praça São Benedito, o clube Euclides Laudino, que ia o pessoal do Canto e entrava quem quisesse, branco ou preto, não importava.”

(Carlito, prefeito, rua do cinema – 1998)

“Eles têm o clube Euclides Laudino, lá embaixo. Inclusive é o que anima lá a praça São Benedito. Então o pessoal do canto, pessoal de cor é lá que eles frequentam.”

(Dino, carpinteiro, rua Leôncio de Gouveia – 1998)

“Tinha duas festas, lá de cima. Nossa Senhora do Rosário e lá em baixo, festa do São Benedito, do congado, dos pretos.”

(Abio, bancário, rua Professor Ramos – 1998)

“Da praça pra baixo era uns moleques, os meninos. Não podia atravessar para parte de cima. Dava briga. Iguazinho Coréia do Sul e a Coréia do Norte. Assim eles falam.”

(Tonho, bancário, Avenida – 1998)

“O asilo velho é lá no Canto. Aquele asilinho velho é lá. Porque o novo lá em cima, que você se for lá você vai gostar. É muito bonito, uma beleza! Limpinho, onde ficam os velhos. Agora aqui são casinhas, aí moram cada um na sua casinha. É muito pobre! É um asilo antigo e foi o primeiro asilo ali. Então são casas, casinhas, que no fim... Hoje nem gente velho tem mais, sei lá! Tem de tudo! Gente mais nova, gente mais velha. Tem cachaceiro, tem tudo lá. E lá é ponto de briga, de droga, de tudo ...”

(Darci, bancário, rua Professor Ramos – 1998)

Como moradores da parte de cima, pertencentes a uma classe econômica estável e vindos de famílias tradicionais da cidade, há uma tendência de perceberem a parte de baixo de forma negativa. Canto e Vargem colocados à margem da organização social que se expressa num recorte espacial formam uma espécie de “franja” da cidade.

Tal percepção (acima e abaixo) tem suas origens desde a criação da cidade. Conforme a geometria política que passa a desenhar campos de poder dos chefes locais no espaço físico da cidade, os espaços-núcleos são articulados dentro desse quadrante maior (acima e abaixo). Esta partitura significa o espaço físico da cidade, pautando sua forma ao assentamento e desenvolvimento do poder local.

Ana Cláudia – Tinha rivalidade da parte de baixo com a parte de cima da cidade?

Zila- Tinha! Política! A parte de cima era de um partido e a parte de baixo era de outro partido. A de baixo dizia que a parte de cima não prestava e a parte de cima falava que a parte de baixo não prestava.

Ana Cláudia – A praça fazia esta divisão?

Zila – É, fazia a divisão. Por causa da política o de cima não se comunicava com a de baixo!

(Zila, dona de casa, rua Prefeito Isaías – 1998)

Essa percepção da cidade calcada na fala do político traduz-se numa idéia de oposição, entendida por seus habitantes como rivalidade. Esta, por sua vez, confere movimento às relações sociais, expressa desde a cidade mais próxima a Poço Fundo, Machado, ao lazer da cidade como o futebol. É através da idéia de oposição que a cidade cresce, direta ou indiretamente, na fala dos entrevistados expressa na formação dualista do espaço – parte de cima e parte de baixo – que traduz em conflito as relações sociais internas à cidade – dois times de futebol, dois partidos políticos, dois clubes – e externa a ela – na sua relação de animosidade com a cidade vizinha concorrente, Machado.

“Tudo tinha rivalidade. Festa religiosa tinha. Bailes, futebol. Entre Poço Fundo e Machado tinha muita rivalidade. Qualquer coisa que tinha em Poço Fundo ou Machado, não era só futebol não, tudo dava uma briguinha.”

(Abio, bancário, rua Professor Ramos – 1998)

“Tinha rivalidade política. A parte de cima era de um partido, e a parte de baixo era de outro partido. A de baixo dizia que a parte de cima não prestava, e a parte de cima falava que a parte de baixo não prestava.”

(Zila, dona de casa, rua Prefeito Isaías – 1998)

“O que foi uma encrenca, uma demanda, por causa de uma faixa de terra, a tal da Limeira. Eles falam de uma tal briga, papa-amarelo com barriga verde. Dizem que o pessoal de Machado vinha fardado parece com um lenço amarelo amarrado, e o pessoal daqui vinha com uma faixa verde (...) Então essa rivalidade criou: ‘não, você é papa-amarelo’, porque o lenço amarelo, não você é barriga verde. Igualzinho tem hoje em Poço Fundo ainda, jacaré e piranha. Porque a gente acha que isso é atraso, mas nos Estados Unidos tem republicano e democrata. Eternamente tem. No pamba da democracia, tem né.”

(Beto Gouveia, Nova Gimirim, fazendeiro – 1998)

A rivalidade consiste na idéia de oposição que move a cidade e significa seu espaço físico e social, traduzido numa leitura dualista por seus habitantes. Tal leitura é formada por uma “geometria política” desenhada pelos partidos que se constroem segundo uma tradição política de mandonismo local, instaurada desde a época do Barão.

“O Barão, na época, porque a gente já veio conhecendo o Barão era da UDN e o capitão Ferreira de Assis era do PSD. Então, desde aquela época, esta oposição é fundada a partir do Barão e do Capitão (...) A cidade naquela época era pequena. A parte de cima era só a praça, a rua Ferreira de Assis, a capitão Antônio Gonçalves, as travessas e a avenida, que não tinha muita casa. E a parte de baixo seria só o Canto e a Vargem.”

(Carlito, prefeito, rua do cinema – 1998)

“Tinha os chefões políticos. Dizem que na época da eleição era uma coisa tremenda. Vinha aquelas cavalarias! Aí

chegavam, tinham aqueles livros pra votar, na cara!!! Mas sempre houve, sempre houve essa rixa aqui, na política.”

(Tonho, bancário, Avenida – 1998)

“A separação que tinha era essa. Da praça para baixo os Paulinos e os Velani, né. E da praça para cima que era já o coronel e a turma dele, os agregados dele, os corregionários dele.”

(Beto Gouveia, fazendeiro, Nova Gimirim – 1998)

“Da cidade repartia. Quem apoiava o Zé Dias lá era os Jacu; e quem apoiava o Chico Pereira era os jacobino. Chico Pereira era o fazendeiro que tinha aqui. Até o meu pai votava pra ele. É o jacobino e assim tinha.”

(Osório, fazendeiro, Machadinho Velho – 1998)

Com base nesta divisão, o espaço da cidade começa a ser concebido segundo a oposição política que se estabelece, através do qual os espaços-núcleos desenvolvem-se e articulam-se durante a formação da cidade.

“Naquela época era jagunço e jacobino. Depois passou PSD e UDN e depois jacaré e piranha. Só que o jacaré e piranha existe ainda. Mas sempre há oposição! Agora porque que começou eu não sei. Tanto que a minha avó que era nora do José Dias em 1932 mais ou menos, ela foi embora daqui de Poço Fundo. Ela teve que ir embora daqui e foi morar em Pouso Alegre. Porque ela disse ‘nossa! Deus me livre! Morreu o meu marido, morreu o meu sogro, vou ficar aqui em Poço Fundo, mexendo com política. Eu tenho que embora daqui, senão eu não vou criar os meu filhos!’ Ela tinha medo de política (...) correndo justamente do processo político da oposição que existia aqui dentro. Quer dizer que naquele tempo já era um caldeirão fervente (...), mas tinha oposição. A minha avó saiu corrida (...) muito embora fosse jovem, 26 anos, ela também se envolveu em política, até mesmo sem

querer.

(Beto Gouveia, fazendeiro, Nova Gimirim – 1998)

A mobilização política era estreitamente ligada a relações de parentesco e alimentada pelas inimizades entre diferentes grupos corporados. A expansão espacial das facções dependia das alianças e relações de clientela que se davam entre famílias.

“Dona Ritinha é a mãe de Carlos Ligote. Ela está com noventa e tantos anos. Há uns três, quatro anos atrás eu fui à casa dela. Para você ver como ainda está vivo na cabeça das pessoas. Eu fui lá e aí eu entrei na casa: ‘ah! O Beto tá pedindo voto tal não sei o que ...’, e aí a dona Ritinha: ‘ah é você que é o candidato ... nossa é neto da Diolinda! Eu lembro da tua avó. Tua avó vinha muito aqui!’. Você vê, recordando uma coisa de setenta anos atrás. Isso ainda é muito vivo na cabeça deste pessoal mais antigo. Então é por isso que eu te falo, eu já ouvi falar que Zé Caetano era correligionário, e por esta conversa que a dona Ritinha falou lá à sua bisavó vinha muito aqui’, por aí você vê que as famílias eram ligadas, eles eram amigos. Eles eram partidários. Naquele tempo... hoje a gente não é partidário, mas é amigo. Naquele tempo, não! Naquele tempo amizade e partidarismo tava ligado. O adversário era adversário e acabou. Não tem este negócio não.”

(Beto Gouveia, fazendeiro, Nova Gimirim – 1998)

As relações sociais eram traçadas segundo a correspondência entre “parentes” e amigos. A agregação que se formava exprimia solidariedades específicas e uma distribuição complexa dos poderes locais. As unidades sociais locais (família e amigos) que se formavam assumiam uma articulação política e administrativa ³³.

³³ Como M. Agier (1998) destaca em seu estudo, a presença de uma cultura familiar que organiza as relações sociais de um grupo. Este familialismo (1998, p. 59) é uma das principais bases de formação dos dois partidos políticos da cidade.

Tonho – Depois que essa política ferrenha que tem aqui, nós levamos uma desvantagem grande. Porque cada política não dava 2, 3, 4, 5 famílias. Aquelas que perdiam e eram famílias boas! Perdiam e iam embora. Gente civilizada! E os da roça vinha pra cidade e ia substituindo.

Ana Claudia – Mas por causa da política?

Tonho – Claro que é! Soltava foguete, né. Os insultos! Família Resende, família Brito e assim vai. As que ganhavam ficavam. Mas não deixava de a cidade perder (...) Eu tô falando para você que se fosse os outros a assumir a política a história seria outra. Seria uma história! Os Pereira, né. Chiquinho Pereira era o chefe político que perdeu. Era um pessoal de fortuna, mais inteligente. Eles nunca ganharam política do homem. Eles lutavam, lutavam, mas....

(Tonho, bancário, Avenida – 1998)

Segundo os entrevistados, a política partidária da cidade é classificada, de um modo geral, em três momentos principais: jagunço e jacobino (época de Machadinho), UDN e PSD, também conhecidos como “percevejo e detefom”(época de Gimirim), PMDB e PFL (época de Poço Fundo), conhecidos atualmente como “jacaré e piranha”.

Zila – Antes era jagunço e jacobino. No meu tempo era UDN e PSD. Era detefom (UDN) e percevejo (PSD). Jamais um PSD namorava uma moça da UDN. A parte de cima era o detefom e a parte de baixo da praça era o percevejo. Era uma rivalidade muito grande. As famílias não se misturavam. As famílias de cima não se falava com as famílias de baixo, até a juventude assimilava. Era passado de pai pra filho. Hoje a política é dos jacaré e piranha.

Ana Claudia – O que é ser jacaré e piranha?

Zila – Quando eles ganharam as eleições, tinha um tanque na praça. O prefeito trouxe um jacaré e ele era contra. Daí eles colocaram o apelido de jacaré e falaram que em rio que tem piranha jacaré nada de costa.

Ana Claudia – Quais são os partidos?

Zila – Jacaré é do PMDB e piranha é do PFL. Hoje mesmo jantou um senhor preto, eu arranjei um prato de comida e ele me mostrou um cartão que deram pra ele com uma piranha. E eu perguntei o que era isso e ele falou que era um peixe.

*Mas isso é piranha! Não, tá louco, eu sou jacaré!!!
“Eu sempre sou jacaré. Minha família toda é, então. Hoje eu não sou mais nada. Mas interessante, eu sou jacaré muito forte. Prejetista! Mas eu tenho muito amigo do outro lado, que não me considera adversário político.”*

(Zila, dona de casa, rua Prefeito Isaías - 1998)

A questão política é algo que está muito presente na fala dos entrevistados, que quando colocados numa perspectiva de oposição interna a divisão entre os habitantes da cidade é permeada pela rivalidade partidária. Assim como Zilá coloca: dar de comida a um senhor preto não interfere na relação; enquanto que dar de comida a um “jacaré” reporta-a à sua condição política partidária que passa a organizar e movimentar as relações sociais de forma mais abrangente do que o restrito ao partidarismo. A prática partidária influencia alguns aspectos da organização social, projetando no espaço físico da cidade que passa a demarcar o território, como indicado na fala de Zila. Na época de Gimirim, a praça era espaço-núcleo do partido do Barão, UDN, tornando-se mais tarde o espaço do PMDB, onde os “jacarés” se reuniam. E da parte de baixo, o espaço-núcleo do capitão Ferreira de Assis, PSD, mais tarde PFL, conhecidos como “piranhas”, estabelecendo assim uma leitura política do espaço físico e social da cidade.

Tal leitura é também passada na demarcação dos campos de futebol das crianças, que passam a reproduzir a divisão do espaço físico da cidade. Em entrevistas com os homens que tiveram sua infância vivida em Poço Fundo, na época, Gimirim, a cidade era percebida como uma grande divisão de “campinhos de futebol”, através dos quais se dava a demarcação dos territórios da “molecada”.

Ana Claudia – Como era esta divisão?

Abio – Nós, a molecada, tínhamos campinho de futebol. Campinho que eu digo é o campinho de terra. Você colocava um tijolo de lá, um tijolo de cá para fazer o gol. O cemitério velho, onde é o ginásio hoje lá em cima era o campo de futebol pequeno da molecada. Tinha o campo oficial que era de terra, lá mais ou menos nas imediações onde é o hospital hoje. Isso aí na parte de cima. Tinha o campo do Antônio

Velani, que era da turma da rua de baixo, a turma da várzea, que a gente falava e comandava a turma lá de baixo. E tinha o time da turma, do pessoal da rua de cima. Se você fosse lá em baixo, você tinha que ir acompanhado, porque se não você ia arrumar encrenca, né. Coisa de moleque. Mas isso foi acabando. Essa rixa de rua de baixo com a rua de cima, que molecada criou, que eu disse antes, que talvez tinha sido até por causa de política mesmo!

Ana Cláudia – Como assim?

Abio – O reduto maior do pessoal do PSD naquela época era da praça pra baixo, vamos dizer assim e da UDN da Rua do Cinema subindo. Então essa criação da molecada da rua de cima e rua de baixo, talvez tenha influência política! No campeonato oficial dos adultos tinha, por exemplo, o Palmeira, que era considerado o time do PSD.

Ana Cláudia – Eles moravam onde na cidade?

Abio - Do fórum pra baixo. Já era reduto do PSD, vamos dizer assim. Então o Palmeira era considerado time do PSD. E o America era considerado time da UDN, que era mais ou menos da praça para cima. Mas isto era campeonato, só de dentro de Poço Fundo. Mas aí quando formava a seleção aí não tinha problema, o partido político, não tinha não. Vamos supor que o Dovaldo seja do PSD e o meu pai da UDN, o Evandro do PSD e o Barixinho da UDN e por aí vai. Não tinha essa quando era da seleção. Agora quando era do time, quando jogava America e Palmeira, porque eram os dois partidos fortes, então tinha essas.

(Abio, bancário, rua Professor Ramos – 1998)

A divisão “parte de cima” e “parte de baixo” é acionada também através da percepção de campos e times de futebol da cidade. Como visto, segundo a geometria política partidária que projeta uma oposição no espaço da cidade, o futebol adquire um valor simbólico por onde o poder é expresso e vivido. A linguagem do futebol, representada pelos “campinhos da molecada” e pelos times dos campeonatos, traduz uma linguagem do político movido pelo caráter da oposição que a idéia de rivalidade traz. A matriz desta percepção pode ser relacionada à formação dos partidos políticos da cidade, que desde a sua criação teve uma participação intrínseca com o desenvolvimento da cidade.

Outra projeção desta divisão do espaço físico e social da cidade é encontrado no espaço de seu cemitério. Este localizado entre a região do Canto e da Prefeitura, é dividido em quadras ordenadas por letras que indicam o lugar do sepultamento. Antigamente estas letras, como quadra A, B, C, D e E marcavam no espaço o tipo de morte que era designado ao lugar a ser enterrado. Como, por exemplo, a quadra E, lugar onde se enterrava só os enforcados, e uma parte da quadra A, para as pessoas que morriam de doenças contagiosas.

Atualmente não se segue mais essa divisão de quadras segundo o tipo de morte, permanecendo a divisão de quadras apenas como referência aos túmulos. Entretanto, assim que se entra no cemitério percebe-se uma divisão básica em “parte de cima” e “parte de baixo”, que faz, em princípio, uma separação entre túmulos e carneiras (figs. 38/39). Na parte de cima, concentram-se os túmulos que se destacam pelo porte e qualidade do material, geralmente granito e mármore, indicando uma classe econômica de maior poder aquisitivo (fig. 40). Enquanto que na parte de baixo, onde antigamente era só cova (sepultamento direto na terra, com um pano), encontram-se carneiras, que são túmulos de cimento de forma bem simples sem adornos (fig. 41). Como assinala a fala dos coveiros da cidade:

Vitor – Quando começou o cemitério era mais supultado nesta parte de cima. A parte de baixo sepultava, mas sempre era cova. Aqui na parte de baixo. Antigamente vocês sepultava não. Era no chão, era na coberta.

Ana Cláudia – Quem era enterrado, geralmente, aqui na parte de baixo?

Vitor – Aqui tem gente do Barreirinho, tem gente do Quati, do Buraco Fundo. Da roça, partição da cidade, né João!

Ana Cláudia – O povo do canto, onde era enterrado?

Vitor – Era mais na parte de baixo. Aqui tinha umas três, quatro carneiras em baixo. A maior parte era cova. Então a turma pobre, que não pode comprar uma carneira era tudo na cova.

(Vitor, coveiro, Canto – 1998)

Tal diferença indica a projeção da divisão dual do espaço da cidade, no dizer de Vitor, “partição da cidade”, que segue a mesma linha de pensamento dos habitantes da cidade. Segundo a diferença sócio-econômica que traduz esta equação, a parte de cima do cemitério é a parte

preferencial de túmulos de pessoas que habitavam a parte de cima da cidade, como Praça, Avenida, Rua do Cinema. Pode-se perceber o destaque ao centro desta parte, onde foi construída uma igreja, jazigo da família Gouveia, onde estão os túmulos do Barão e da Baronesa. Como único jazigo do cemitério, a igreja destaca-se pela sua construção, fazendo uma referência ao poder da família Gouveia, que através da imagem do Barão, marcou o poder local, aliado ao poder espiritual do espaço.

“É o poder! A parte de cima é mais aprazível. É o próprio poder. Coisa do poder, mesmo no cemitério você morre, mas o orgulho tá lá. Mesmo no cemitério! Quero ser o mais rico do cemitério! Então é o poder mesmo.”

(Beto Gouveia, fazendeiro, Nova Gimirim – 1998)

Já a parte de baixo é visivelmente diferente da de cima, destacando-se pela construção de carneiras e covas, reservado tacitamente para o enterro dos habitantes do Canto e da Vargem (parte de baixo) e bairros rurais mais próximos. Desta forma, percebe-se uma correspondência entre cidade e cemitério - morada dos vivos e dos mortos -, que segue a mesma regra de pensamento de seus habitantes, traduzindo, nesta oposição sócio-econômica, uma reprodução da percepção dual do espaço físico e social da cidade no cemitério ³⁴.

“Quando você morre, o corpo vai pra baixo, e alma vai pra cima.”

(Tonho, bancário, Avenida – 1998)

“Se for pobre é sepultado na parte de baixo, se for mais rico é na de cima.”

(Seu Ernesto, lavrador rural, Canto – 1998)

³⁴ Interessante ressaltar o tempo utilizado para falar das mudanças ocorridas no espaço do cemitério. Os entrevistados, Vitor e João, filhos do coveiro antigo da cidade, indicam a época dos acontecimentos através do tempo de gestão do prefeito, ao invés de marcá-lo segundo o ano: *“Os túmulos bons começaram no mandato do Messias. Já começou a encher. Agora da época do Zé Assi era pouco. Ali era só na terra. Do tempo do Zé Soares também era só na terra (parte de baixo) Agora a igreja é do tempo do Zé Assi.”* (João, Coveiro, 1998) Tal tempo refere-se ao que Evans-Pritchard (1978) destaca em seu estudo clássico acerca dos Nuers, sobre o tempo estrutural. Este distingue-se do tempo ecológico, devido às relações mútuas dentro da estrutura social, enquanto o outro é fruto das relações com o meio ambiente. *“Eles pensam com muito maior facilidade em função das atividades e de sucessões de atividades e em função da estrutura social e das diferenças estruturais do que em unidades puras de tempo.”* (Evans-Pritchard, 1978, p. 116).

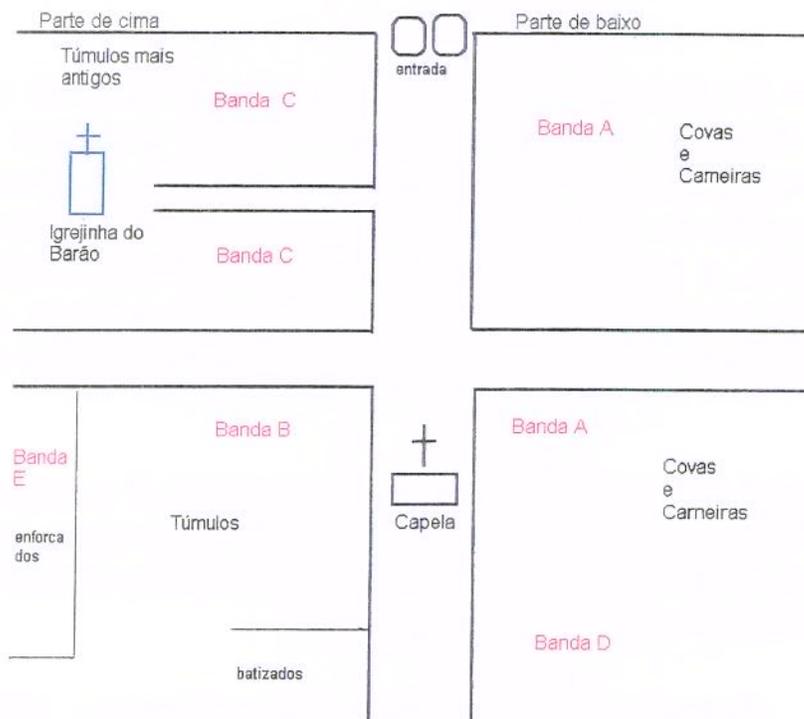


Fig. 38– Mapa à mão livre do cemitério durante minhas idas a campo.



Fig 39 - Entrada do cemitério que divide as partes: de cima, com seus túmulos, e a de baixo, com as carneiras e covas. De uns anos para cá, por falta de espaço no cemitério, alguns túmulos de famílias da parte de cima da cidade foram construídos na parte de baixo. Entretanto, mesmo assim, procurou-se sempre manter o ponto mais alto desta parte de baixo. (Foto:AC Lyra,1998)



Fig. 40 - Parte de cima do cemitério que se destaca pelos túmulos de granito e mármore, indicando a posição econômica da família a qual o morto pertencia (Foto:AC Lyra,1998)

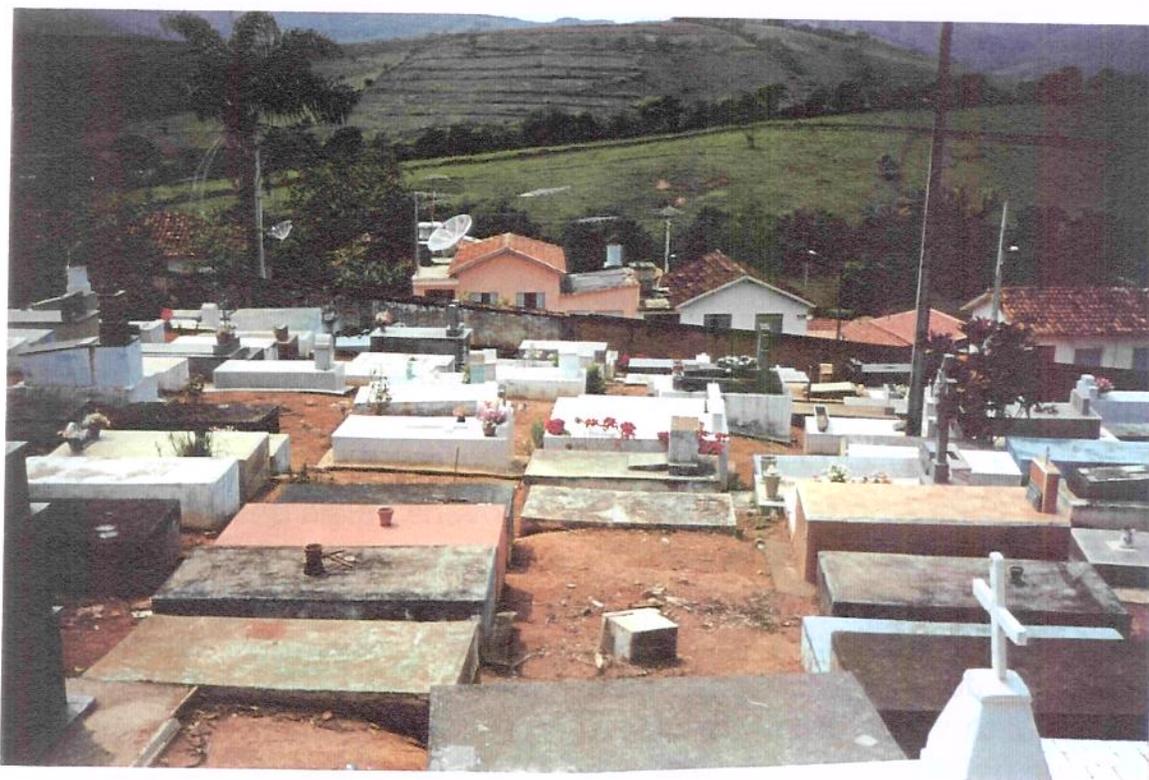


Fig. 41 – Parte de baixo do cemitério com a predominância de carneiras. (Foto:AC Lyra,1998)

Portanto, desde a tradição política dos coronéis na representação partidária atual (PMDB e PFL), uma forma de pensar o espaço da cidade foi consolidada. No entanto, esta “partição da cidade” em cima e abaixo e os espaços-núcleos não traduzem uma separação, de forma estanque dos grupos sociais. Eles são frutos de processos negociais, isto é, construídos segundo uma rede tecida pelas relações sociais, que permite uma mobilização entre os habitantes dos espaços-núcleos³⁵. Como no caso entre o Canto e a Praça Matriz, na qual a principal troca realizada é a de serviços. Basicamente, o Canto é o espaço-núcleo que provém os outros espaços da cidade de mão-de-obra barata, como bóia-fria (abastecendo as fazendas na época de colheita dos cafezais) e empregada doméstica, para as patroas da parte de cima da cidade, como: Praça Matriz, Avenida e Rua do Cinema, onde encontram uma demanda do trabalho doméstico nessas casas. Contudo, é interdita, através do casamento, a aproximação das famílias da parte de cima com as de baixo, sendo percebido tacitamente como uma aliança negativa. Porém, os rapazes da parte de cima costumam, como eles dizem, “brincar” com as mulheres do Canto, que os “servem” na sua iniciação sexual. Na época de Gimirim, onde era frequente bailes nos finais de semana, após o baile do clube de cima, localizado na Rua do Cinema, os homens costumavam ir para o “forninho”, clube de baixo, localizado no Canto, onde os moços “de cima” dançavam com as mulheres da parte de baixo, geralmente, empregadas domésticas de suas famílias (fig.42):

DIVISÃO

“O forninho era uma casa de divisão. Tinha baile, o povo do Cantão. As pessoas diziam que era forninho, porque não tinha janelas e fazia muito calor lá dentro, durante o baile.”

(Tonho, bancário, Avenida – 1998)

O mesmo reproduz-se com os jovens atuais de Poço Fundo, onde, ao final da noite, costumam ir com um grupo para os bares da parte de baixo, para “brincarem” com as moças. Apesar do Canto ser sempre colocado na “beira”, há uma participação de seus habitantes em outros espaços da cidade, como a Praça matriz. Como morada dos fazendeiros, a Praça matriz torna-se, nos finais de semana, durante a noite, local de encontro e de paquera do povo do Canto e também da roça. Percebe-se

³⁵ Ver M. Agier (1998)

uma inversão no significado deste espaço-núcleo que, temporariamente, torna-se o “espaço do Canto” nestes momentos de lazer. O mesmo acontece com a Igreja Matriz que nas missas de domingo matutina, é mais frequentada pelos moradores do canto e da roça, enquanto que a noite é voltada para os moradores da parte de cima da cidade.

“Se você quer ver, tem a missa das onze que é a missa praticamente pro pessoal da roça e do canto. Porque o pessoal da roça levanta cedo, tem que tratar do gado, tem que tirar leite, tratar da criação. Então eles demoravam pra vir na cidade. Então missa da onze que é missa tradicional do pessoal rural, do pessoal da roça.”

(Abio, bancário, rua Professor Ramos – 1998)

Tanto na roça quanto no Canto, a oposição entre homem e mulher da cidade e homem e mulher da roça, assim como homem e mulher da parte de cima e homem e mulher da parte de baixo, estão presentes na organização espacial e social da cidade. Habitantes da roça e do Canto são destacados na sua diferença pelos habitantes da cidade, principalmente da parte de cima, que formam um olhar de distinção social, econômico e étnico, por onde é formado o olhar do outro. Tais recortes sociais são expressos em recortes espaciais que passam a ordenar a alteridade *na e da cidade*.

“Depois veio qualquer separação com o Canto. O pessoal do canto já não tinha frequência lá na repartição mais superior lá de cima e ficou apartado. Hoje é as beiras. As beira é de pobre.”

(Osório, fazendeiro, Machadinho Velho – 1998)

Em contraposição a esta parte baixa e “beira” da cidade, está a Igreja Matriz, localizada na parte mais alta da cidade³⁶. Sua torre destaca-se na paisagem urbana, tornando-se um ponto de referência física

³⁶ Durante as viagens pelo interior do sul de Minas, assim como em outras regiões do interior do Brasil que apresentam um terreno montanhoso, pude constatar uma frequência na localização da Igreja Matriz na parte mais alta da cidade. Tal percepção me faz relacionar à acrópolis grega, localizada na parte mais alta da cidade e onde se encontravam os principais templos gregos que guardavam a cidade dos invasores. Na época de Atenas miceniana, a acrópolis era também o centro administrativo da cidade que a separava da parte baixa, local do comércio e das habitações comuns. Mais tarde, este centro administrativo é transferido para a ágora, localizada logo abaixo da acrópole. (Mavromataki, 1995)

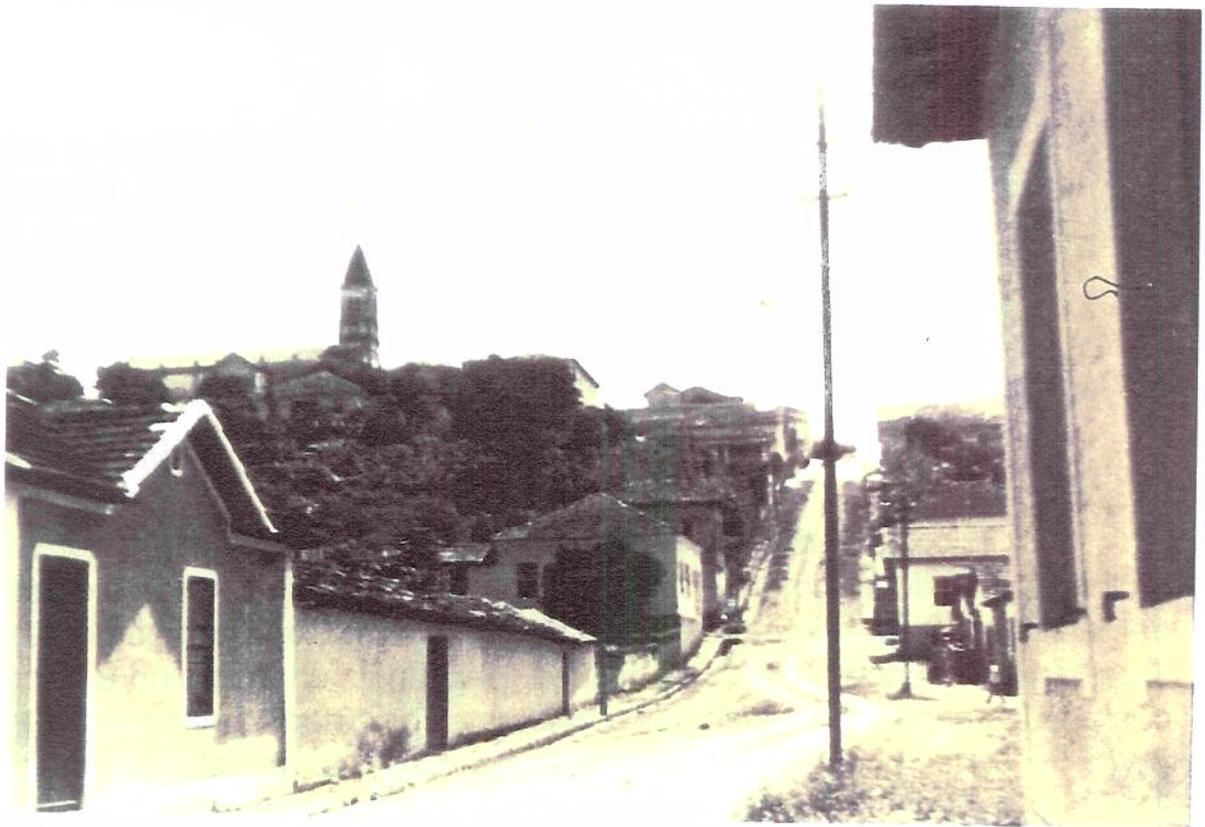


Fig. 41 – À sua esquerda, prédio mais baixo, o chamado “forninho”. Apenas com duas portas, destaca-se por não ter janelas, o que tornava o espaço do baile fechado aos olhares de fora, permitindo aos homens da “parte de cima” da cidade participarem das festas da “parte de baixo”. (Foto dada pelo Tonho, retirada da parede de seu bar: s/d)

da cidade e ponto de encontro dos habitantes. Nela encontram-se o sino da Igreja, que marca o início das missas ³⁷, o alto-falante, por onde é anunciado enterros ³⁸ e reuniões na Igreja e o relógio que é freqüentemente utilizado pelos habitantes como o horário oficial da cidade. Através das badaladas de seus ponteiros o dia-a-dia dos habitantes costuma ser orientado, passando a conferir uma certa uniformidade de tempo. Em alguns momentos, presenciei habitantes conferindo a hora com o relógio da Igreja, sendo que muitos deles não tem o hábito de portar o relógio, prestando atenção no som das badaladas do relógio. O prédio da Igreja Matriz torna-se, assim, o principal ponto de referência, ou seja, tanto espacial, com sua torre; quanto temporal, com seu relógio; e comunitário, com os anúncios pelo alto-falante, que mesmo com a instalação da rádio da cidade, ainda é utilizado como principal veículo de informação.

Outro importante componente da Igreja Matriz é seu “morador”, o padre, que possui amplo conhecimento da região e de seus moradores, transformando-se num dos agentes socializadores e mediadores entre roça e cidade. Um dos meios principais desta ligação dá-se pela política, pelo qual o padre transforma-se em forte instrumento partidário durante as eleições ³⁹

“É o principal ponto de encontro do povo aqui de Poço Fundo é a igreja. Porque tudo é ali. Tudo, tudo, tudo... a celebração, sepultamento, missa de sétimo dia, trigésimo dia, celebração de bodas de ouro, diamante, essa coisa toda. Casamento, tudo é ali. A informação é toda passada pelo alto-falante. Principalmente sepultamento. Convidando para missa. Se a pessoa perdeu alguma coisa. Agora já tem pelo rádio, que eles avisam muito, mas ainda é muito pela Igreja.”

(Darci, bancário, rua Professor Ramos – 1998)

³⁷ Importante lembrar que na época de Gimirim, quando as enchentes do rio Machadinho eram fortes e alagavam as casas da Vargem pegando desprevidos à noite os moradores da região, o sino da Igreja Matriz era sempre usado para acordar os moradores da cidade, da parte de cima, no socorro das vítimas da enchente.

³⁸ Duas vezes presenciei anúncios de falecimento pela torre da Igreja. Um deles referia-se a um habitante da parte de cima da cidade e outro era morador de um Bairro Rural, proprietário de terra. Enquanto que moradores do Canto não eram geralmente anunciados pela torre da Igreja.

³⁹ Um dos padres mais influentes da cidade que permaneceu pároco por trinta e cinco anos foi o Padre Afonso. Dado à sua influência com a população da roça e com políticos tradicionais da região, era considerado grande articulador político que sabia, segundo os entrevistados, com maestria formar alianças.: “Padre Afonso veste lã, mas não é carneiro.” (Seu Gentil, fazendeiro, Praça – 1998). Em 1997, realizei uma entrevista com o Padre Afonso na cidade do Córrego do Bom Jesus (MG), último lugar a ser pároco, onde dificilmente pôde falar dado ao seu estado de saúde, vindo a falecer no começo deste ano.

Além do padre, outro “morador” simbólico da Igreja Matriz é o santo padroeiro São Francisco de Paula, que marca o espaço-núcleo deste centro da cidade, assim como todo o seu território como santo padroeiro oficial da cidade. Assim como a Praça Matriz, outros lugares da cidade possuem uma pequena Igreja, que institucionaliza aquela parte da cidade conferindo uma certa autonomia de “bairro” perante a cidade. A idéia de formar a cidade com a fundação da Igreja, o que se deu no seu início (Machadinho) é reproduzido nos novos loteamentos que são formados em torno de uma pequena igreja no local, que passa a formar uma referência de centro ao local, guardado pelo seu padroeiro. Assim se deu com o loteamento Santa Helena, que tem a Igreja do Rosário; Lavrinha, Igreja da Mãe Rainha ⁴⁰; Canto, Igreja São Benedito; Nova Gimirim, Igreja do Perpétuo Socorro; que passam a ser Igrejas satélites a Igreja Matriz da cidade.

Benedita – Porque cada lugar tem seu padroeiro. Aqui é São Benedito, lá na Nova Gimirim é Perpétuo Socorro. Agora está fazendo a Mãe Rainha.

Ana Cláudia – E aqui nesta parte central da cidade, quem é o padroeiro?

Benedita – São Francisco de Paula. São Benedito é mais padroeiro do pessoal do Canto. São Benedito é padroeiro dos pretos.

(Benedita, dona de casa, Canto – 1998)

Percebe-se uma relação entre os padroeiros e os moradores dos locais indicados. Através do padroeiro características são acentuadas reforçando o perfil dos moradores ao local. São Benedito, padroeiro dos “pretos”, identifica seus moradores; enquanto São Francisco de Paula, santo “branco” identifica os moradores da parte de cima, principalmente da praça matriz.

Desta forma, a divisão do espaço físico da cidade é permeada por uma leitura dual da cidade, repartindo-a segundo critérios sociais e econômicos, que seguem uma direção política instaurada desde o Barão ao jogo político-partidário atual.

⁴⁰ Esta é a mais nova igreja da cidade, inaugurada no final de 1998 pelo Padre Afonso, que foi convidado para sua inauguração. Estava dias antes na cidade e pude presenciar uma parte dos preparatórios da festa, que estava programada para se realizar no final de semana. Ela iria abrir com uma procissão pelas ruas da cidade, que partia da praça e dirigia para a nova Igreja. Logo em seguida teve a missa solene do Padre Afonso, administrado junto com o pároco atual (sobrinho seu), seguido da bênção oficial e da reza coletiva do terço dedicado à Mãe Rainha.

CAPÍTULO IV

ALGUNS ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE POÇO FUNDO

Nos finais de semana é comum reunir um grupo de homens, geralmente casados e da cidade, que vão para o que eles chamam de “ceva”, isto é, um pequeno pedaço de terra, próximo à margem do rio, onde eles podem pescar e tomar banho. São reuniões exclusivamente masculinas, em que se encontram para diversão e descontração, dado o desgaste do trabalho durante a semana.

A ceva, para os que não moram mais na cidade, mas que possuem vínculos familiares, torna-se um espaço de ressocialização, permitindo aos que estão de fora uma atualização das relações sociais da cidade, o que mantém os laços de amizade e entrosamento com o grupo de dentro (aqueles que moram na cidade). Geralmente quando uma família é transferida para a cidade de Poço Fundo logo surge a preocupação de introduzir o novo forasteiro a algum grupo de ceva, para que fique conhecido e deixe de ser uma ameaça à sociedade local. Nessa medida, a ceva atua como um posto de observação e controle às ameaças externas ⁴¹.

“Ceva, na verdade, vem de você Ter alguma coisa na beira do rio. Ter um ranchinho e tratar dos peixes, pra ficar bom para você pescar. Este é o nome que originou Ceva. Os homens vão pra beber cachaça e pescar.”

(Carlito, prefeito, rua do cinema – 1998)

⁴¹ Nestas reuniões exerce-se um policiamento e controle eficaz entre seus membros, consistindo em um dos poderes “capilares” da sociedade. Como Foucault bem expressa “O poder não é um objeto, e sim práticas ou relações de poder (...) Os poderes se exercem em níveis variados e em pontos diferentes da rede social (...) São micro-poderes que atingem a realidade mais concreta dos indivíduos e que se situa ao nível do próprio corpo social e não acima dele.” (1990, p. XIV)

“A ceva é masculino mesmo! Masculino e adulto. Ceva aqui todo mundo vai. Se chegou aqui diferente, eles já convidam pra ir lá pra ceva.”

(Darci, bancário, rua Professor Ramos – 1998)

De maneira geral, cada fazenda possui sua ceva formando um grupo próprio que se reúne regularmente a cada final de semana. No entanto costuma-se convidar membros de outras cevas para um entrosamento maior do grupo com os outros habitantes da cidade, havendo uma rotatividade entre eles, como sinal de reciprocidade e amizade; ao mesmo tempo, tal costume serve como mecanismo de regulação entre os grupos. Basicamente essas reuniões são formadas sobre três elementos “que não se pode faltar em uma ceva”, como: pesca, pinga e truco. Baseada nestes três elementos, está constituída uma reunião de ceva, na qual os participantes passam o final de semana (de sexta-feira a domingo), juntamente com um bom cozinheiro do grupo, que prepara o peixe pescado na hora. Através da atividade da pesca, regada a uma “boa pinga” que serve para “esquentar” as partidas de truco, cria-se um ambiente de intimidade masculina.

Ana Cláudia – Mas os homens levam suas mulheres para ceva?

Abio – Não, não! Isso aí inclusive, se levar você tira a tua liberdade. Porque, por exemplo: foi a ceva eu e meu cunhado, e um amigo meu, Anselmo. Só que o Anselmo chega e leva sua filha, que deve Ter uns doze anos. Então eu já falei pro Celsinho: ‘você fica de olho aí porque eu vou nadar só de cueca’. Aí depois eu ouvi barulho de carro e saí e vesti a bermuda. Então se levar mulher, você tira tira, porque na hora do truco, o palavrão vem a tona. Fica meio danado, né! O truco é um jogo forte, de palavrão, de humilhar o adversário, sem disturbio, sem briga.

(Abio, bancário, rua Professor Ramos – 1998)

A participação feminina é sinal de recolhimento das três atividades da ceva, dissolvendo o ambiente exclusivamente masculino. Segundo eles, na pesca, o peixe não se aproxima devido a “tagarelice” da

mulher; a pinga não é considerada bebida de mulher, assim como o jogo do truco não combina com a postura passiva e recatada da mulher de família, dado os gestos bruscos e ao jogo verbal do próprio truco ⁴². Sua presença tira a liberdade dos homens que vêm na ceva um espaço de descontração que possibilita o comportamento mais relaxado e, segundo eles, indecoroso para os padrões familiares. Entretanto, a participação feminina é aceita quando este ambiente masculino é desfeito, retirando-se os três elementos (pesca, pinga e truco), que dão lugar à reunião de família(s), que se encontra(m) para cozinhar coletivamente, nos finais de semana, ou na época de colheita do milho, quando se reúnem para fazer a pamonhada.

“O normal é um barulho, um garrafão de cachaça e comida pra passar lá dois, três dias. Os pais sempre levam os filhos. Vai passando aquilo ... vira tradição! Mesmo alguém que não gosta de pescar, gosta de jogar um truco, o outro gosta de cozinhar. Sempre tem uns caras muito bom... Quando tem muito parceiro fazemos até campeonato de truco. Não vai valer troféu, não vai valer nada, mas vale aquela gozação! A gente comemora. Humilha demais o adversário. Uma humilhação entre aspas. Não tem nada que denigre, que machuca.”

(Abio, bancário, rua Professor .Ramos – 1998)

Outro membro da família que tem participação particular na ceva é o filho que está entrando na fase da puberdade. Geralmente todo garoto da cidade já freqüentou uma ceva, por onde se dá seu rito de passagem (Gennepp, 1989). Como espaço essencialmente masculino, os filhos que estão na fase da puberdade são levados, geralmente pelos pais, como um meio de iniciação ao mundo masculino ⁴³. É um dos lugares onde

⁴² Tanto em Geertz (1989) quanto em Carvalho (1990) o jogo de briga de galos e de bolinha de gude, considerados atividades essencialmente masculinas, possuem uma postura hostil que, segundo Carvalho, envolve um jogo verbal que expressa a postura hostil e de zombaria própria ao jogo considerado como masculino.

⁴³ Conforme M. Almeida (1995), há que se falar em várias masculinidades e várias feminilidades, pois, segundo os estudos de gênero (Segato:1997), homem e mulher são produtos históricos-culturais e logo, variáveis no tempo e no espaço. Entretanto assim como os homens de Pardais, os homens de Poço Fundo apresentam um modelo central de masculinidade que subordina outras masculinidades. É um modelo intrinsecamente monogâmico, heterossexual e reprodutiva, que conforme Almeida é produto de uma construção cultural (de gênero). *“A masculinidade é um processo construído, frágil, vigiado, como forma de ascendência social que pretende ser”*(1995, p. 17). *“Isto porque ser homem, no dia-a-dia, na interação social, nas construções ideológicas, nunca se reduz aos caracteres sexuais, mas sim a um conjunto de atributos morais de comportamento, socialmente sancionados e constantemente reavaliados, negociados, lembrados. Em suma, em constante processo de construção.”*(1995, p. 128). A ceva se traduz em um espaço onde a masculinidade é reavaliada segundo o modelo dominante da masculinidade, que se exercita através dos

os filhos começam a aprender a se comportar como “homens” e a serem reconhecidos como tal. A idéia contida na palavra *ceva* vem do verbo *cevar*, que significa alimentar, engordar, nutrir⁴⁴, mais especificamente, os peixes para que possam estar em tamanho bom para sua fase seguinte.

Como relação à sociedade que pertencerá, cada elemento torna-se um símbolo masculino que o prepara para o confronto com os novos desafios de “homem” na sua vida adulta. A arte da pesca com vara – atividade em que o pescador com sua vara domina o peixe e o prende como presa – nesta fase de puberdade em que os garotos começam a se despertar sexualmente para o universo feminino, é descrita indiretamente como a arte de agarrar uma menina. Fazendo uma correlação com o significado da palavra *cevar*, no sentido de alimentar, o momento da “paquera” é o período em que se “nutre e engorda” a menina, para chegar no ponto de “pô-la em isca” com sua “vara”⁴⁵. Beber a pinga – bebida considerada forte – consiste em prepará-lo para o reconhecimento da sua qualidade, pelo cheiro e pureza, testando sua capacidade de não ser “derrubado” por alguns goles. Outro significado da palavra *cevar* relaciona-se à idéia de fomentar, ou seja, através da bebida o corpo é estimulado e excitado a um novo estado de percepção. E o truco – jogo de postura ativa e hostil – introduz o iniciante nas relações de poder e barganha; sendo que, em outro significado da palavra *cevar* está a idéia de atrair com engodo, neste caso, engodar seu parceiro de jogo. Assim pode-se perceber que através da palavra *cevar* reúnem-se três significados – alimentar, fomentar e engodar – que estão relacionados aos três elementos símbolos da masculinidade – pesca, pinga e truco – o que remete à idéia de masculinidade desses membros. A *ceva* torna-se, dessa forma, um importante espaço de construção da identidade do gênero masculino da sociedade local, constituindo-se na “casa dos homens”, lugar de treinamento onde se opera o modelo ideal.

Em muitas entrevistas, certos bares da cidade eram apontados abertamente como um espaço freqüentado exclusivamente por homens, onde também se joga truco e se bebe cachaça. No entanto, a *ceva* possui a particularidade de ser mais privada, tanto no que se refere ao espaço que ocupa, pois está rodeada por mato⁴⁶ que dificulta seu acesso,

elementos símbolos (pesca, pinga e truco) que constituem um aprendizado do modelo.

⁴⁴ Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (1986)

⁴⁵ Numa alusão ao falo, como imagem simbólica do pênis.

⁴⁶ Enquanto “casa dos homens” o espaço do mato traz uma idéia subjacente da masculinidade, como espaço do perigo, ainda não domesticado pelo feminino. (E. Woortmam, 1983). O mesmo é apontado por Brandão (1998) em sua análise sobre a relação gênero e espaço de um sítio camponês, a pesca, inserida nos “matos” tidos como “lugar dos homens”,

quanto à participação, pois é necessário ser convidado para estar dentro. Em contrapartida, o bar, lugar público, está mais exposto aos olhares externos, ainda que alguns restrinjam a freqüência de mulheres.

Ana Cláudia – Mas o truço é também jogado nos bares?

Abio – Também. Só que não muito, porque é um jogo meio barulhento. Aqui nessa rua mesmo tem o bar do Macedo, que normalmente eles jogam truço. Eu inclusive já joguei lá. Mas é bom na ceva, na fazenda de um amigo, entendeu.

(Abio, bancário, rua Professor Ramos – 1998)

É costume dos homens frequentar os bares da cidade, principalmente no final da tarde. Quando chegam do trabalho, jantam em casa e vão ao bar próximo encontrar os amigos, retornando às suas casas somente na hora de dormir. A permanência do homem em casa é, em geral, pequena, movimentada pelo seu ir e vir⁴⁷. Um dos bares mais tradicionais da cidade, que se destaca pela freqüência exclusiva de homens, é o Bar do Tonho. Localizado na Rua Barão de Alfenas, próximo à Praça matriz, o bar é um pequeno prédio estreito, composto por um balcão que ocupa quase todo seu espaço, com algumas banquetas (não há mesas), onde homens mais tradicionais da sociedade local encontram-se para tomar a pinga ou a cerveja do dia e prostrar. Nesse estabelecimento, onde quem serve é o próprio dono, não há nenhum tipo de comida, pois oferece-se exclusivamente bebidas. Geralmente não é tolerada a presença de rapazes, sendo tacitamente vedada a sua entrada. O bar do Tonho é um bar tipicamente de homens adultos. Que de alguma forma apresentam uma consolidação de modelo de masculinidade vigente, reconhecido por seus frequentadores.

“Ele é um bar tradicional também, porque ali é só homem que entra. É pequenininho. Lá eu constumo dizer, se você chegar com fome, você morre de fome, porque não tem nada. É só

é uma atividade masculina que como a caça constitui numa ética do gênero relacionada ao espaço: “Um motivo vinculado à idéia dos gêneros poderia caber melhor, pois sabemos todos que entre as pessoas do campo não há lugar para as mulheres nos espaços do mundo natural associados, ao mesmo tempo, ao lazer rústico e aos perigos da própria natureza.”(1998, p. 144).

⁴⁷ Segundo M. Almeida (1995): “Os homens verbalizam mal-estar com a idéia de estar em casa. Estar em casa ‘faz mal’, ‘amolece’. Pode simbolizar quer o desemprego (logo, a incapacidade de prover o sustento da família), quer a preguiça, quer a dependência em relação à mulher. Em suma, a domesticidade feminiza.”(1995, p. 64)

bebida mesmo. Até as vizinhas dele, quando vão comprar um guaraná, chega na porta e diz: 'o Tonho, me dá uma coca litro, me dá não sei o que!'. Porque principalmente em feriado, vem muito nego de fora, faz muito tempo que a gente não vê. Ali é o point de encontrar. Eu vinha de São Paulo, o José Joaquim de Belo Horizonte, outro fulano de outra capital, o Rio, e vinha e ficava ali. Ali é o clube do bolinha. Ali é só homem mesmo."

(Abio, bancário, rua Professor Ramos – 1998)

O universo masculino que o bar representa e que o faz ser percebido desta maneira pelos habitantes da cidade e freqüentadores do mesmo, segundo o modelo vigente, é caracterizado por alguns elementos que estão dispostos como decoração do lugar. Logo à sua entrada encontra-se uma cabeça de onça empalhada, caçada por algum de seus clientes, junto a outras carcaças de pequenos animais. Atrás do balcão estão dispostas várias garrafas vazias de pinga, de marcas variadas, destacando-se pela grossa camada de poeira que as recobre e pelas teias de aranha. Por toda a parede, oposta ao balcão, dispõe-se uma grande quantidade de fotos de freqüentadores do bar, junto a fotos antigas da cidade, formando um painel de lugares e rostos conhecidos. Apesar da aparência caótica das fotos, pregadas a princípio de forma despreocupada (dando uma idéia de abandono da ordem), percebe-se na sua disposição uma certa ordem de importância, segundo os freqüentadores. As fotos dos mais conhecidos e respeitados encontram-se de forma bem visível, perto da entrada do bar, seguidas por outras, colada mais adiante, de bebedeiras e brincadeiras durante o carnaval; no fundo do bar, ao final da parede, encontram-se fotos de alguns "loucos da cidade", que ficaram na lembrança dos habitantes.

No seu todo, o bar do Tonho traz em si uma idéia do universo masculino, onde a sensação de sujeira e descuido com a limpeza oferece a possibilidade ao homem de estar fora do mundo feminino da casa, regrado pela limpeza do dia-a-dia e pela disposição ordenada de seus objetos ⁴⁸. A princípio, não há intenção do dono nem de seus clientes em

⁴⁸ Interessante relacionar esta questão da sujeira com a idéia de desordem que M. Douglas desenvolve (1976). Na concepção das mulheres da cidade, o lugar traz um sentido de total desordem e bagunça; no entanto, para os homens que o frequentam, é tido como um lugar de relaxamento, que se afasta da necessidade de pôr ordem nas coisas, a qual implica uma posuta de restrição. Segundo a autora, "*A reflexão sobre a sujeira envolve reflexão sobre a relação entre a ordem e a desordem, ser e não ser, forma e não forma, vida e morte.*" (1976, p. 16)

mudar este estado de “sujeira e desordem”, cuja presença reforça para eles o caráter masculino e viril do espaço.

Tais espaços da masculinidade, como ceva e o Bar do Tonho, foram por mim percebidos com certa distância física, pois como pesquisadora mulher, era-me vedada a participação neste mundo dos homens de Poço Fundo. Até nas conversas e entrevistas, estas questões eram colocadas de maneira camuflada e indireta, sem que houvesse um espaço maior para perguntas mais detalhadas acerca dos jogos e da bebida. O contato com homens foi formal, por meio das entrevistas, exclusivamente. Em contrapartida, o mundo das mulheres era-me mais acessível, dada minha condição de mulher, tendo tido uma participação mais ativa neste universo. Sustentadas pelo modelo ideal de mulher “do lar”, com suas responsabilidades voltadas para os cuidados da casa e dos filhos, as mulheres da cidade transitavam no seu dia-a-dia entre as atividades domésticas e as relações de vizinhança ⁴⁹. Aos finais de semana é comum irem para a chácara de algum parente, onde se reúne toda a família (avós, tios e primos), estabelecendo contato com parentes dos bairros rurais.

O trânsito das mulheres no espaço físico da cidade é delimitado segundo o lugar de moradia. Quando saem à rua, as mulheres, principalmente as casadas, permanecem próximas a seu quarteirão, sem se distanciarem muito de seu território, marcado pela vizinhança local. Essas últimas tomam certo cuidado de não irem diariamente à rua, principalmente fora de seu território de vizinhança ⁵⁰, de forma a não serem alvo de comentários como “ela bate perna por aí”, o que seria visto como uma atitude desleixada e irresponsável em relação à casa; além do que, isso levantaria suspeitas de estarem à procura de outro homem. O contato com a vizinhança é constante e diário, devido às trocas de produtos, sempre relacionados à casa, como algum legume ou verdura da horta e materiais domésticos ⁵¹. É comum encontrar em cada casa uma pequena horta no jardim e uma criação de galinhas, que servem para consumo interno (figs.

⁴⁹ Essas relações de vizinhança constituem-se em estruturas de relações de gênero, por onde a categoria mulher é formada e estabelecida, segundo o modelo vigente. Redes de vizinhança são construídas, estabelecendo uma estrutura social de poder que fixa os papéis sociais de ambas as categorias, homem e mulher, segundo uma relação hierárquica. (E. Woortmann, 1995)

⁵⁰ Ver M. Agier (1998, p. 56) o qual destaca a formação de uma rede de sociabilidade das mulheres, no espaço cotidiano de seu bairro, baseado no “domínio relacional e residencial feminino”.

⁵¹ Não se troca apenas coisas domésticas, mas símbolos que, permeados pela matéria das coisas trocadas, reforçam o modelo ideal vigente, pautado na imagem de dona-de-casa. Estabelece-se um tipo de troca nessa relação de vizinhança que mantém e atualiza o papel social da mulher doméstica. Por exemplo, entre as mulheres casadas, são trocadas hortaliças (provenientes de suas hortas), receitas de doces, frangos da horta, panelas que cozinham mais rápido – objetos que se tornam símbolos deste modelo ideal de mulher do lar.

42/43). Algumas mulheres dividem o trabalho doméstico com outras que ajudam no orçamento familiar, tais como a produção de doces de compota, a costura e o bordado. Em outras épocas havia em Poço Fundo um número expressivo de bordadeiras e costureiras devido ao aprendizado da costura, recebido em casa e considerado fundamentalmente doméstico. Assim que casavam, era costume receber de seus pais uma máquina de costura. Hoje a versão deste trabalho caseiro é a confecção de moda, seja nas pequenas lojas femininas ou no trabalho de costura domiciliar para as grandes indústrias de confecção feminina ⁵².

As famílias que têm condições financeiras de pagar uma faculdade, enviam suas filhas e filhos às cidades vizinhas, como Alfenas ou Pouso Alegre, para continuarem seus estudos. O retorno dos recém-formados à cidade é parcial, tendo épocas em que Poço Fundo foi chamada de a “cidade que exportava gente”, numa fase em que as cidades grandes, como São Paulo e Belo Horizonte, eram pólos atrativos de trabalho, o que proporcionava mudança de classe social. Entretanto, hoje essas grandes cidades não oferecem mais garantias de bons empregos – devido ao saturamento do mercado de trabalho em determinadas áreas profissionais, como odontologia e advocacia, (áreas mais procuradas em Poço Fundo) – nem de boa qualidade de vida. Além disso, o aumento da violência ocasionou mudanças no vetor de migração de profissionais para as pequenas e médias cidades – as chamadas “cidades do interior”, como Campinas, Ribeirão Preto, Lavras, bem como a própria cidade de Poço Fundo. Alguns consultórios de odontologia, de medicina e escritórios de advocacia foram abertos na cidade, fazendo com que seus habitantes não mais necessitassem deslocar-se para outras cidades em busca de tais serviços.

⁵² Em Poço Fundo foi instalada há alguns anos o setor de produção da fábrica de tênis das indústrias Penalty, sendo na sua maioria mão-de-obra feminina. Parte desta mão-de-obra feminina foi absorvida em Machado, no trabalho de costura de acabamento de confecção da fábrica C&A, pertencente a Belo Horizonte. Abreu (1986), em sua análise a cerca do trabalho a domicílio na indústria de confecção, apresenta-se como um tipo de arranjo do trabalho feminino doméstico como reestruturação do modelo ideal, forçado por motivos econômicos. Segundo a autora: “*A costura enquanto saber parece ser um saber tipicamente feminino que se adapta às necessidades das mulheres em diferentes circunstâncias e nas diferentes etapas de seu ciclo de vida. A prática desse saber pode assumir várias formas: desde uma forma exclusivamente doméstica, quando se torna apenas uma faceta tradicional do trabalho doméstico de responsabilidade da dona-de-casa; uma forma artesanal, no caso das costureiras que tem freguesia particular, até formas mais diretamente ligadas ao capital (...) numa grande fábrica ou pequenas confecções, quer sob a forma do trabalho industrial a domicílio.*” (1986, p. 213)



Fig. 42 – Fachada das casas da cidade (parte de cima) onde é comum encontrar uma plantação de roseiras na entrada, como motivo ornamental, opondo-se à parte de trás (quintal) que é reservado para o cultivo de hortaliças. (Foto:AC Lyra,1998)



Fig. 43 – É comum ter nas casas uma horta e criação de galinhas que atendem às necessidades da casa (apesar de fazer a compra da semana na feira aos domingos). No entanto, os produtos da horta são importantes para a troca, e são valorizados na relação de vizinhança. (Foto: AC Lyra, 1998)

Outra vertente de “exportação de mão-de-obra” da cidade de Poço Fundo foi a emigração, geralmente de pequenos produtores rurais, para a cidade de Nova York. Na fase em que o Brasil presenciou um grande número de mineiros morando em Nova York, muitos homens desempregados, tanto da roça quanto da cidade, aproveitaram para tentar a “sorte” no exterior, juntando uma economia em trabalhos temporários. Há cerca de dez anos a procura para este tipo de investimento era grande. Muitos que retornaram conseguiram melhorar suas vidas, construindo casa própria e abrindo negócios. Alguns produtores rurais, pais ou filhos que saíram para o exterior, aumentaram sua produção com a compra de tratores, melhoramento do espaço de produção e pagamento de suas dívidas com os bancos. Ainda costuma-se encontrar famílias da cidade sem a presença do marido, que permanece ausente por mais de cinco anos, ausência esta que é refletida na estrutura familiar, pois deixa possibilidades de substituição do homem da casa: por outro companheiro ou por parentes próximos (como o irmão do pai ou irmão da mãe), que assumem a responsabilidade da família. O mais comum é o irmão da mãe substituir a figura de provedor da casa, desenvolvendo uma relação próxima ao tipo avuncular materna. A questão da ida dos maridos ao exterior é vista pelas famílias com certa preocupação, pois, apesar de proporcionar uma melhora econômica nos padrões de vida, traz a incerteza da volta. Tal movimento tem gradações distintas entre o homem da cidade e o homem da roça, que estabelecem níveis diferentes de compromisso com o mundo deixado para trás. A princípio, o que se nota nesse quadro é que o retorno do homem da roça tende a ser mais provável que o do homem da cidade. Aquele cumpre um tempo determinado de trabalho, em geral de dois a três anos, retornando logo em seguida às suas famílias e proporcionando o melhoramento da vida da família, com a compra de eletrodomésticos e produtos eletrônicos. A grande probabilidade de retorno às suas famílias, deve-se a um maior comprometimento com as mesmas e ao trabalho que deixou no campo. Tal comprometimento é formado por um sentimento coletivo maior na sua moral, onde o valor família é central na sua percepção de mundo (K. Woortmann, 1988). Em contrapartida, o homem da cidade, sem o encargo e a responsabilidade do trabalho com a terra, fica mais vulnerável às mudanças que a vida no exterior pode acarretar nele.

Outro aspecto a ser abordado sobre a organização social da cidade de Poço Fundo é a “prosa mineira”. Ela é um importante componente da identidade mineira, característica das pequenas cidades do interior e que está presente em todos os momentos da vida social de seus habitantes. A qualquer hora e lugar, a prosa aparece como um eficiente meio de

comunicação, o que ficou evidenciado para a pesquisadora durante momentos de pausa das entrevistas, correndo de forma livre e descontraída entre os habitantes. Ela acontece nos bares, nas praças, nas varandas e nas cozinhas das casas, em qualquer classe social (desde o morador do Canto até a Praça matriz), em qualquer idade (desde os jovens aos adultos), em ambos os gêneros (feminino e masculino). A prosa, enfim, permeava toda a organização social da cidade de Poço Fundo, indicando ser um elemento presente nas relações sociais, que a princípio revelava-se para mim como algo curioso e permanente. Devido a minha inexperiência nesta arte de prostrar e ao cuidado de não tomar uma atitude ou revelar uma expressão “de fora”, que pudesse interferir no rumo da prosa, minha participação inicialmente limitava-se a escutar; permanecia atenta ao que se falava com o propósito de conseguir informações que preenchessem lacunas das questões colocadas durante as entrevistas. A prosa estava o tempo todo presente no cenário: bastava um comentário para que ela fosse acionada. No entanto, com a fase de adaptação que prepara a pesquisadora a estar mais receptiva às diferenças do outro, a prosa deixava de ser mais um dado complementar à pesquisa e passava a adquirir colorações mais distintas na sua recepção e entendimento para o ouvinte. Ou seja, comecei a deslocar minha atenção do conteúdo da prosa (o que se fala) para sua expressão, no ato próprio de prostrar. A partir dessa mudança de olhar, a prosa revelava-se como elemento importante de expressão na sociedade local, tomando-se um dos principais meios de integração social, que articula esferas do público e do privado (apesar de, a princípio, parecer, aos que não estão participando, uma conversa privada) ⁵³.

A prosa, percebida pelo viés da representação social, permite estabelecer contato com um estranho e construir uma interação segundo os laços da impessoalidade. Prostra-se com qualquer pessoa, desde que se tenha algum interesse de criar uma relação. A prosa não envolve necessariamente uma relação pessoal (baseada numa ordem psicológica do social para que ela exista), e sim na ordem da ação social, que constrói relações na sociedade (Sennet, 1993). O exercício da prosa consiste na capacidade de expressão, na arte de ser ora ator, ora espectador, os quais interagem segundo os códigos dispostos nos papéis sociais. As pessoas relacionam-se prostrando, numa duração que varia

⁵³ Baseando-se no estudo de Sennet (1993), a expressão social que se desenvolve nos papéis sociais torna-se um instrumento de análise na identificação dos espaços público e privado. Como o autor coloca, o mundo social percebido como um teatro expressa, através dos papéis sociais, o grau de representação teatral, que traz consigo a substância formadora da expressão pública. Esta manifesta-se forte quanto maior a teatralidade na representação social.

entre meia hora e várias horas, podendo atravessar uma tarde inteira.

Os habitantes explicam a prosa como sendo uma “conversa fiada”, que consiste no ato de “jogar conversa fora”, num aparente desinteresse da fala “largada”. Segundo o dicionário Aurélio,⁵⁴ ela é explicada como um “discurso que vai em linha reta até o fim”, definição que, associada à idéia dos habitantes de “conversa fiada”, revela-se como uma fiação da palavra, tecida no tear manual da conversa, na qual as partes envolvidas tecem a relação, numa construção coletiva. Através do fio da conversa, a prosa é tecida num movimento de ir e vir da fala, passando de um assunto denso (fio grosso), como a morte de uma pessoa, diretamente para um assunto leve (fio fino), como uma receita de bolo, sem que haja desmerecimento da informação. Atenta-se para o cuidado de não quebrar o fio (tom) nas transpassadas da conversa que constroem, na sustentação da fala, uma estrutura na arte de representar os papéis sociais.

O que me levou a ter um olhar para a prosa foi justamente o incômodo que me causava nas tentativas de participar dela e de sustentá-la em sua dinâmica. No início, ela me levava a um desgaste pessoal que logo me tirava do “páreo”. Entretanto, quando me coloquei na perspectiva da expressão, comecei a ficar atenta aos modos usados para representá-la, seja no tom da fala ou na expressão corporal, indicadores de códigos próprios de comunicação que davam sustentação à prosa. Certos códigos como o ritmo da fala, a pausa apropriada para dar vazão ao olhar ou a uma expressão significativa, foram sendo revelados e utilizados por mim no esforço de conseguir ficar mais tempo “no ringue”, sem que me levasse “à lona” rapidamente. O código no qual baseava-me inicialmente era o da pessoalidade, dentro de um discurso psicologizante (próprio do mundo acadêmico), que me levava a apresentar-me em vez de representar-me. Dentro desse domínio, o máximo que conseguia era uma conversa que não se sustentava por muito tempo, pois logo quebrava-se o seu fio, dada a incompatibilidade dos elementos dispostos entre as partes. Quando dava ares da minha tentativa de prosa, a resposta eram sorrisos silenciosos, numa troca de cordialidade. Mas a resposta só veio quando me inseri neste tipo de representação, travestindo-me de “prosadeira” nessa arte de expressão social. Afastei-me do meu Eu personalizado, numa perspectiva subjetiva da fala, e coloquei-me numa perspectiva mais objetiva daquela, de caráter mais público e coletivo, que requer a prosa, por onde o mundo público da sociabilidade é formado, transformando espaços a priori

⁵⁴ Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (1996)

privados. Assim, a prosa revelava-se num importante mecanismo de formação do social, que através da fala fiada, tece uma organização social da cidade de Poço Fundo, por meio da qual esferas do público e do privado são formadas através da expressão social. Fia-se a fala, fia-se a relação, fia-se a organização social.

Outro elemento articulador da organização social da cidade e da região é o futebol, como meio de integração entre os bairros rurais. Segundo alguns informantes, o futebol foi um forte componente na formação de bairros rurais do município, bem como na articulação com cidades próximas, através de campeonatos que adquiriam um forte caráter de troca de significados e valores, fortalecendo a identidade local de seus habitantes.

Messias – Foi mais o costume do povo. Na época era todo o bairro se chamava Poço Fundo depois se formou uma comunidade maior na Lavrinha, e outra maior na Cachoeira Grande com centros comunitários, com igreja, campo de futebol. Jogava Cachoeira Grande contra Lavrinha. Então não poderia ser Poço Fundo contra Poço Fundo! O futebol foi uma das molas nestra para o desenvolvimento comunitário rural de Poço Fundo. Quase tudo girou em torno do futebol, nome de bairro.

Ana Claudia – Como assim?

Messias – O povo que de um modo geral é muito retraído em questão de reunião, de liderança, principalmente o povo da roça. E no futebol eles sempre foram unidos. Faziam um time, todo mundo que queria jogar, inclusive na minha época no tempo que eu era moleque, eu jogava no time da Lavrinha. Tinha que pagar para jogar. O time tinha que comprar uma bola de cinquenta cruzeiros. Eram dez jogadores que juntavam e pagavam, o goleiro não pagava.

Ana Claudia – E a principal organização sempre foi o futebol?

Messias – Era o futebol. O bairro era conhecido pelo futebol. É um grupo importante o time de futebol.

Ana Claudia – Todo bairro tem um time de futebol?

Messias – Tem. Tem mais time de futebol que bairro. Tem bairro muito grande que dividem em dois times. Eu contei uma vez que resitramos uns 56 bairros rurais em Poço Fundo. Acredito que tem 56 a 60 bairros rurais com nomes oficiais, e com time de futebol.

Ana Claudia – O bairro rural se comunicava com outro bairro através do futebol?

Messias – Sim, isso até hoje é forte. A predominância do time de futebol entre os bairros é predominante, porque não tem outra coisa. Esses núcleos nos bairros rurais era a venda, a igreja e o campo de futebol.

Ana Claudia – O campo de futebol era o centro comunitário?

Messias – Era.

(Messias, técnico agrícola, rua Barão de Alfenas – 1998)

Alguns bairros rurais surgiram com a formação de times de futebol que criavam uma situação de oposição interna, necessária ao jogo. Como Messias relata, “não poderia ser Poço Fundo contra Poço Fundo”. O jogo é estabelecido entre os times por meio da diferença, a qual proporciona um movimento de cissiparidade interna do bairro rural. Através da integração, formada pelo sentimento de união que o futebol proporciona ao time, o grupo passa a estender tal sentimento à vida coletiva, ocasionando mudanças na sua formação. A força de integração no campo de futebol, através dos times, conferiu uma solidariedade social⁵⁵, formando novas células sociais, que levavam ao desmembramento do bairro original. Formam-se assim bairros como Lavrinha e Cachoeira Grande, o que proporcionou maior integração na comunidade, a qual, através do sentimento de pertencimento, incitado pela criação de times, leva a uma diferenciação interna maior do município, modificando o mapa de seu território. É peculiar o sistema de criação de campeonatos através do dispositivo do pagamento. Paga-se para jogar como forma de empenhorar a palavra dada, garantindo, assim, sua participação.

Messias – Eles formavam campeonatos de uns temp pra cá. Eles jogavam amistoso antigamente. O time sai, os presidentes dos times é que marcam o jogo amistoso por exemplo, a Lavrinha joga contra a Cachoeira Grande. Para a gente ir lá primeiro quanto você pagam para a gente? Eles pagavam por exemplo 500 reais. Eles chamavam de seguro, o pagamento era um seguro. O time de cá pegava o cheque nominal no nome do presidente, e marcava o jogo de volta

⁵⁵ Pode-se falar numa espécie de solidariedade orgânica (Durkheim:1988), que surge da diferença que a divisão de times de futebol ocasiona no grupo social do bairro rural.

para pagar o jogo. E quando vinham eles devolviam o cheque. Não usavam o dinheiro. Era só uma garantia para que o time jogasse. Depois que o outro time viesse jogar, eles devolviam o dinheiro. É tradicional.

Ana Cláudia – Por que falavam em garantia de jogo?

Messias – Eles não confiavam só na palavra. Tinha que ter a garantia em dinheiro. Até hoje, por exemplo, esses dias atrás acabou um campeonato na cidade. Foi um campeonato municipal. Jogava na roça e jogava aqui. O campeonato do município pega todos os bairros. Tinha uns quinze bairros, mas para entrar no campeonato tinha que dar um cheque de 400 reais. Não foi tocado e foi devolvido no final do campeonato. Pagar jogo já é tradicional.

(IDEM)

Os campeonatos eram de duas ordens: interna, envolvendo times da cidade contra os bairros rurais; e externa, envolvendo times de Poço Fundo contra os de Machado. Muitas das animosidades entre essas duas cidades, relatadas nas entrevistas, emergiram através dos campeonatos, durante os quais havia sérias discussões entre os habitantes. Totalmente absorvida pelos jogos, a cidade adquiria um significado de ordem identitária de seus torcedores e jogadores. Em muitos momentos da entrevista, o futebol englobava a rivalidade entre cidades no seu todo, passando a ser um elemento catalisador das animosidades que traduzia a oposição. Ou seja, a rivalidade era comentada sempre em termos de futebol, o qual passa a adquirir uma simbologia de oposição, traduzindo-se numa linguagem própria de rivalidade.

“A rivalidade com Machado existia. Isso é, uma cidade menor que vive junto, pega uma cidade maior. Sempre existe mas isso aí é coisa de futebol, né. Não é uma rivalidade que ... positiva, que ajuda a gente a crescer. Não prejudica não.”

(Joaquim, professor, rua Ferreira de Assis – 1998)

“A maior rivalidade que nós teríamos aqui é em futebol. Então porque Machado nunca queria perder de Poço Fundo e sempre perdia. Era uma disputa danada. Até ficou assim

*muito tempo sem poder jogar, por causa que brigava mesmo.
Partia pra agressão.”*

(Carlito, prefeito, rua do Cinema – 1998)

CONCLUSÃO

Fechar um trabalho de campo e de análise dentro da “pauta” da conclusão, coloca o pesquisador numa situação, diria “fronteiriça”, pois evoca um desfecho da pesquisa, ao mesmo tempo que lida com campos de abertura que o próprio movimento da investigação possui. Poderia-se dizer que tal momento refere-se à uma “pausa” tanto no tempo da escrita, como também no tempo da reflexão.

No caso analisado, a percepção do espaço físico, social e simbólico da cidade de Poço Fundo tende à uma orientação dualista que divide o território em *parte de cima* e *parte de baixo*. Através das três épocas, Machadinho, Gimirim e Poço Fundo pôde-se perceber como se deu a formação da cidade, apreendida em uma construção de termos-chave, como: patrimônio, transição e cidade, respectivamente, através das quais se deu destaque a um espaço-núcleo da cidade como: Vargem, Rua do Cinema e Praça Matriz. Nestes, o processo de urbanização da cidade percebido na mudança das atividades sociais, como a transformação do tipo de comércio “de fazenda” para um comércio “de cidade”, e no traçado físico, como a terraplanagem da avenida, pavimentação da praça, permitiu o deslocamento do núcleo de socialização dos bairros rurais para a cidade. Com isto, a diferenciação entre campo e cidade é intensificada, juntamente com uma diferenciação interna do espaço físico da cidade, por onde a alteridade foi construída e demarcada, segundo o jogo político estabelecido. Desta forma, podemos destacar três espaços sociais, definidos através do espaço físico da cidade segundo as três ordens, como: Rua do Cinema – lugar dos comerciantes; Praça Matriz – lugar dos fazendeiros e Vargem e Canto – lugar dos trabalhadores rurais.

Essas são, de um modo geral, as características e percepções da pesquisa, que após o exercício de ir e vir do olhar antropológico recoloca questões sobre o caso analisado. Trabalhar sobre a articulação organização espacial e organização social de Poço Fundo apontou para mim reflexões que me levantam questionamentos sobre tal objeto. O estudo da constituição de Poço Fundo reforça a idéia de que a formação de uma cidade é fruto de uma expressão política: a cidade surge

e é sustentada por uma articulação de poder.

Ao iniciar a pesquisa três elementos organizavam meu pensamento em relação à formação de uma cidade, a saber: comércio, política e lazer. Ou seja, tais elementos dão sustentação e caracterização à cidade, construindo através delas sua urbanização. Basei-me nestes três elementos que concorriam em grau durante a pesquisa. No entanto, à medida que fui percebendo a articulação espaço físico e organização social de Poço Fundo, pude prestar atenção à questão política que a todo momento organizava as expressões tanto físico, quanto sociais e simbólicas. Poço Fundo foi criada pela vontade política do Barão e do capitão Ferreira de Assis que, com a doação de um terreno, inicia-se a construção de uma vila a qual cresce segundo tal encaminhamento. O comércio e o lazer se desenvolvem em base a uma gestão ou orientação política do espaço da cidade. Por sua vez, aqueles criam, ao mesmo tempo, condições novas de reprodução desta expressão. A consolidação de um comércio de cidade na rua do cinema cria uma nova categoria de político que concorre à tradicional, isto é a do fazendeiro. Os novos comerciantes incorporam a atividade política como meio de poder e controle do espaço do núcleo urbano, reproduzindo as mesmas condições políticas.

Os espaços internos da cidade, que denominei espaços-núcleos, são criados de acordo com uma orientação política (baseada numa classificação econômica e étnica) que diferencia seus habitantes. A leitura da cidade em *parte de cima* e *parte de baixo*, refere-se há uma diferenciação de seu espaço. Como o Canto, por exemplo, que está separado econômica (trabalhadores rurais), social (pobres) e etnicamente (negros) dos outros habitantes. Percebido pelos habitantes da parte de cima como um lugar de reprodução da mão-de-obra básica – bóias-frias nas fazendas e empregadas domésticas para as casas das patroas – e de reprodução sexual – onde os filhos de fazendeiros e comerciantes atuam na sua iniciação sexual –, o Canto é um espaço segregado social, física e simbolicamente da cidade (sua localização fica no canto da cidade).

Poço Fundo fundada por uma articulação política formada pelas tradicionais fazendas dos bairros rurais na figura dos coronéis, segue a mesma base de sustentação de outras cidades brasileiras. Do Barão de Alfenas à Juscelino Kubichek, o espaço físico, social e simbólico da cidade constitui-se na concretização de uma expressão política.

ENTREVISTADOS

ABIO – Nasce em 1944 em Gimirim, transferindo-se em 1966 para a cidade de São Paulo, onde fez o curso técnico de contabilidade. Trabalhou no Banco Nacional por 15 anos e depois transfere-se para Marília ficando por 4 anos, retornando como aposentado para Poço Fundo, onde mora com a família na rua Professor Ramos.

ARMÍRIO – Nasce em 1903 na cidade de Caconde, Estado de São Paulo. Muda-se mais tarde com a família para Machadinho e começam, todos juntos, a trabalhar com a família na fazenda Floresta. Depois passa a morar em Paraguaçu por 25 anos, voltando em seguida para Poço Fundo.

BENEDITA – Nasce em 1911 no município e mais tarde transfere-se para a cidade com a família. É moradora do Canto e dona-de-casa.

BETO GOUVEIA - Nasce em Poço Fundo mudando-se com a família mais tarde para a cidade de Campinas (SP), onde fez o curso de Veterinária. Retornou à cidade de Poço Fundo, onde se casou instalando-se na Nova Gimirim, avenida. Não exerce a profissão de veterinário, tendo como renda a fazenda herdada pela família Gouveia. É um dos bisnetos do Barão de Alfenas.

CARLITO FERREIRA – Nasce em 1948 no bairro rural Baucaína, transferindo-se para a cidade aos 21 anos de idade. Forma-se em matemática em Varginha. Atualmente é o prefeito da cidade, representante do partido político PFL, conhecidos como “piranha”. Atualmente mora na rua Ferreira de Assis, onde possui comércio de materias agrícolas.

DARCI – Nasce em 1930, na cidade de Paraguaçu. Como bancário é transferido para a cidade de Gimirim, morando na rua Antônio Gonçalves (rua do cinema), onde abriu uma farmácia em sociedade. Aposentado, hoje mora na rua Professor Ramos e atua na irmandade São Vicente de Paula. É tesoureiro do asilo novo da cidade.

DINO ROMANELLI – Nasce em 1908 na cidade de Unge, Itália. Fugindo da primeira guerra mundial, veio com a família para o Brasil, instalando-se na fazenda de João Paulino, município de Poço Fundo, onde aprende o ofício de carpintaria. Trabalhando junto ao pai, pedreiro da cidade, torna-se um

dos principais construtores de casas e edifícios da cidade de Poço Fundo, ajudando a instalar, mais tarde, bombas de água e energia elétrica nas fazendas. Atualmente mora na rua Leôncio de Gouveia, onde possui uma oficina com os netos

ERNESTO - Nasce em 1916 na cidade de Machadinho. Lavrador rural, morou por muito tempo no Canto, transferindo-se mais tarde para a Lavrinha, bairro rural do município.

GENTIL - Nasce em 1914 no município de Poço Fundo, na fazenda Machadinho. Mais tarde estuda Agronomia na cidade de Viçosa, voltando a morar em Poço Fundo em 1937. É um dos filhos de um dos fazendeiros tradicional da cidade, família Paulino.

JOAQUIM – Nasceu em 1926 no bairro rural Pinhalzinho, transferindo-se mais tarde para Machadinho Velho. Depois muda para a cidade, época Gimirim, onde estuda no grupo escolar José Bonifácio, e mais tarde torna-se professor de matemática. Trabalhou antes como alfaiate e hoje é aposentado pela prefeitura da cidade, morando na rua Ferreira de Assis. Foi o responsável pela confecção dos mapas da cidade.

MARIA TOCACCELI – Nasce em 1911 no bairro rural Barro Alto. Aos cinco anos de idade muda com a família para a cidade, época Machadinho, na Vargem. É moradora de uma das casas mais antigas da cidade

MESSIAS - Nasce em 1937 no bairro rural da Lavrinha. Filho de fumeiro tradicional da cidade, formou-se em Agronomia exercendo a profissão de técnico agrícola pela EMATER em Belo Horizonte. Mais tarde aceita o convite de Padre Afonso para se candidatar a prefeito na cidade de Poço Fundo em 1982, quando exerce o mandato.

OLVÍDIA – Nasce em 1913 no município de Poço Fundo. Depois de casada transfere-se para a cidade. É moradora do Canto e dona-de-casa. Teve treze filhos, sendo que alguns moram na cidade de São Paulo.

OSÓRIO – Nasce em 1914 no bairro rural da Vargem Grande, quando a cidade chamava-se Machadinho. Mais tarde passa a morar no Machadinho Velho, onde reside até hoje na sua fazenda.

PADRE AFONSO ROSA – Nasce em 1915 na cidade sul-mineira de Cambuí, tornando-se vigário da cidade, época Gimirim, em 1947, onde

estabelece-se por 35 anos. Mais tarde é transferido para a cidade do Córrego do Bom Jesus, vindo a falecer em Janeiro de 2000.

SEBASITÃO – Nasce em 1936 no bairro rural da Barra Grande, transferindo-se mais tarde para a cidade. Trabalhador rural, ainda cultiva a plantação e produção tradicional do fumo de corda com os filhos. Atualmente mora na Rua Tiradentes.

TONHO – Antônio Ribeiro de Souza, nascido em 1931, época da cidade de Gimirim. Teve como profissão a de bancário, morando toda a sua vida na cidade. Hoje, aposentado, vive com a esposa na Avenida da cidade.

VITOR E JOÃO – Assim como pai, coveiro do antigo cemitério da cidade, Vitor e João trabalharam, respectivamente, como pedreiro na prefeitura e trabalhador rural numa fazenda da região. Mais tarde substituem o pai no cemitério novo da cidade, onde trabalham atualmente.

ZILA – Nasce em 1927 na fazenda do Barro Alto. Mais tarde muda-se para a cidade Gimirim, onde mora até hoje na rua Prefeito Isaías de Carvalho com sua família.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ABREU, A. R. P. *O Averso da moda*. São Paulo, Hucitec, 1986.
- AGIER, M. "Lugares e redes – As mediações da cultura urbana". In: *Além dos Territórios*. Campinas, Mercado de Letras, 1998.
- ALMEIDA, M. S. K. de. *Entre nós, os pobres, eles os negros*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, IFCH/UNICAMP, 1976.
- ALMEIDA, M. V. *Senhores de si*. Lisboa, Fim de século, 1995.
- ARRUDA, M. A. N. *Mitologia da Mineiridade*. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- BOURDIEU, P. *Le sens pratique*. Paris, Minuit, 1980.
- _____. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 1987.
- BRANDÃO, C. R. "Cenários e momentos da vida camponesa: três dias de caderno de campo em uma pesquisa no Pretos de Baixo do Bairro dos Pretos, em Joanópolis, São Paulo." In: *Além dos Territórios*. Campinas, Mercado das Letras, 1998.
- CARVALHO, J. J. "O jogo das bolinhas: uma simbólica da masculinidade". In: *Anuário Antropológico*, n. 87. Brasília, UnB, 1990.
- DA MATTA, R. *Um mundo dividido: A estrutura social dos índios Apinayê*. Petrópolis, Vozes, 1976.
- DOUGLAS, M. *Pureza e Perigo*. São Paulo, Perspectiva, 1993.
- DURKHEIM, Émile. *Durkheim: Coleção Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo, Ática, 1988.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. *Os Nuer*. São Paulo, Perspectiva, 1978.

- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1990.
- FUKUI, L. F.G. *Sertão e Bairro Rural*. São Paulo, Ática, 1979.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1989.
- GENNEPP, Van. *Os Ritos de Passagem*. Petrópolis, Vozes, 1989.
- GODOI, E. P. de. "O sistema do lugar: história, território e memória no sertão". In: *Além dos Territórios*. Campinas, Mercado das Letras, 1998.
- HOLANDA FERREIRA, A B. de. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.
- LEAL, V. N. *Coronelismo, Enxada e Voto*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1997.
- MAVROMATAKI, M. *Athènes: entre légende et histoire*. Athènes, Haitalis, 1995.
- NIEMEYER, A M. de. "As cercas e os muros separam os trabalhadores em 'iguais' e 'desiguais' numa favela de São Paulo e numa vila popular planejada de Campinas". In: *Cadernos de Opinião*, 12, julho: 70-79, 1979.
- _____. "Um outro retrato: Imagens de migrantes favelados". In: *Desafios da Imagem*. Campinas, Papyrus, 1998.
- PIMENTA, R. *A Diocese de Pouso Alegre*. Belo Horizonte, 1950.
- POLLACK, M. "Memória e Identidade Social". In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992.
- QUEIROZ, M. I. P. de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo, alfa-omega, 1976.
- _____. *O campesinato Brasileiro*. Petrópolis, Vozes, 1973.
- SAHLINS, M. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990.

- SEGATO, R. L. "Os percursos do gênero na antropologia e para além dela". In: *Feminismos e Gênero, Sociedade e Estado*, vol. XIV, n. 2, Dez/Julho. Brasília, UnB, 1997
- SENNET, R. *O Declínio do Homem Público*. São Paulo, Cia. das Letras, 1993.
- SILVA, J. C. "Negros em São Paulo: espaço público, imagem e cidadania (1900 – 1930)". In: *Além dos Territórios*. Campinas, Mercado das Letras, 1998.
- SILVANO, F. *Territórios da Identidade*. Oeiras, Celia, 1997.
- TORRES, J. C. de. *O Homem e a Montanha*. Belo Horizonte, Cultura Brasileira, 1944.
- VILAÇA, M. V. e ALBUQUERQUE, R. C. *Coronel, Coronéis*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1978.
- WOORTMANN, E. F. "O sítio camponês". In: *Anuário Antropológico*, n 81. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1983.
- _____. *Herdeiros, Parentes e Compadres*, São Paulo/Brasília, Hucitec/Edunb, 1995.
- _____. "Família, mulher e meio ambiente no seringal". In: *Além dos Territórios*. Campinas, Mercado das Letras, 1998.
- WOORTMANN, K. "Com parente não se neguceia". In: *Anuário Antropológico*, n. 87. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1988.